

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS (IFCS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL (PPGHIS)

O MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS E A DITADURA MILITAR: 1964-1985

MANOEL HENRIQUE DE SOUSA CANTALEJO

IFCS
UFRJ
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS (IFCS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL (PPGHIS)

O MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS E A DITADURA MILITAR: 1964-1985

MANOEL HENRIQUE DE SOUSA CANTALEJO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS), do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte do requisito necessário à obtenção do título de Mestre em História (Sociedade e Política).

Orientador(a): **Maria Paula Nascimento Araújo.**

Rio de Janeiro
Abril 2008

O MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS E A DITADURA MILITAR: 1964-1985

MANOEL HENRIQUE DE SOUSA CANTALEJO

Orientador(a): Maria Paula Nascimento Araujo

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS), do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História (Sociedade e Política).

Aprovada por:

Presidente, Prof. Maria Paula Nascimento Araujo

Prof. Marieta de Moraes Ferreira

Prof. Marly Motta

Suplente: Carlos Fico

FICHA CATALOGRÁFICA

CANTALEJO, Manoel Henrique de Sousa.

O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985/ Manoel Henrique de Sousa Cantalejo. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2008.

183 f.: il.

Orientadora: Maria Paula Nascimento Araújo.

Dissertação (Mestrado) – UFRJ/ PPGHIS/ Programa de Pós-Graduação em História Social, 2008.

Referências Bibliográficas: f. 160-170.

1. Brasil. 2. História. 3. Política. 4. Duque de Caxias. 5. Ditadura Militar. I. Cantalejo, Manoel Henrique de Sousa. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social. III. O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985.

AGRADECIMENTOS

Esta talvez seja a parte mais difícil do trabalho, pois se pode cometer injustiças e deixar pessoas importantes defora. Primeiramente, tenho que ser sempre grato ao meu pai e a minha mãe por terem investido e acreditado em mim sempre, sem nunca esmorecer e terem se privado de muitas coisas para que hoje eu possa estar aqui.

No que tange diretamente a elaboração deste trabalho, sou grato a várias pessoas. No Instituto Histórico de Duque de Caxias sempre encontrei na figura de sua diretora, Tânia Amaro, total liberdade para pesquisar. Ainda contei com a preciosa colaboração de Manoel Mathias e dos bolsistas Conrado e Leonardo Simião, sendo que este último me mostrou o jornal CaxiasHoje que incorporei a pesquisa. Não posso esquecer do pessoal do trabalho interno sempre solícito e os encontros com o professor Rogério Torres que renderam boas conversas.

Igualmente, devo agradecer aos meus colegas da Associação de Pesquisadores e Professores de História da Baixada Fluminense (APPH-Clio) pelo apoio dado durante a pesquisa e por ser um centro de produção e debate da História da região.

Devo render agradecimentos aos funcionários da Biblioteca Nacional, que apesar de todos os problemas internos conseguiram me atender da melhor forma possível, o que me levou a passar longos dias no local, chegando mesmo a ser um dos últimos a sair.

Também devo agradecer aos meus colegas de Mestrado e, certamente, futuros grandes historiadores pelas sugestões sempre produtivas. Destaco a contribuição de Rachel, Cláudio (Doutorando), Nívea e principalmente Adrianna Setemy por ter me mostrado os documentos do Fundo DSI, que eu pude aproveitar nesse trabalho.

Da mesma forma agradeço aos professores das matérias do Mestrado, pois cada um com as suas abordagens teórico-metodológica contribuíram não só para a reflexão e o crescimento do trabalho, mas também para o meu crescimento pessoal.

Por último, e mais importante devo não agradecer, mas sim reverenciar a minha orientadora Maria Paula Nascimento Araújo não só por ter aceitado orientar um tema, no mínimo, estranho, mas pela sua extraordinária ajuda na construção do tema, conferindo-me autonomia na pesquisa e elaboração do trabalho e pelos puxões-de-orelha necessários. Por isso, serei eternamente grato.

ABSTRACT

The city of Duque de Caxias and the Dictadure Military: 1964-1985

Manoel Henrique de Sousa Cantalejo

Orientador(a): **Maria Paula Nascimento Araújo**

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História.

This dissertaction analyse the relationship after the Dictadure Military of 1964 among the militaries and the Duque de Caxias politics, understanding the permanence and changes in the previous period of the dictadure.

Keywords: Dictadure Military, clientelism, potique culture and Duque de Caxias.

RESUMO

O MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS E A DITADURA MILITAR: 1964-1985

MANOEL HENRIQUE DE SOUSA CANTALEJO

Orientador(a): Maria Paula Nascimento Araújo

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHIS), do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História (Sociedade e Política).

A presente dissertação de mestrado analisa as relações desenvolvidas depois do Golpe Militar de 64 entre os novos detentores do poder e os políticos de Duque de Caxias, compreendendo as permanências e as alterações nesse processo, em relação ao período anterior ao golpe militar.

Palavras-chave: Duque de Caxias, Ditadura Militar, clientelismo e cultura política.

Rio de Janeiro
Abril 2008

SUMÁRIO

Introdução	08
Capítulo I. Duque de Caxias: Da Emancipação ao Golpe (1943-1964)	19
1. As primeiras décadas do século XX: a constituição do Município de Duque de Caxias	19
2. Emancipação e surgimento do Município de Duque de Caxias	23
3. A criação do “mito” Tenório Cavalcanti: o início da sua trajetória em Duque de Caxias – a simbiose entre violência e política	26
3.1. Capa e Lurdinha: “um sujeito da UDN falando feito matuto com ar de povo”	33
3.2. Virada de mesa e mudança de posicionamento; o divórcio com o conservadorismo e o flerte com o nacionalismo e o comunismo	42
4. Outros espaços de disputas políticas: urbanização, industrialização e a disputa pela posse da terra	45
5. Fome e explosão popular: o quebra-quebra de 1962	55
Capítulo II. Relações políticas em Duque de Caxias. Do golpe a intervenção Militar: (1964-1971)	64
1. Intervenção política: novas e velhas relações políticas pós-1964	65
2. O fantasma da cassação e a tentativa de sobrevivência política de Tenório Cavalcanti	66
2.1. O Rei perde a coroa e o trono: a cassação política de Tenório Cavalcanti	73
2.2. À volta para Duque de Caxias, o fim?	77
3. Em Busca da Sobrevivência: as ligações estabelecidas entre os políticos locais e os novos ocupantes do poder	80
4. O bipartidarismo de 1965: a reorganização política local	85
5. 1968: a entrada de Duque de Caxias na Área de Segurança Nacional	90
5.1. As Origens da Área de Interesse da Segurança Nacional	92
5.2. A inclusão de Duque de Caxias na Área de Segurança Nacional	94

Capítulo III. Entre a Área de Interesse de Segurança Nacional e os Interventores Militares: 1971-1979 **101**

1. Um delegado para Caxias: O Prefeito-Interventor General Carlos Marciano de Medeiros 110
2. O delegado e a contestação da sua autoridade: 1972-1975 116
3. A criação de um novo Estado: a Fusão do Rio de Janeiro e da Guanabara 122
4. Mudança de perfil: sai o “Delegado da Revolução” entra o “Técnico da Revolução” 125
5. Eleições de 1976: ascensão do MDB e a derrocada da Arena 132

Capítulo IV. Ato final: a busca pela autonomia municipal (1979-1985) **147**

1. O poder estilhaçado: o enfraquecimento do interventor e as disputas pelo controle político municipal entre 1979-1982 149
2. O avanço pedessista e derrocada do chaguismo nas Áreas de Interesse da Segurança Nacional 157
3. Puxando o tapete e assumindo o poder: a queda do interventor Américo de Barros e a posse de Hydekel de Freitas 160

Conclusão **171**

Fontes e Bibliografia **175**

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado analisa as relações desenvolvidas depois do Golpe Militar de 1964 entre os novos detentores do poder e os políticos de Duque de Caxias, compreendendo as permanências e as alterações nesse processo, em relação ao período anterior ao golpe militar.

Logo de início, o questionamento que se faz é o motivo da escolha desse tema e o que ele pode contribuir na produção histórica. Duque de Caxias, na geopolítica fluminense está situado na região da Baixada Fluminense, tratada quase sempre como um satélite da cidade do Rio de Janeiro, primeiro enquanto era Distrito Federal e depois como capital do estado do Rio de Janeiro. Assim, no senso comum, que de certa forma contaminou os estudos a respeito do Rio de Janeiro, a região seria desprovida de uma dinâmica política, social e econômica própria.

Não é minha intenção negar a importância e a predominância da antiga capital federal, hoje capital estadual dentro da produção historiográfica do Rio de Janeiro. Somente há de se destacar, e isso parece ser inegável, que a centralização da produção historiográfica sobre o Rio de Janeiro levou a um eclipse e soterramento de possíveis estudos históricos sobre os municípios da região, baseados na História regional ou na História local.

Nos últimos anos, esse quadro tem mostrado uma tendência a reversão, podendo ser destacados três fatores fundamentais. O primeiro foi o surgimento de associações de historiadores na Baixada Fluminense, como, por exemplo, a Associação de Professores e Pesquisadores de História (APPH-Clio), em Duque de Caxias, que buscam realizar pesquisas sobre a região e um trabalho sistemático de cursos, seminários, congressos para a divulgação desses estudos.

O segundo fator é decorrente da própria mudança de postura dentro das universidades que incentivam, na atualidade, a busca de temas inéditos por parte daqueles que querem atuar na área de pesquisa. Com isso, as temáticas relativas à Baixada Fluminense começaram a ganhar mais espaço.

Por último, e talvez o mais importante, foi a mudança de posicionamento dos estudantes das áreas de ciências humanas e sociais que moram nos municípios da região. Esses pesquisadores, entre os quais me incluo, começaram a enxergar o seu entorno como um espaço de pesquisa histórica e não apenas enquanto local de trabalho e moradia, conferindo-lhe, assim, um estatuto histórico.

Os elementos destacados parecem, a princípio, já serem suficientes para defender a escolha do tema e a sua relevância. No entanto, em relação a Duque de Caxias a elaboração de uma análise histórica na área da política se choca necessariamente com duas temáticas que se impõe ao pesquisador e o prendem numa redoma em que a saída é difícil, pois criou uma imagem da localidade reduzida a esses temas: a violência e Tenório Cavalcanti.

Na dissertação, busco superar essa armadilha imposta pela violência e por Tenório Cavalcanti. Tratarei de ambos na forma em que se apresentaram para mim, durante o levantamento da bibliografia e das fontes, e quando tiveram influência decisiva no comportamento dos atores políticos municipais. Assim, tenho por objetivo mostrar que para além da violência já exaustivamente analisada por José Cláudio de Souza Alves¹ e de Tenório Cavalcanti que ocupou os holofotes da produção histórica local, houve uma vida política em Duque de Caxias durante a Ditadura Militar.

Além disso, o tipo de estudo realizado tendo como base, Duque de Caxias não apresenta uma vasta produção historiográfica. No período da Ditadura Militar, ocupam maiores espaços os temas ligados a repressão, a anistia, ao milagre econômico, a edição dos Atos Institucionais, entre outros. Porém, as relações minuciosas entre os militares e os políticos das mais diferentes localidades ainda ocupam uma posição secundária.

A especificidade que torna Duque de Caxias um atrativo para o estudo foi que em 1968, o município passou a ser considerado Área de Segurança Nacional, devido a existência da REDUC e, a partir, de 1971, os militares passaram a administrar diretamente o Executivo municipal até 1982. Assim, os militares catalisaram a máquina municipal, controlando mais diretamente os políticos locais, barganhando com eles ocupações e indicações a cargos, em troca, de apoio. Em 1982, já no período final da Ditadura Militar foi nomeado um interventor civil, o então deputado federal Hydekel de Freitas, que governou até 1985.

Em suma, apesar de Duque de Caxias ser uma área periférica dentro da geopolítica regional do período, para o novo regime instalado pós-1964 essa localidade representava uma importância estratégica e, por isso, mereceria uma intervenção e uma administração direta por parte dos militares. Elementos que justificam um estudo mais específico de como isso ocorreu e se desenvolveu.

¹ José Cláudio de Souza Alves. Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Duque de Caxias, 2003.

Assim, mediante essa nova situação, formulo a seguinte hipótese que é a verificação de que, após o enquadramento de Duque de Caxias como “Área de Segurança Nacional”, os grupos políticos locais deixaram de construir suas próprias redes clientelísticas dentro do município, junto a população local para serem apenas clientes dos militares, tendo assim, acesso a cargos públicos na administração local, entre outras possíveis benesses.

Dentro da produção historiográfica, a respeito de Duque de Caxias, pouquíssimas obras abordaram de alguma forma o tema desta dissertação. Nesse sentido, à discussão bibliográfica está, basicamente, circunscrita a uma dicotomia local entre “memorialistas” e “historiadores”. Os primeiros exerceram uma grande predominância na produção de uma história e, por conseguinte, na construção e elaboração de uma memória local dos anos 50 até cerca dos anos 80, quando passaram a dividir espaço com trabalhos de cunho acadêmico.

As obras elaboradas para o período compreendido entre os anos de 1950 a 1970, segundo Marlúcia Santos de Souza², estavam relacionadas ao esforço de uma construção da História dos municípios recém-emancipados de Nova Iguaçu, dentro de uma longa duração. Além do passado agrário, descreviam aspectos acerca dos grandes heróis do Município, sobre os prédios importantes e a vida pública, ressaltando uma imagem idealizada da região.

Alexandre Marques³ observa que o século XIX era considerado, pelos memorialistas, como de grande prosperidade. Tentavam desqualificar a visão da Baixada Fluminense como um lugar desprovido de uma identidade local e História, e a denominação de “cidade-dormitório”.

Ainda na visão desse autor, na Baixada Fluminense, entre os anos de 50 a 90, esses memorialistas se organizavam em torno da construção e manutenção de uma memória coletiva, disputavam projetos de poder e ocupavam espaços na sociedade política. No entanto, esse mesmo autor, observa uma importância nos memorialistas ao preservarem as fontes que, atualmente, permitem a desconstrução desses discursos e a elaboração de novas narrativas, segundo ele, de caráter científico.

² Marlúcia Santos de Souza. Escavando o passado da cidade. Duque de Caxias e os projetos de poder político local: 1900-1964. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002. Dissertação de Mestrado.

³ Alexandre dos Santos Marques. Militantes da Cultura em uma área periférica: Duque de Caxias (1950-1980). Vassouras: Universidade Severino Sombra, 2005. Dissertação de Mestrado.

A primeira obra referente a Duque de Caxias foi escrita por José Lustosa⁴, em 1958. Ele era dentista e estava preocupado em construir uma História para a cidade nesses primeiros quinze anos de emancipação. José Lustosa contou com a colaboração de membros da elite municipal do período, ligada a emancipação para a divulgação da sua obra. Recorreu a obra de José Mattoso Maia Forte sobre o município de Nova Iguaçu⁵. Situou a sua obra até a década de cinquenta, mais precisamente até 1958.

Laís Costa Velho⁶, seguindo a linha de Lustosa, escreveu sua obra, em 1965. Além de jornalista, era político. O próprio autor refere-se ao livro como “*um simples registro de fatos e coisas do Município, um amontoado de coisas e nada mais*”. Homenageia o prefeito à época Joaquim Tenório Cavalcanti e critica os erros das altas autoridades pelo desamparo a municipalidade, incluindo nessa crítica Tenório Cavalcanti.

Em 1971, já no período da Ditadura Militar ocorreu uma publicação de historiadoras não-vinculadas a localidade. Irene Magalhães e Nancy Aléssio⁷ buscaram, a partir, da crítica ao conceito de cidade-dormitório compreender as repercussões ao nível local do regime autoritário estabelecido após o golpe militar de 64 e as mudanças de padrão político ao analisarem as eleições de 1970. Entrevistaram representantes e candidatos ao poder legislativo local. Essa publicação, também, se caracterizou como um dos primeiros trabalhos não-memorialistas sobre a localidade.

Em 1978, Dalva Lazaroni⁸, aproveitando-se que era irmã de um importante político local (Elias Lazaroni), escreveu seu livro, igualmente de cunho memorialista. Sua obra está marcada pelas informações que aparecem em Maia Forte e José Lustosa, pela transcrição de documentos de época, leis e documentos municipais. Contou com o apoio e com o prefácio do interventor militar do período o Coronel Renato Moreira da Fonseca.

⁴ José Lustosa. Cidade de Duque de Caxias: Desenvolvimento Histórico do Município de Duque de Caxias – Dados Gerais. Rio de Janeiro: Gráfica do IBGE, 1958.

⁵ José Mattoso Maia Forte. Memória da Fundação de Iguaçu. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Comércio, 1933.

⁶ Laís Costa Velho. Caxias, ponto a ponto. (1953-1957). Duque de Caxias: Agora, 1965.

⁷ Nancy Aléssio e Irene Maria Magalhães Lopes. Transformação Política a nível do poder local – Estudo de caso (Caxias). Relatório Preliminar. In: Revista de Ciência Política. Rio de Janeiro: V. 5, nº 4, out/dez, 1971.

⁸ Dalva Lazaroni. Esboço Histórico e Geográfico do Município de Duque de Caxias. Duque de Caxias: Arsgráfica, 1978.

Silbert Santos Lemos escreveu três livros que fazem parte da coleção “crimes que abalaram Caxias”⁹. Relatou as relações ocorridas no submundo caxiense entre as décadas de 50 a 70, onde elas tratam da violência, dos prostíbulos, do consumo de drogas, da ação policial e sua relação com o poder político local. Segundo o próprio autor, estas observações foram resultado daquilo que viu e vivenciou nos anos em que trabalhou como repórter policial e depois como delegado de polícia¹⁰.

Em 1984, Israel Beloch¹¹, em sua dissertação de Mestrado, que depois, em 1986, foi publicada como livro, defendeu um dos primeiros trabalhos de cunho acadêmico – na área de História – sobre a Baixada Fluminense, enfocando a carreira de Tenório Cavalcanti personagem de grande poder político e eleitoral, entre 1945 a 1964¹².

Descreveu a situação sócio-econômica de Duque de Caxias, habitado por migrantes de origem rural. Assim, elaborou uma relação da violência e distribuição de favores por parte do Tenório Cavalcanti, que permitiu alcançar grande popularidade através da utilização do conceito de coronelismo, tentando cunhar por meio da trajetória desse político o conceito de coronelismo urbano. Por fim, discutiu o aparente paradoxo da filiação de Tenório a UDN com características conservadoras e elitistas em relação a sua política populista e abordou de forma sucinta o período de Tenório enquanto cassado e a sua reelaboração da carreira política.

Em 1987, Newton Menezes e Rogério Torres¹³ combinaram, segundo Alexandre Marques em sua obra um rigor científico com um tom de memorialismo, onde o primeiro era membro do PCB e perseguido durante a Ditadura por ser ativista cultural e sindical e o segundo era professor da rede pública de ensino.

Os autores buscaram retratar o episódio do Saque, ocorrido em 1962, em Duque de Caxias que se espalhou para outros lugares da Baixada Fluminense. Juntaram às suas memórias, entrevistas com militantes de esquerda da época e pesquisas com jornais que cobriram os acontecimentos.

⁹ Silbert Santos Lemos. Sangue no 311. Rio de Janeiro: Reper, 1967; O Negro Sabará. Rio de Janeiro: Destaque, 1977 e Os donos da cidade. Rio de Janeiro: Caxias Recortes, 1980.

¹⁰ Alexandre dos Santos Marques, *Op. Cit.*, p. 14

¹¹ Israel Beloch. Capa Preta e Lurdinha: Tenório e o povo da Baixada. São Paulo: Record, 1986.

¹² Além dessa obra de Beloch, três outras de caráter mais biográfico buscam tratar esse personagem da política local: Arlindo Silva. Memórias de Tenório Cavalcanti segundo a narrativa de Arlindo Silva. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1954. Sendo, duas dessas escritas por parentes ligados ao Tenório Cavalcanti: Sandra Tenório Cavalcanti. Tenório Meu Pai. Rio de Janeiro: Global: 1986 e Maria do Carmo Cavalcanti Fortes. Tenório, o homem e o mito. São Paulo: Record, 1986.

¹³ Newton Menezes e Rogério Torres. Sonegação, Fome e Saque. Duque de Caxias: Consórcio de Administração e Edições, 1987.

A partir da década de 1990, em diante, começaram a surgir mais estudos de caráter acadêmico estudando (ou reestudando) diversas temáticas sobre o município de Duque de Caxias. Também passou-se a ter uma disputa política, ou seja, de poder entre memorialistas e historiadores sobre “qual História deve ser contada” e “quais os usos a serem feitos”.

Em 1995, Helenita Beserra da Silva¹⁴, em sua monografia, discutiu o processo de emancipação local. A autora questionou a hipótese defendida por Stélio Lacerda de que a emancipação teria sido obra do governo estadual levada a efeito de forma autoritária, tarefa facilitada pela inexistência de oposição em Nova Iguaçu. A estratégia seria isolar a oposição caxiense, enfraquecendo-a¹⁵.

Marlúcia Santos de Souza¹⁶, no final da década de 80 e início da década de 90 escreveu vários artigos sobre a construção do poder local em Duque de Caxias que acabaram por originar a sua Dissertação de Mestrado, defendida no ano de 2002. Abordou aspectos ligados a construção da elite local e política caxiense, entre 1900 a 1964, ou seja, antes do período estudado por este projeto. Um aspecto inovador em sua dissertação foi a introdução da fala de elementos que estavam fora da elite e não apareciam em outros trabalhos, bem como, a ampliação das fontes utilizadas pelo seu trabalho que incluía jornais.

Ainda, no mesmo ano, Stélio Lacerda¹⁷, ainda dentro de uma construção memorialista, buscou demonstrar que os anos de 1960 e 1970 foi um período de grandes transformações urbano-industriais que mitigaram definitivamente o passado agrário da localidade e da chegada ao poder municipal de uma nova fração da classe dirigente.

Em 2003, José Cláudio Alves de Souza, em seu livro¹⁸, apesar de não se deter especificamente em relação ao município de Duque de Caxias, abordando a violência, enquanto elemento constitutivo da política da Baixa Fluminense traz elementos e análises importantes que perpassam esta dissertação. Entre esses elementos, destacamos o alijamento dos mandatários políticos locais e o estabelecimento de novas relações

¹⁴ Helenita Maria Beserra da Silva. Emancipação do município de Duque de Caxias. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1995. Monografia de conclusão de curso.

¹⁵ Idem.

¹⁶ Marlúcia Santos de Souza. Escavando o passado da cidade. Duque de Caxias e os projetos de poder político local: 1900-1964. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002. Dissertação de Mestrado.

¹⁷ Stélio Lacerda. Uma passagem pela Caxias dos anos 60. Fragmentos de Memória e registro diversos. Duque de Caxias: Edição do Autor, 2001.

¹⁸ José Cláudio de Souza Alves. Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Duque de Caxias, 2003.

entre políticos e militares. Assim, é uma das poucas obras que aborda mais ativamente questões ligadas ao Tempo Presente.

Como instrumental teórico para a análise do tema proposto, utilizo-me do clientelismo e da cultura política. O clientelismo, enquanto referencial teórico apresenta uma longa duração quanto ao seu uso, desde as sociedades da Antiguidade Clássica, principalmente a sociedade grega e romana.

George Avelino Filho¹⁹ demonstra que o modelo tradicional de análise sobre o clientelismo engloba três estágios de desenvolvimento: as sociedades tradicionais, as sociedades em transição e sociedades politicamente desenvolvidas. O clientelismo é objeto de estudo principalmente nos período de transição entre cada um desses estágios, sendo as sociedades politicamente desenvolvidas o modelo de relação a ser seguido, pois não se pautaria mais em relações clientelísticas.

Porém, muitas vezes, segundo, José Murilo de Carvalho, o termo clientelismo é “*empregado de maneira frouxa, confundindo com o coronelismo*”²⁰, sendo utilizado como correlato, também, ao mandonismo e até mesmo ao patrimonialismo. Para o autor, é possível distinguir dois tipos de relações clientelísticas: as existentes no meio rural e as relações clientelísticas do meio urbano.

Classicamente, a literatura especializada como Raimundo Faoro, Vitor Nunes Leal e o próprio José Murilo de Carvalho e as pesquisas mais recentes de Richard Graham²¹ tem mantido uma característica básica na aplicabilidade deste conceito que é utilizá-lo para compreender as relações políticas dentro de uma sociedade majoritariamente rural no século XIX e no início do século XX.

Outra utilização possível do clientelismo e que será testada é com relação a construção das chamadas “máquinas políticas”, segundo Eli Diniz

“O conceito de máquina política foi aprofundado em grande parte pela contribuição da sociologia e ciência política norte-americanas, a partir dos inúmeros estudos sobre a política local,

¹⁹ George Avelino Filho. “Clientelismo e política no Brasil: revisitando velhos problemas”, Novos Estudos CEBRAP, nº 38, 1994, p. 255-240.

²⁰ José Murilo de Carvalho. Pontos e Bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 134.

²¹ Os autores citados estão nas seguintes obras: Raimundo Faoro. Os donos do poder. São Paulo: Global, 1958, 2v; Vitor Nunes Leal. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo: Alfa-Omêga, 1975 e Richard Graham. O clientelismo e a política no Brasil do XIX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.

nos grandes centros urbanos daquele país, entre fins do século passado e nas primeiras décadas deste século”²².

As máquinas políticas aqui compreendidas significam a formação de estruturas político-partidárias e pessoais que permitiriam a manutenção de certos grupos políticos no poder.

Além dessa verificação da construção de uma máquina política pelos militares, enquanto possuidores do controle do poder político local em Duque de Caxias, a partir das premissas levantadas para o uso desse conceito, foi necessário observar outros elementos nessa relação. Assim, utilizo-me das considerações de Marcos Otávio Bezerra, Karina Kuschnir e Carlos Eduardo Sarmento²³, que trabalham com os aspectos simbólicos do clientelismo.

Outro conceito que será utilizado é a de cultura política, tomado a partir de Serge Berstein, Karina Kuschnir e Leandro Piquet-Carneiro²⁴. A cultura política me permite compreender a duração das relações políticas e de que forma elas foram reorganizadas pelas mudanças na conjuntura, representada pelo golpe militar de 64 e das novas premissas administrativas, baseadas na racionalidade técnico-burocrática. Assim, ambos os conceitos permitirão uma abrangência significativa da hipótese traçada para esta dissertação.

No que se refere às fontes, utilizo-me principalmente de jornais que são compreendidos não só como fontes, mas também como atores políticos, principalmente os que se relacionam diretamente a Duque de Caxias, pois seus donos eram participantes ativos da vida política municipal.

Os jornais estão divididos da seguinte maneira: jornais de circulação nacional – o Jornal do Brasil, O GLOBO e a Luta Democrática que foi criada, em 1954, por Tenório Cavalcanti no sentido de ampliar a sua comunicação com a população mais pobre e difundir as suas idéias. O jornal acompanhou o posicionamento político de seu

²²Eli Diniz. Voto e Máquina Política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 24.

²³ Marcos Otávio Bezerra. Em nome das “bases”: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999; Carlos Eduardo Sarmento. O espelho partido da metrópole – Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983): liderança, voto e estruturas clientelísticas. Rio de Janeiro: IFCS (Tese de doutorado), 2002 e Karina Kuschnir. O cotidiano da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

²⁴ Serge Berstein. L’historien et le culture politique. Vingtième siècle. Revue d’histoire, n° 35, 1992. Cultura política *In* RIOUX, Jean Pierre e SIRINELLI, Jean (org.). Para uma história cultura. Lisboa: Estampa, 1998 e Karina Kuschnir e Leandro Piquet Carneiro. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. Estudos Históricos, n°. 24, 1997, pp. 227-250.

proprietário, indo de um udenismo arraigado, passando pelo trabalhismo e entrou em queda após a cassação de Tenório Cavalcanti, em 1964, sendo arrendado por Raul Azedo, em 1973, e passando a circular de forma esporádica entre 1977 a 1980²⁵.

O segundo grupo é composto pelos jornais locais. Em relação aos jornais locais, um aspecto tem que ser destacado que é a dependência econômica dos anúncios veiculados pela prefeitura e a publicação do Diário Oficial municipal, o que diminuía a margem para críticas. Em virtude disso, poucos jornais conseguiam circular por longos períodos de tempo e manter uma periodicidade.

A Folha da Cidade surgida, em 1953, tinha como dono Ruyter Poubel, que foi vice-prefeito entre 1967 a 1971. Além de ter sido presidente do diretório municipal da Arena nos anos 70, secretário municipal nos anos 70 e 80, presidente do diretório municipal do PMDB nos anos 80 e de ter participado da base chaguista no município, tendo o nome várias vezes cotado para o cargo de interventor. O jornal é de circulação semanal e foi durante vários anos responsável pela divulgação do Diário Oficial da prefeitura.

O Municipal criado em 1950, por Euricles de Aragão, também era de circulação semanal. Euricles de Aragão tinha uma vinculação política trabalhista, no entanto, era anticomunista e apoiava os comerciantes municipais, em detrimento dos sindicatos. Era filiado ao PTB e foi várias vezes candidato a vereador, além de ter sido secretário-geral do partido no município. Durante a Ditadura Militar, no período dos interventores, o jornal evitou qualquer crítica mais direta e zelou por manter uma boa relação com os prefeitos. As críticas eram endereçadas aos auxiliares dos interventores e aos políticos municipais.

Por último, o jornal CaxiasHoje, criado na década de 80 pelo jornalista Carlos Ramos, que já havia trabalhado em outros jornais e revistas da Baixada Fluminense. Tinha uma circulação diária e buscava dar um amplo panorama da situação política, social e econômica de Duque de Caxias. Os jornais pesquisados foram localizados em dois lugares: no Instituto Histórico de Duque de Caxias (IHDC) – na Câmara Municipal de Duque de Caxias – e na Biblioteca Nacional.

Um outro grupo de fontes selecionadas diz respeito aos documentos oficiais produzidos pelos governos militares, na sua instância federal, e que envolviam diretamente Duque de Caxias, em especial os documentos relativos ao Fundo DSI

²⁵ Dicionário Histórico Bibliográfico pós-1930 (DHBB). Rio de Janeiro: FGV, 2006.

(Divisão de Segurança e Informações). Estes documentos se encontram no Arquivo Nacional. Nesse fundo as fontes relacionadas dizem respeito a: legislações, projetos e anteprojetos de lei e atos de nomeação de prefeitos para os municípios de Interesse da Segurança Nacional. Além destes documentos, selecionei, através da Internet, documentos legislativos em sites do governo federal. Por fim, utilizo apenas uma entrevista como fonte, por ter compreendido durante a pesquisa que as fontes impressas dariam conta da pesquisa e elaboração da dissertação.

A dissertação está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, analiso o surgimento e a construção do município depois da sua emancipação, em 1943, baseado nas pesquisas realizadas por outros autores. Tento reconstruir as bases da política local, assentada no conceito clientelismo e cultura política.

Nesse capítulo, enfocarei a trajetória de Tenório Cavalcanti, principal nome político do momento, mas buscarei reconhecer a ação de outros grupos políticos locais. Tentarei demonstrar como Tenório Cavalcanti foi um elemento representativo da política local. Por último, abordo outras características da localidade, nesse período, enfocando a sua transformação acelerada em área urbana, os movimentos sociais que atuaram em Duque de Caxias e as suas lutas. Concluo analisando o quebra-quebra de 1962 e as suas conseqüências.

No segundo capítulo, destaco as mudanças e adaptações que ocorreram nos padrões políticos locais, após as cassações e suspensões de direitos políticos. Em seguida, procuro elaborar a base de uma nova relação política local, depois de três intervenções externas: A primeira logo após o AI-1, que cassou Tenório Cavalcanti e desmontou toda a sua “máquina política”.

A segunda foi o AI-2 que levou a um estreitamento do campo político local, com uma nova distribuição local dos agentes políticos, agora comprimidos dentro de duas legendas: a Arena e o MDB. A terceira em 1968, quando o Município foi incluído na Área de Segurança Nacional, pela Lei 5449/68. Nesse fato, tento compreender os esforços políticos a favor ou contra essa decretação do município como Área de Segurança Nacional.

No terceiro capítulo, trato das mudanças políticas locais decorrentes da lei 5449/68 e do ato Institucional Número 5. A partir desse capítulo, começo a testar a hipótese central da dissertação, ao estabelecer como os grupos políticos locais se comportaram quando a prefeitura passou a ser ocupada pelos interventores.

Analiso a trajetória dos dois primeiros interventores militares na prefeitura: o General Carlos Marciano de Medeiros e o Coronel Renato Moreira da Fonseca e verifico os nexos estabelecidos por parte desses interventores com os políticos municipais e, minimamente, com o Governo estadual e federal.

No quarto capítulo, discuto as conseqüências políticas em Duque de Caxias da chegada ao poder no estado do Rio de Janeiro de Chagas Freitas, um político não vinculado a Arena. Com isso, aconteceu a nomeação de um interventor ligado não a Arena, mas sim ao MDB e ao chaguismo, no caso, o Coronel Américo de Barros, entre 1979 a 1982.

Procuró demonstrar as articulações dos políticos locais frente o novo interventor e as influências da conjuntura nacional da distensão e da abertura política sob a sua administração. Em seguida, procuró demonstrar os motivos para a sua derrubada.

Por fim, analiso o último interventor nomeado para Duque de Caxias que não mais era um militar, mas sim o mais importante político pedessista da Baixada Fluminense, o deputado federal Hydekel de Freitas e como ele atuou no sentido de fortalecer o partido a nível municipal.

CAPÍTULO I

Duque de Caxias: Da Emancipação ao Golpe (1943-1964)

“Não perderei mais tempo com tal leviandade, mas quero reavivar a memória de alguns: quem criou o Município de “Duque de Caxias” fui eu e o fiz quando encerrava em minha mãos os poderes legislativo e executivo. Não me arrependo da decisão tomada. Pelo contrário muito me orgulho de ter emancipado o grande município fluminense que agora se quer destituir de sua autonomia²⁶”.

As palavras acima do ex-interventor do Estado do Rio de Janeiro e, em 1968, deputado federal do MDB Amaral Peixoto, no momento em que estava para ser votado o projeto de lei que criava os municípios da Área de Segurança Nacional são uma resposta do “Comandante” às acusações de que teria interesse direto no fim da autonomia municipal.

Nessa resposta, Amaral Peixoto retoma o passado e retrocede 25 anos no tempo, ou seja, a 1943, quando criou o Município de Duque de Caxias no período do Estado Novo, segundo o próprio ex-interventor *“quando encerrava em minha mãos os poderes legislativo e executivo”*. No entanto, cabe analisar os fatores que o levaram a isso e indagar o porquê da criação do novo município por parte do interventor, bem como, as conseqüências políticas desse ato para a localidade.

1. As primeiras décadas do século XX: a constituição do Município de Duque de Caxias

Duque de Caxias – até 1931, Meriti – pertencendo, nesse período, ao município de Nova Iguaçu, está situado na Baixada Fluminense, área limítrofe ao então Distrito Federal, hoje cidade do Rio de Janeiro. A ocupação dessa região, no entanto, é bastante antiga, datada do século XVI, dedicando-se no começo ao cultivo da cana e a produção de açúcar que aos poucos foi perdendo espaço para a região de Campos²⁷.

²⁶ Amaral Peixoto. O MUNICIPAL, 24/05/1968, p. 06. Grifo meu.

²⁷ Mario Grynszpan. Ação Política e Atores Sociais: Posseiros, Grileiros e a Luta pela Terra na Baixada. DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Vol. 33, nº 2, 1990, p. 289.

Israel Beloch²⁸ aponta que, nos séculos anteriores, a Baixada Fluminense esteve sempre ligada às atividades econômicas desenvolvidas na cidade do Rio de Janeiro, encontrando o seu auge em dois períodos. O primeiro foi no século XVIII, quando a região servia de passagem para as áreas mineradoras, em Minas Gerais, abastecendo-as de insumos e servindo como rota de escoamento da produção aurífera mineira para a cidade do Rio de Janeiro, através da Estrada Real de Comércio e da navegação fluvial.

O segundo momento, já no século XIX, envolvia a participação da região no escoamento da produção cafeeira do Vale do Paraíba, pela navegação fluvial, tanto que, em 1833, Iguaçú²⁹ foi elevada à categoria de vila. Contudo, a introdução do transporte ferroviário levou progressivamente a desativação dessa rota de escoamento do café e ao empobrecimento da região. Como consequência, a população, na área do que é atualmente o município de Duque de Caxias, que chegara a ser de 10.542 habitantes, em 1872, caiu para 9.608 habitantes, em 1892 e atingiu o auge do declínio, em 1910, quando foram recenseados apenas 800 habitantes³⁰.

Mesmo com a inauguração, em 1886, da Northern Railway (atual Estrada de Ferro Leopoldina) e depois a sua ligação a Meriti, com o seu prolongamento, já no século XX, para as estações de Gramacho, Campos Elísios, Saracuruna, Primavera e Parada Angélica, a situação local continuou a piorar com os problemas ambientais ligados ao desmatamento – para a extração de lenha e o fabrico do carvão – e o assoreamento dos rios agravando o problema do escoamento das chuvas que além das enchentes, transformava o lugar num foco de doenças, sobretudo, a malária, conhecida como impaludismo.

As ações por parte do Governo Federal para resolver os problemas de saneamento na região, até 1930, foram descontinuas e precárias. Podemos situar, na República, o início dessas tentativas de saneamento, em 1910, durante o governo de Nilo Peçanha que buscava afirmar o seu projeto político (nilismo) no Estado do Rio de Janeiro, sua base política³¹. Dentro deste projeto, conforme abordado por Marlúcia de Souza³², a clientela da Baixada Fluminense foi considerada na distribuição de favores, com os políticos iguaçuanos obtendo do Presidente Nilo Peçanha um projeto de

²⁸ Israel Beloch, Op. cit, p. 18-21.

²⁹ A mudança de nome para Nova Iguaçú ocorreu, em 1916, quando a sede do município foi transferida de Vila de Cava para Maxambomba.

³⁰ Israel Beloch. Op. cit. p. 22.

³¹ Sobre o projeto político de Nilo Peçanha ver Marieta de Moraes Ferreira. Em busca da Idade do Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930). Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

³² Marlúcia Santos de Souza, Op. cit, p. 77-78.

recuperação da economia fluminense, através do beneficiamento da laranja e investimentos no saneamento de áreas carentes, como Meriti, onde foi instalada uma bica d'água próxima a estação de trem.

Nesse momento, ainda segundo Marlúcia de Souza, a historiografia local aponta o final do século XIX e o começo do século XX, para Meriti, como um momento de vazio de poder, causado pela decadência econômica da região. Em contraposição, a autora afirma que houve um processo de continuidade dos antigos proprietários, se destacando nas décadas de 1910 e 1920 quatro famílias tradicionais: o Capitão Luis Antonio dos Santos, o Coronel Macieira, o Coronel José Eliseu Alvarenga Freire e o Coronel João Telles Bittencourt, sendo as duas últimas famílias as principais da localidade³³.

Além de serem proprietários de terras, algumas dessas famílias controlavam as atividades comerciais de Meriti e participavam, de forma ativa, da política em Nova Iguaçu. João Telles Bittencourt, por exemplo, produzia cerâmicas em suas olarias, era comerciante local e participava da política em Nova Iguaçu chegando a ser, inclusive, prefeito. Outra característica dos grupos políticos dominantes na região foi a incorporação de forasteiros que demonstravam capacidade de acumulação e de se integrar ao grupo de comerciantes locais. Um exemplo foi a trajetória de Manoel Isaias Lomba, um imigrante espanhol que trabalhou na olaria dos Telles Bittencourt e se tornou um dos mais ricos comerciantes locais, acabando por se casar com a irmã de João Telles Bittencourt. Sua residência chegou a ser usada para hospedar altas autoridades como o presidente Washington Luis em sua ida à Baixada Fluminense, em 1928, para conferir as obras da Rodovia Rio-Petrópolis³⁴.

Assim, de acordo com Marlúcia de Souza, podemos sintetizar a composição e atuação dos grupos políticos, em Meriti, até a década de 30, observando as transformações em curso, da seguinte forma,

“Os grupos dominantes locais parecem se constituir de: grandes proprietários fundiários, dos quais uma parte não reside no local deixando as terras aos cuidados de administradores que paulatinamente adquirem poder local, tanto pela violência quanto pela intermediação de favores e posteriormente, pela ocupação e retalhamento de parte dessas terras; comerciantes locais residentes, interessados pela região e que crescentemente detém o

³³ José Luis Machado. O Jornal Tópico, 25/08/1958 apud Marlúcia Santos de Souza. Op. cit, p. 79.

³⁴ Idem, p. 80.

*controle do poder político local, em função do absentismo dos proprietários originais; aventureiros e/ou apadrinhados menores dos poderes centrais, cujos ganhos derivam de especulação futura sobre o uso das terras*³⁵”.

Ainda na década de 20, Nova Iguaçu reencontraria, por alguns momentos, o crescimento econômico com o cultivo da laranja – para a venda no mercado externo e outros estados do Brasil como São Paulo – que viria a decair com o começo da Segunda Guerra Mundial. Essa recuperação econômica não atingiu a região atual de Duque de Caxias, pois o cultivo da laranja não encontrou condições ideais para a sua expansão.

Por causa da ausência da citricultura no local, as fazendas começaram a ser vendidas para se efetuarem os loteamentos. Um primeiro impulso nesse sentido ocorreu, em 1918, feito por Furquim Mendes que dividiu lotes ao longo da via férrea para a venda, o que não acabou tendo o êxito esperado. Alguns fatores são apontados para esse fracasso: os investimentos na desobstrução dos rios que agravaram as condições ambientais e as doenças que continuavam a assolar a região, o arrendamento das fazendas para meeiros e a introdução da pecuária, a ausência de financiamentos de longo prazo para os lotes e, por último, a falta de uma demanda efetiva, pois os trabalhadores que chegavam ao Distrito Federal, em busca de emprego, estavam ocupando a sua periferia³⁶.

A situação de Meriti veio a se alterar a partir da segunda metade da década de 20, tendo dois elementos impulsionadores: os investimentos públicos em saneamento que foram ampliados, após a subida de Vargas ao poder em 1930 e a inauguração, em 1928, da rodovia Rio – Petrópolis³⁷, conhecida como “Estrada de Ouro”, devido ao seu alto custo. Em 1933, foi criada uma Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense que elaborou um plano para a região,

“Abrangendo desde a realização de obras hidráulicas que visavam melhorar a salubridade e recuperar as áreas férteis, até o fomento da colonização das terras públicas e do desenvolvimento de culturas intensivas, passando pelo estabelecimento de uma rede viária e de transportes para o escoamento da produção. Tratava-se de reforçar o que se dizia ser a vocação agrícola da região,

³⁵ Idem, p. 85.

³⁶ Idem, p. 79.

³⁷ Atualmente, no município, conhecida como Rodovia Presidente Kennedy.

*tornando-a um celeiro do Distrito Federal e do Estado como um todo*³⁸”.

Ambos os investimentos levaram a intensificação da especulação imobiliária ou a “corrida loteadora”. José Cláudio de Souza Alves analisou que as empresas e proprietários utilizavam como estratégia para a conquista e manutenção da propriedade o uso de jagunços armados³⁹.

A intensificação dos loteamentos é possível associar dois outros elementos, como a facilidade de transporte, sobretudo o ferroviário, que era subvencionado pelo Governo Federal, mas principalmente a demanda, agora existente, por parte dos trabalhadores chegados ao Distrito Federal que necessitavam de locais para se instalar. Meriti se mostrava uma alternativa, pois era contígua a capital e havia dilatados prazos de pagamento pelos lotes, mesmo sem terem a mínima infra-estrutura para acomodar as pessoas⁴⁰. Assim, por meio dos loteamentos, começava um processo rápido e vertiginoso de mudança da área rural em área urbana, caracterizando o local como cidade dormitório.

2. Emancipação e surgimento do Município de Duque de Caxias

O crescimento da atual área do Município de Duque de Caxias já havia se tornado bastante perceptível, em 1930, com a sua população atingindo cerca de 28.756 habitantes contra os 2.920 habitantes do começo da década de 1920⁴¹. Isso levou, em 1931, a mudança do nome de Meriti para Duque de Caxias⁴², por sugestão do ex-deputado federal Manoel Reis. Duque de Caxias passou a ser o oitavo distrito de Nova Iguaçu.

³⁸ Mario Grynszpan, Op. cit, p. 289.

³⁹ José Cláudio de Souza Alves, Op. cit, p. 24.

⁴⁰ Com relação a questão do problema da infra-estrutura e a sua resolução, apesar de não ser nosso objeto de estudo observamos ser perfeitamente possível, para o caso de Duque de Caxias, empregarmos a análise feita por Linderval Augusto Monteiro ao utilizar o conceito de “**rede de resolução de problemas práticos**”. No caso de Belford Roxo, o autor observa que a ausência do poder público levou os próprios moradores a acharem soluções para os seus problemas, caso bem semelhante ao de Duque de Caxias nesse período de intensificação do loteamento. Ver Linderval Augusto Monteiro. Baixada Fluminense: identidades e transformações. Estudo das relações políticas na Baixada Fluminense. A criação do município de Belford Roxo e a mitificação política de seu primeiro prefeito. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2001, pp. 35-45.

⁴¹ Israel Beloch. Op. cit, p. 22.

⁴² Composto pelo atual centro de Duque de Caxias até o bairro Sarapuí

Com a contínua expansão do distrito caxiense, a emancipação política deixava de ser um sonho para tentar se tornar uma realidade. O processo de autonomia municipal pode ser compreendido dentro dois enfoques. O enfoque inicial está relacionado a realidade local e a formação de um grupo denominado UPC (União Popular Caxiense) formado por jornalistas, médicos e políticos locais.

Na visão da UPC, segundo Helenita Silva, a solução para os problemas do distrito de Duque de Caxias estaria no rompimento político com Nova Iguaçu, apontado como *“Madrasta que de todos recebendo, a alguns tudo dando, a outros menos que merecem e aos últimos nada fornecendo, ou que é pior, tudo lhes negando”*⁴³.

Em 1937, comerciantes e membros da UPC fundaram a Associação Comercial e Industrial de Duque de Caxias que teve Antonio Moreira de Carvalho – membro da UPC – como o seu primeiro presidente⁴⁴, demonstrando a ascensão do comércio na região. A Associação Comercial passou a ser também um órgão de atuação política junto as autoridades municipais e estaduais, cuja influência se faz presente até os dias atuais.

A UPC, em 1940, criou a Comissão Pró-Emancipação que editou um manifesto. Marlúcia de Souza⁴⁵ destaca que nesse manifesto é possível detectar dois elementos: o primeiro é que o governo municipal de Nova Iguaçu não estava cumprindo a política clientelística de forma satisfatória para o poder político de Duque de Caxias. O segundo motivo, decorrente do primeiro, é destacado por Mario Grynszpan⁴⁶, pois a emancipação implicaria no aumento do estoque de cargos e empregos disponíveis, alargando as margens para o exercício da patronagem e do clientelismo por meio dos grupos políticos locais.

Nesse mesmo ano, o manifesto pró-emancipação foi entregue ao interventor Amaral Peixoto que ordenou a prisão dos manifestantes⁴⁷. O governo iguaçuano era administrado por Ricardo Xavier da Silveira aliado de Amaral Peixoto, desde 1936. O prefeito não admitia perder Duque de Caxias que, em 1942, era o distrito que arrecadava mais imposto para a municipalidade.

⁴³ Helenita M. B. Silva. Emancipação do Município de Duque de Caxias. Rio de Janeiro: UERJ, 1995, monografia, p. 12 *apud* Marlúcia Memórias da emancipação e intervenção no município de Duque de Caxias nos anos 40 e 50. Revista Pilares da História. Duque de Caxias, 2003, p. 38.

⁴⁴ José Lustosa, Op. cit, p. 182.

⁴⁵ Marlúcia Santos de Souza. Memórias da emancipação e intervenção no município de Duque de Caxias nos anos 40 e 50. Revista Pilares da História. Duque de Caxias, 2003, p. 38.

⁴⁶ Mario Grynszpan. Os Idiomas da Patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti In Revista de Ciências Sociais, nº14. Rio de Janeiro: Vértice/ANPOCS, 1990, p. 76.

⁴⁷ Na libertação dos manifestantes atuaram Tenório Cavalcanti e o juiz Pinaud.

A emancipação, enfim, veio a acontecer somente no final de 1943, indo ao encontro da necessidade do interventor de uma reorganização do quadro territorial do estado para melhor controlá-lo. Além disso, ressalta Helenita Silva⁴⁸, que o interventor pretendia obter simpatia e apoio popular se integrando com os grupos dominantes locais, ou seja, a emancipação se dava prioritariamente a partir dos interesses políticos do interventor, abrindo espaço para o segundo enfoque.

Esses interesses do interventor ficam bem claro com as considerações de Silvia Regina⁴⁹ que demonstrou a preocupação a nível nacional no período entre 1943/1944, por parte do Governo Vargas, capitaneado pelo Ministro da Justiça Alexandre Marcondes Filho de elaborar uma estratégia para enfrentar a questão política e constitucional. Uma dessas estratégias era a preparação de eleições, sem que estas viessem a ameaçar o Estado Novo, os interventores estaduais e a permanência de Getúlio Vargas no poder.

A nível estadual caberia aos interventores, por meio dos cabos eleitorais, controlar as chefias políticas no processo de arregimentação dos eleitores. No caso do Rio de Janeiro, o interventor Amaral Peixoto utilizou-se de seus auxiliares, conhecidos como “homens de ouro do interventor⁵⁰”, para estabelecer alianças com os oposicionistas tentando obter legitimidade nesse processo. Assim, o interventor pretendia unir, num amálgama, novas e antigas lideranças para construir a classe dirigente do Estado, formando uma poderosa “máquina política”.

Silvia Regina ainda observa que apesar da predominância rural na base política que o interventor estava construindo, havia uma preocupação da sua parte em controlar as camadas urbanas emergentes na Baixada Fluminense, pelo seu potencial expressivo de votos. Isso, em conjunto com as manifestações locais, levou o interventor a decretar a emancipação do Distrito de Duque de Caxias, São João de Meriti e Estrela, dando origem ao Município de Duque de Caxias⁵¹.

Continuando a adotar a prática de sua interventoria, que era a nomeação de prefeitos sem ter que necessariamente consultar as elites políticas locais, apesar de algumas vezes fazê-lo, Amaral Peixoto compreendia a necessidade de manter o novo município sob controle. Nomeou em, 1944, o ex-secretário de Governo e seu primo

⁴⁸ Helenita B. da Silva. Op. cit, p. 38-39 apud Marlúcia Santos de Souza. Op. cit, p. 39.

⁴⁹ Silvia Regina Serra Pantoja de Castro. Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto. Rio de Janeiro: UFF, Tese de Doutorado, 1996, p. 124.

⁵⁰ Idem, p. 142.

⁵¹ A emancipação ocorreu por meio do Decreto-lei 1056 de 31 de dezembro de 1943. Em 1947, São João de Meriti viria a se emancipar de Duque de Caxias.

Heitor Gurgel para chefiar a prefeitura de Duque de Caxias e a política na Baixada Fluminense ao lado de Getúlio de Moura, político iguaçuano recém convertido ao amaralismo e nomeado prefeito de Nova Iguaçu, em 1945.

A principal tarefa de ambos era desenvolver mecanismos para desarticular e neutralizar a oposição sediada na região, cujos líderes eram Mario Guimarães⁵², em Nova Iguaçu, Gastão Reis e Tenório Cavalcanti, em Duque de Caxias. Este último viria a ser o maior adversário para Amaral Peixoto na Baixada Fluminense e ocuparia grande destaque político, tanto a nível local, quanto estadual e nacional.

3. A criação do “mito” Tenório Cavalcanti: o início da sua trajetória em Duque de Caxias – a simbiose entre violência e política.

Natalício Tenório Cavalcanti nasceu em Palmeiras dos Índios, no Estado de Alagoas, no dia 27 de setembro de 1906, filho de pequenos proprietários. Sua família pertencia a um ramo empobrecido dos Cavalcanti de Albuquerque e seu pai exercia a função de cabo eleitoral do empresário e deputado federal Natalício Camboim de Vasconcelos⁵³.

Desde muito cedo, Tenório Cavalcanti conviveu com a violência entranhada na vida social, sendo comum a solução das divergências políticas por meio dos choques armados, além de outros expedientes como a tocaia e o assassinato. Tendo perdido o pai aos quatorze anos de idade, Tenório Cavalcanti abandonou os estudos e estabeleceu um pequeno negócio de secos e molhados. Aos vinte anos, Tenório Cavalcanti veio para o Distrito Federal para fugir da vingança e da possibilidade de ser morto. Trouxe consigo uma carta de apresentação ao seu padrinho, o deputado Natalício Camboim⁵⁴.

Tenório Cavalcanti exerceu entre 1926 e 1927, na capital federal, várias atividades como: lavador de garrafas, servente, ajudante de enfermagem, garçom, porteiro, comerciário e motorista de caminhão. No entanto, o apadrinhamento do deputado Natalício Camboim o levaria, em 1927, a Hildebrando de Góis que o admitiu como apontador nas obras da rodovia Rio-Petrópolis, entre Campinho e Realengo⁵⁵.

Logo depois, Tenório Cavalcanti foi indicado por Hildebrando de Góis a Edgar de Pinho, cunhado do Ministro das Relações Exteriores Otávio Mangabeira. Edgar de

⁵² Sobre a trajetória de Mario Guimarães ver Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro (DHBB) pós-1930. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

⁵³ Mario Grynszpan, Op. cit, p. 76.

⁵⁴ Israel Beloch. Op. cit, p. 49-50.

⁵⁵ Idem, p. 51.

Pinho necessitava substituir um empregado assassinado na administração de uma fazenda sua em Duque de Caxias. Esses conflitos eram muito comuns na região, pois os administradores não se responsabilizavam somente pela manutenção da propriedade, mas poderiam alargar os seus limites, através do recurso a violência, o que foi acirrado ainda mais com a valorização das terras causadas pelas obras em curso da rodovia Rio-Petrópolis⁵⁶.

Para essa empreitada, Tenório Cavalcanti receberia um bom ordenado, participação nos lucros da lavoura e da lenha e carvão – cuja exploração foi arrendada por Edgar de Pinho a uma empresa alemã –, um revólver e o direito de morar com a mãe e a esposa na antiga casa-grande da fazenda. A sua função era extensa, pois não só era o responsável pela administração e segurança da fazenda, como deveria acompanhar as obras da rodovia Rio-Petrópolis, selecionar e dirigir os operários e cuidar da segurança da rodovia no trecho em que cortava a fazenda, função esta dada diretamente pelo Presidente Washington Luis⁵⁷.

Tenório Cavalcanti trouxe para essa função árdua um grande número de nordestinos, muitos membros de sua extensa parentela e que viriam a compor o seu séquito de capangas. Mario Grynszpan observou que este elemento deve ser destacado para a avaliação da eficácia e da coesão de seu grupo. A estruturação desse grupo não estava condicionada apenas a reciprocidade característica do clientelismo, sendo essa relação reforçada por intermédio dos laços de parentesco⁵⁸.

Durante a administração da fazenda, Tenório Cavalcanti envolveu-se em choques armados com outros administradores, vendo prosperar a sua fama de pistoleiro de boa pontaria. Logo, também, se indispôs com a polícia e esse novo antagonismo faria aumentar a intensidade dos tiroteios. Ao mesmo tempo, a ligação de Tenório Cavalcanti ao bloco de Washington Luis por meio do seu apadrinhamento e de Edgar de Pinho o aproximou de um importante coronel e político local Getulio de Moura, ampliando a sua rede de relações para a localidade na qual trabalhava.

A sua incorporação e inserção social na localidade aumentou, em 1931, com o seu casamento com Valquíria Santos Lomba que uma das filhas do comerciante Manoel dos Santos Lomba e sobrinha-neta de João Telles Bittencourt, pertencendo a uma das famílias mais tradicionais de Duque de Caxias. A princípio essa união entre uma família

⁵⁶ *Idem*, p. 52-54.

⁵⁷ Marlúcia Santos de Souza, *Op. cit.*, p. 87.

⁵⁸ Mario Grynszpan, *Op. cit.*, p. 79.

tradicional da região com um forasteiro com fama de pistoleiro poderia causar estranheza. Cabe ressaltar que, nesse momento, Tenório Cavalcanti já acumulava uma fortuna pessoal fruto da comissão na extração de lenha e carvão e investia na compra de lotes de terra. Marlúcia de Souza⁵⁹ aponta outros fatores que contribuíram para essa união: a família Bittencourt possuía uma longa tradição em manipular os mecanismos de controle social e de defesa da propriedade, pois pertenceram a Guarda Nacional e controlaram as delegacias locais na República Velha. Por último, a família Lomba estaria passando por uma crise financeira, o que diminuía as exigências de um casamento melhor para a filha⁶⁰.

Ao observar a trajetória de Tenório Cavalcanti, até esse momento, gostaria de destacá-la dentro de uma reprodução da cultura política dominante. Por cultura política, utilizo a definição de Karina Kuschnir e Leandro Piquet-Carneiro que a definem como o *“conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento dos atores”*⁶¹.

Nessa busca pelos elementos que permitem analisar o comportamento político de Tenório Cavalcanti, cabe ressaltar o papel dos vetores da cultura. Serge Berstein elenca a família, a escola e a inserção social como elementos fundamentais na elaboração e até mesmo na reelaboração da cultura política por parte do indivíduo ou por um grupo de indivíduos.

Esses vetores da cultura parecem ter sido um eixo fundamental em todas as fases políticas de Tenório Cavalcanti. A família o inseriu na sua rede de relações iniciais, que era o seu padrinho Natalício de Camboim, abrindo-lhe as portas para que estabelecesse outras relações. A família ainda o colocou em contato com a violência, enquanto elemento de resolução das divergências políticas em sua terra natal.

A sua inserção na rede de relações, desde muito cedo colocou Tenório Cavalcanti em contato com o clientelismo, um dos elementos dominantes da cultura política desse período, e que se constituiu como a base da sua ação política por toda a sua carreira. Por clientelismo utilizo a definição elaborada por José Murilo de Carvalho, *“De modo geral, indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve*

⁵⁹ Marlúcia Santos de Souza. Op. cit, p. 90.

⁶⁰ Idem.

⁶¹ Karina Kuschnir e Leandro Piquet-Carneiro. As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política. Estudos Históricos, n°. 24, 1997, p. 227.

*concessão de benefícios públicos, na forma de concessão de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto*⁶²”.

Isso, contudo, não leva a negação dos valores simbólicos envolvidos nessa prática política. Apenas para o caso de Tenório Cavalcanti, achamos que o aspecto político-eleitoral dessa relação permite uma análise substancial. Muito menos, nesta pesquisa, trato o clientelismo como uma anomalia, pelo contrário, seguindo os estudos recentes o emprego como um elemento constitutivo do sistema e parte integrante da cultura política brasileira⁶³.

Assim, foi justamente a participação nessa rede de relações que levou Tenório Cavalcanti a Duque de Caxias como administrador de fazendas. Rapidamente conseguiu se adaptar ao ambiente marcado pela extrema violência e ganhou notoriedade ao incorporar elementos do imaginário popular local como “boa pontaria” e o “corpo fechado”. O seu destaque chamou a atenção dos políticos locais, abrindo mais um leque para a ampliação da sua rede de relação. O seu próprio casamento reproduziu uma característica político-social da região que era a inclusão dos forasteiros por meio da união às famílias tradicionais da região.

Depois da Revolução de 30 e a deposição e o exílio de Washington Luis e Otávio Mangabeira, as obras da Rodovia Rio-Petrópolis foram suspensas e as tensões acirradas: desemprego, roubos e saques, aumentando ainda mais a violência da atuação dos administradores. Isso associado aos constantes choques com a polícia levou Edgar de Pinho a dispensar Tenório Cavalcanti de suas funções na fazenda.

A sua saída, contudo não simbolizou o seu rompimento com o seu antigo patrão e seu padrinho de casamento. Edgar de Pinho, mesmo sem a mesma influência política anterior a Revolução de 30, continuaria a dar cobertura a Tenório Cavalcanti em momentos posteriores, quando este se encontrava em apuros frente as autoridades.

Tenório Cavalcanti recebeu uma indenização e se estabeleceu no centro de Duque de Caxias. Abriu uma loja de material de construção e de madeira, comercializando, inclusive, a madeira e a lenha de Edgar de Pinho. Nesse período, Tenório Cavalcanti manteve-se articulado a Getúlio de Moura, que liderou a “*revolução*

⁶² José Murilo de Carvalho. Pontos e Bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 134.

⁶³ Marcos Otávio Bezerra. Em nome das “bases”: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999, Carlos Eduardo Sarmento. O espelho partido da metrópole. Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983): liderança, voto e estruturas clientelísticas. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ. 2002. Tese de Doutorado e Karina Kuschnir. O cotidiano da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

*iguaçuana*⁶⁴”. Esse grupo enfrentava dificuldades, em virtude, do novo grupo político que assumira o poder com Getúlio Vargas. Tenório Cavalcanti e Getúlio de Moura compuseram o bloco de oposição ao Governo Provisório.

Nas eleições de 1935, Tenório Cavalcanti filiou-se a UPF (União Progressista Fluminense), formada pelos antigos chefes políticos fluminenses que incorporou setores aliados a Washington Luis. A UPF era liderada pelo Almirante Cristóvão Barcelos, candidato a Governador, e José Eduardo Prado Kelly. Tinha como adversário o PPR (Partido Popular Radical) liderado por José Eduardo Macedo Soares, Raul Fernandes e João Guimarães, tendo como candidato a Governador o Almirante Protógenes Guimarães que acabou vencendo as eleições, após a intervenção do Governo Federal⁶⁵.

Na Baixada Fluminense, a disputa para a representação na Assembléia Nacional Constituinte ocorreu entre Getúlio de Moura pela UPF que simbolizava o grupo anti-Vargas na região contra Manoel Reis do PPR que liderava o grupo pró-Vargas, buscando articular os interesses locais ao getulismo. Manoel Reis era visto como o homem de confiança de Getúlio Vargas que se hospedava na sua casa quando ia à Baixada Fluminense⁶⁶. Ambos foram eleitos suplentes, mas Manoel Reis assumiu mandato, em 1934, até a sua morte no ano seguinte. Getúlio de Moura apenas ficou na suplência.

O início da carreira política de Tenório Cavalcanti aconteceu nas eleições municipais de 1936, onde a convite de Getúlio de Moura concorreu a vereador pela UPF, no Distrito de Duque de Caxias. Ambos foram eleitos e, além disso, Ricardo Xavier da Silveira, aliado político de Getúlio de Moura, fora eleito prefeito pela UPF. Outro fator de poder regional para Getúlio de Moura é que, mesmo na oposição, detinha o controle da polícia local, o que lhe assegurava um domínio de instrumentos de coerção e uma rede de proteção, sendo uma concessão de Getúlio Vargas para abrir um canal de comunicação com as lideranças regionais⁶⁷.

Logo, Tenório Cavalcanti conciliou a violência com a política ao se eleger vereador. Até aqui, aparentemente, não se diferenciou de outros elementos locais. Construiu relações políticas verticais para cima com contatos junto a políticos de alta expressão na Baixada Fluminense e para baixo com a população mais pobre. A prática

⁶⁴ Ver Getúlio de Moura. Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro (DHBB) pós-30. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

⁶⁵ Dicionário Histórico Bibliográfico (DHBB) pós-1930. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

⁶⁶ Ver Manoel Reis. Dicionário Histórico Bibliográfico (DHBB) pós-1930. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

⁶⁷ Marlúcia Santos de Souza. Op. cit, p. 93.

de prestação de favores a população que crescia e era responsável pela construção de suas moradias aumentou o seu prestígio frente a esse segmento.

Com a implantação do Estado Novo, em 1937, houve o fechamento dos legislativos e a nomeação de interventores. No caso do Rio de Janeiro, foi nomeado Amaral Peixoto que era ajudante-de-ordens do Presidente Getúlio Vargas. Tenório Cavalcanti situou-se na oposição, como já fizera anteriormente na Revolução de 30, tanto ao governo federal quanto estadual. Não rompeu os laços que o uniam aos seus padrinhos políticos iguaçuanos Getúlio de Moura e Ricardo Xavier da Silveira, que foi mantido como prefeito pelo interventor até 1943.

Durante o Estado Novo, o confronto de forças armadas ganhou mais ímpeto, deixando de ser um choque de grupos armados para ser adicionada a essa violência o caráter político de apoio ou oposição a Ditadura do Estado Novo. Rapidamente eclodiram os choques armados em Duque de Caxias. A intensidade dos conflitos foi ampliada, em 1942, com a nomeação do Coronel Agenor Barcelos Feio para a Secretaria de Segurança.

A intensidade da violência aumentou antes do Estado Novo, ainda durante o Governo de Protógenes Guimarães, quando, em 1937, foi nomeado o novo delegado nomeado para Duque de Caxias, Joaquim Peçanha que se tornou o maior inimigo de Tenório Cavalcanti, chegando a prendê-lo duas vezes acusado de porte de armas e conspiração contra o governo estadual e federal.

O delegado Peçanha, acusado por Tenório Cavalcanti de ser integralista, obteve apoio dos círculos integralistas locais – os irmãos Joaquim e Manoel Dantas – Américo Soares e Homero de Carvalho⁶⁸, todos os homens intimamente ligados à violência. A pedido do delegado de Nova Iguaçu, Tenório Cavalcanti e seus homens prenderam os integralistas, levando-os para a delegacia onde foram torturados. O revide do delegado Peçanha e de seu grupo não demoraria a acontecer, mas apesar da intensidade do combate não houve mortes⁶⁹.

Nesse conflito estava presente Getúlio de Moura que acionou o prefeito Ricardo Xavier da Silveira e juntos foram a Niterói. Tenório Cavalcanti acabou detido por pouco tempo, sendo solto graças aos seus padrinhos políticos. As emboscadas, os tiroteios e as

⁶⁸ Homero de Carvalho foi morto, em 1949, cuja autoria foi atribuída a Pedro Tenório de Oliveira, primo e empregado de Tenório Cavalcanti.

⁶⁹ Marlúcia de Santos Souza, Op. cit, p. 95.

mortes eram parte do cenário da cidade. Os dois bandos agiam com extrema crueldade⁷⁰.

Em seguida, ocorreu um conflito com Manuel Costa (aliado do delegado Peçanha), no qual Tenório Cavalcanti foi baleado e ficou cerca de 6 meses internado em recuperação, enquanto Manuel Costa morreu. Tenório Cavalcanti acusou o delegado Peçanha de ser o mandante e recebeu o apoio político dos seus padrinhos iguaçuanos – Getúlio de Moura e Ricardo Xavier da Silveira – e de Edgar de Pinho que o levou para se recuperar na sua fazenda.

Nesse ínterim, o delegado Peçanha foi esfaqueado e morto no trem que o trazia para Duque de Caxias. Tenório Cavalcanti foi acusado de ser o mandante e ficou detido por cerca de 40 dias em Niterói. Por falta de provas e mais uma vez ajudado por seus padrinhos políticos, saiu em liberdade, desde que se afastasse de Rio de Janeiro. Ficou sete meses em Alagoas e no seu retorno, em 1940, foi nomeado Agente Fiscal da Prefeitura de Nova Iguaçu, em Duque de Caxias, permanecendo até 1945, apesar de ser opositor ao interventor Amaral Peixoto.

Em boa parte desse período, residiu em Nova Iguaçu, sendo introduzido novamente no jogo político, devido ao cargo de Agente Fiscal que lhe possibilitou estabelecer alianças com comerciantes locais, através de reduções de impostos e troca de favores⁷¹. A integração e assimilação de Tenório Cavalcanti aos meios políticos iguaçuanos explica a sua ausência nos manifestos da UPC, a partir da década de 40, pela emancipação do distrito de Duque de Caxias. Mesmo atuando na defesa dos membros da UPC presos, isso se ligaria mais a oposição a Amaral Peixoto do que a sua adesão a proposta de autonomia municipal.

Foi durante o Estado Novo que se tornou perceptível a diferenciação de Tenório Cavalcanti em relação aos demais políticos locais que pode ser analisada sob dois ângulos. O primeiro foi a transformação da violência de elemento social para elemento fundamentalmente político, nesse período, vindo a polarizar com o interventor as atenções políticas. O segundo elemento está associado aos seus idiomas, conforme destacado por Mario Grynszpan⁷². Esse autor chama a atenção que Tenório Cavalcanti já se diferenciava dos demais pistoleiros pela sua rede de relações políticas. Além do uso da violência, ele foi incorporando e associando progressivamente a política, depois

⁷⁰ Idem, p. 96.

⁷¹ Idem, p. 97.

⁷² Mario Grynszpan, Op. cit, p. 90

o direito e por último, o jornalismo. Esses idiomas renderam maior capilaridade na sua atuação política, pois permitiram estreitar as bases de contato com o seu público alvo, que eram as camadas mais populares.

3.1 Capa e Lurdinha: “um sujeito da UDN falando feito matuto com ar de povo”⁷³”

O crescimento político de Tenório Cavalcanti está ligado a sua atuação nos círculos políticos da União Democrática Nacional (UDN). No entanto, diferentemente da maioria das obras que dão conta apenas da sua trajetória política pessoal em relação aos seus mandatos eletivos e da montagem de sua “máquina tenorista”, tentarei esboçar a atuação de Tenório Cavalcanti também dentro dos limites do município de Duque de Caxias, em disputa com o amaralismo e o trabalhismo pelo controle do poder político municipal.

Como apontado anteriormente, no processo de remontagem dos partidos políticos fluminenses, o interventor Amaral Peixoto tentou atrair os seus opositores em Duque de Caxias, em especial, Gastão Reis e Tenório Cavalcanti.

No que tange a Gastão Reis, apesar dos poucos dados disponíveis, não houve uma maior resistência de sua parte para se integrar aos quadros pessedistas. Seu nome constava na Comissão Executiva do partido, em 1945, mas no ano seguinte já não mais fazia parte dela. Nesse mesmo ano fora nomeado interventor em Duque de Caxias pelo período de sete meses. Silvia Regina⁷⁴ ressalta que os componentes dos PSD se caracterizavam pela transitoriedade na ocupação dos cargos dentro da máquina partidária. O próprio Gastão Reis, em 1947, seria o candidato do partido a prefeito.

Se Gastão Reis não ofereceu dificuldade para ser assimilado pela “máquina amaralista”, o mesmo não se poderia dizer de Tenório Cavalcanti que teve várias contendas com o interventor durante o Estado Novo. Apesar disso, o Comandante propôs a Tenório Cavalcanti que entrasse para o PSD (Partido Social Democrático) e organizasse o partido na região. Ele condicionou a sua entrada a duas exigências: a saída de Heitor Gurgel da prefeitura de Duque de Caxias e a exoneração de toda a delegacia de polícia do município. A negativa de Amaral Peixoto fechou às portas do partido para Tenório Cavalcanti que se demitiu do cargo de Agente Fiscal da Prefeitura,

⁷³ Carlos Lacerda. Depoimento. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978, p. 18 apud Israel Beloch, Op. cit, p. 152.

⁷⁴ Silvia Regina, Op. Cit, 168.

posto em que fora mantido depois da emancipação municipal, em 1943, mesmo durante a administração de Heitor Gurgel que tanto criticava⁷⁵.

Com a sua não filiação ao PSD, qual era a alternativa que restava a Tenório Cavalcanti? O próprio Tenório Cavalcanti citou em entrevistas que “*precisava de uma sólida base em que me apoiar para enfrentar o poder discricionário do Comandante*”⁷⁶ e também de uma legenda de expressão a nível nacional. Dentro desse condicionante imposto pelo próprio Tenório Cavalcanti restava a UDN (União Democrática Nacional) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), com Tenório Cavalcanti acabando por optar pelo primeiro. O PTB, na nossa visão, foi descartado por dois motivos: a sua integração ao bloco getulista ao qual Tenório Cavalcanti sempre fizera oposição e no Estado do Rio de Janeiro, nesse momento, o partido era visto como um apêndice do PSD, tendo sido débil a repercussão dos seus trabalhos⁷⁷.

A opção de Tenório Cavalcanti pela UDN estaria ligada a continuidade de seus antigos laços políticos, pois Otávio Mangabeira despontava como uma figura de grande expressão no partido e o seu padrinho Edgar de Pinho também estava atuando na formação do partido. No Estado do Rio de Janeiro, a UDN estruturou-se em torno da liderança de três nomes: Prado Kelly, José Eduardo Macedo Soares e Raul Fernandes que tentavam superar as divergências internas impunhando a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes para Presidente como forma de unir o partido. Ainda no âmbito estadual, procuravam os tradicionais desafetos do interventor, propondo-lhes aliança e a possibilidade de vitória por meio da união das forças adversárias ao governo. Isso explica o entendimento firmado entre o Senador José Eduardo Macedo Soares e Tenório Cavalcanti para o seu ingresso no partido⁷⁸.

Assim, Mario Grynszpan interpreta a entrada de Tenório Cavalcanti na UDN, da seguinte forma,

“O que parecia estar predominantemente em jogo nas decisões e filiações políticas de Tenório, ao invés da opção por um partido, uma determinada proposta, era a adesão ao grupo identificado com seu círculo de relações pessoais, seus parentes, seu patrão, o

⁷⁵ Israel Beloch, Op. cit, p 136-142, Marlúcia Santos de Souza, Op. cit, p 141. e Mario Grynszpan, Op. cit, p. 81.

⁷⁶ Mario Grynszpan. Op. cit, p. 81.

⁷⁷ Silvia Regina. Op. cit, p. 173

⁷⁸ Israel Beolch, Op. Cit, p. 138.

que implicava, ao mesmo tempo, em assumir publicamente a oposição ao grupo adversário⁷⁹”.

Mesmo levando essas características em consideração, os historiadores que abordam a trajetória desse personagem não deixam de estranhar como um partido reconhecido como elitista acolheu em seus quadros um personagem, no mínimo exótico, como Tenório Cavalcanti identificado com a violência e que tinha a base de seu eleitorado junto às classes populares.

Essa unicidade da UDN foi relativizada por Maria Vitória Benevides⁸⁰ que observou existir dentro do partido “as várias UDNs”. Dentro da tipologia traçada por ela, cabe destacar os seguintes grupos: a Banda de Música que era contra o getulismo, identificada com o elitismo, o golpismo e o antipopulismo; os Bacharéis e os Legalistas que tinham em comum o antigetulismo; os Realistas que estavam dispostos ao acordo, sendo, por isso, identificados também como “chapas brancas” e a Bossa Nova que se destacava por ser mais sensível as questões sociais.

Para Israel Beloch⁸¹ compreender a diversidade interna da UDN facilita o entendimento de como Tenório Cavalcanti permaneceu durante cerca de 15 anos no partido. Ainda indica dois outros elementos que colaboraram na sua aceitação: a sua relação longínqua com o bloco de Edgar de Pinho, a sua oposição ao Estado Novo, o seu conservadorismo político e a sua votação na Baixada Fluminense.

A partir de Eli Diniz⁸², essa visão a respeito da UDN – de um partido identificado com as elites – não invalidaria que o partido tivesse em seus quadros um político de base clientelística como Tenório Cavalcanti, pois, destaca a autora que até mesmos partidos tidos como ideológicos – caso discutível para a UDN – conseguem sobreviver e comportar máquinas políticas a nível local. A autora enfatiza que em um partido se não ocorrem máquinas políticas isso pode ser em decorrência do partido não ter acesso ao controle de recursos materiais.

Entretanto, no momento da sua filiação, tem se que destacar que Tenório Cavalcanti não era dentro do partido nada mais do que um líder municipal. Encarregou-

⁷⁹ Mario Grynspan. Op. cit, p. 81.

⁸⁰ Maria Vitória Benevides. A UDN e o udenismo. Ambigüidade do liberalismo brasileiro (1945-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 50.

⁸¹ Israel Beloch, Op. cit, p. 132-133.

⁸² Eli Diniz. Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 29.

se da instalação e manutenção do Diretório municipal da UDN no local mais central de Duque de Caxias, o que era interpretado pela situação – o amaralismo – como uma provocação⁸³.

Tenório Cavalcanti buscou diversificar a sua aproximação com o público. Depois de concluir o curso de Direito, em 1944, montou um escritório em cima da garagem de sua casa, “*onde eram freqüentes as filas de pessoas que o procuravam em busca de ajuda*”⁸⁴. Esse atendimento cresceu com o passar do tempo e nos anos 60 se tornou diário, com o trabalho sendo feito por três secretárias e trinta atendentes que dividiam as pessoas em filas por assuntos como emprego, comida, documentos e problemas familiares⁸⁵. A sua formação em Direito, por seu turno, não eliminou o seu envolvimento em combates armados.

Isso deu os contornos iniciais a chamada “máquina política tenorista”. A máquina política conforme destacada por Eli Diniz⁸⁶ tem que estar apta a favorecer os interesses específicos de distintos segmentos da população urbana, satisfazendo necessidade que de outra maneira seriam relegadas. A autora destaca que a máquina política encara o eleitor não como uma abstração, mas sim como um ser com problemas e aspirações pessoais concretas. Além disso, a máquina caracteriza-se por ser um elemento conservador, conciliador dos diversos interesses e pelo seu pragmatismo. Esses elementos foram aprimorados e alterados por Tenório Cavalcanti no decorrer da sua carreira política.

Em 1946, ocorreu a vitória do candidato Edmundo Macedo Soares e Silva para Governador, com o apoio da UDN/PSD/PTB. Aparentemente essa vitória seria um indício de favorecimento a Tenório Cavalcanti, por causa de suas boas relações pessoais com o Senador José Eduardo Macedo Soares. Nesse pleito, Tenório Cavalcanti foi eleito deputado estadual com cerca de 2.800 votos⁸⁷, adicionando a ocupação do cargo político à possibilidade de obter maior facilidade no emprego de práticas clientelísticas, pois teria um acesso mais estreito ao aparelho de estado dominado por um Governador próximo a UDN.

Na Assembléia Legislativa teve a companhia de seu “velho amigo” Agenor Barcelos Feio, com ambos propiciando constantes choques durante as sessões, que

⁸³ José Cláudio. Op. cit, p. 86.

⁸⁴ Mario Grynspan. Op. cit, p. 85.

⁸⁵ Idem. p. 87.

⁸⁶ Eli Diniz, Op. cit, p. 30.

⁸⁷ Israel Beloch. Op. cit, p. 139.

deram origem às chamadas “sessões fantasmas”. Foi nesse período, que aproveitando uma autorização dada pelo General Góis Monteiro, Tenório Cavalcanti passou a portar a sua famosa metralhadora Lurdinha com um colete a prova de balas, sendo ambos cobertos pela capa preta. A metralhadora Lurdinha e a capa preta acabaram por se tornar os seus dois maiores símbolos⁸⁸.

Inicialmente, o novo Governador buscou conciliar-se com o amaralismo, mas logo surgiram atritos dentro do PSD ligados a ação do Presidente Dutra que buscava diminuir o espaço dos getulistas dentro do partido, utilizando para isso de uma maior aproximação e do apoio da UDN. Diante desse quadro, Edmundo Macedo Soares buscou construir a sua própria máquina política. Em Duque de Caxias, em 1947, a manobra macedista tirou o controle político de Getúlio de Moura “o homem do Amaral Peixoto na Baixada”, que, até então, determinava as nomeações dos interventores para a prefeitura. O Governador nomeou para prefeito Custódio Rocha Maia que era um elemento afinado com a UDN⁸⁹.

Aqui, contudo, não ficou explícita qualquer menção a interferência de Tenório Cavalcanti nessa nomeação. Mesmo assim, a atuação macedista no reforço do partido em Duque de Caxias não conseguiu o resultado esperado. Nas eleições realizadas, ainda em 1947, o candidato do PSD Gastão Reis derrotou Correa Méier, candidato apoiado por Tenório Cavalcanti, dando continuidade ao domínio amaralista no local⁹⁰.

Essa derrota, contudo, não privou totalmente Tenório Cavalcanti do acesso a favores. Marlúcia de Souza destaca que a vitória de Gastão Reis realmente fortaleceu o domínio amaralista na região, mas não se devem desconsiderar as relações políticas entre Getúlio de Moura e Tenório Cavalcanti. O opositor de Tenório Cavalcanti e partidário do PTB no município, Newley Lopes observou que “*apesar de derrotado em Caxias, Gastão Reis concedia a Tenório tudo o que ele queria*”⁹¹, destacando, para isso, a forte influência de Getúlio de Moura na administração municipal.

Mesmo obtendo de Getúlio de Moura a prestação de favores, a partir das considerações de Eli Diniz, a respeito da máquina política, observo que era de extrema importância para Tenório Cavalcanti deter o controle da administração local no processo de construção e solidificação da máquina tenorista. Eli Diniz destaca que por meio da mediação política, a máquina estabelece uma ponte entre as necessidades e

⁸⁸ Idem, p. 121.

⁸⁹ Silvia Regina. Op. cit, p. 192.

⁹⁰ Marlúcia Santos de Souza, Op. cit, p. 143.

⁹¹ Newley Lopes. Jornal Tiro de Letra *apud* Marlúcia Santos de Souza. Op. cit, p. 144.

demandas das clientelas individuais e coletivas e os órgãos públicos. Além disso, conseguir o controle das instâncias administrativas locais o permitiria ampliar a sua capacidade de cooptação e mobilização de apoio⁹².

Nesse período, a violência contra a polícia e os adversários políticos continuava presente. Em 1950, na disputa pelo Ingá viu o candidato da UDN Prado Kelly, apoiado pelo Governador Edmundo Macedo Soares ser derrotado pelo seu maior adversário político, Amaral Peixoto, numa coligação PSD/PTB. A nível federal, viu o retorno de Getúlio Vargas ao Catete infligindo ao Brigadeiro Eduardo Gomes novamente a derrota. Tenório Cavalcanti se candidatou a deputado federal e acabou eleito com 9 mil votos, sendo o quarto mais votado dentro da UDN⁹³.

Inegavelmente nesses quatro anos Tenório Cavalcanti cresceu a nível político, pois conseguiu mais do que o triplo da votação anterior. Porém, em sua base política, não conseguia exercer um pleno domínio político, elegendo os seus indicados para prefeito, o que, conforme vimos, lhe franquearia uma possibilidade de estender o uso das práticas clientelísticas, através de indicações e nomeações para a prefeitura.

Nas eleições municipais de 1950, o domínio político em Duque de Caxias passou do amaralismo para uma força em ascensão na região, o trabalhismo liderado no município por Braulino de Matos Reis eleito prefeito e que tinha laços estreitos com o deputado estadual Roberto Silveira, futuro Secretário de Interior e Justiça de Amaral Peixoto. Joaquim Tenório, primo de Tenório Cavalcanti, obteve apenas a suplência para vereador pela UDN.

Ao assumir a cadeira no Legislativo Federal, Tenório Cavalcanti aliou-se ao grupo liderado por Carlos Lacerda. Na atuação parlamentar, valorizou o moralismo, denunciou a corrupção, a malversação do dinheiro público e atacou o Governo Vargas.

A sua projeção política nacional em meados dos anos 50 não veio da sua atuação parlamentar. Ela estaria ligada mais uma vez a violência e ao assassinato do delegado Albino Imparato. Durante o novo Governo Amaral Peixoto, reassumiu a Secretaria de Segurança Barcelos Feio, subindo novamente a temperatura com Tenório Cavalcanti. Em 1953, após denúncias de arbitrariedade feita por ele em relação ao delegado anterior, Albino Imparato foi nomeado para Duque de Caxias.

Logo, as desavenças entre Tenório Cavalcanti e o delegado Albino Imparato tiveram início. No dia 25 de agosto após uma cerimônia na Associação Comercial,

⁹² Eli Diniz, Op. cit, p. 43.

⁹³ Isreal Beloch. Op. cit, p. 140.

Tenório Cavalcanti foi atacado a tiros, segundo ele, pelo delegado Imparato e seu “auxiliar” Bereco. Três dias depois durante a madrugada, o delegado Imparato e Bereco foram metralhados no automóvel em que estavam no centro da cidade.

Rapidamente o nome de Tenório Cavalcanti foi relacionado pelo Governador Amaral Peixoto ao crime como o seu mandante. Menos de uma semana depois do crime, por ordem do secretário de segurança Barcelos Feio, foi cercada a casa de Tenório Cavalcanti, em Duque de Caxias, por policiais que queriam vasculhar o local em busca dos assassinos. Tenório Cavalcanti, invocando as suas imunidades parlamentares, intrincheirou-se em casa e apelou ao Congresso.

Nereu Ramos, presidente da Câmara de Deputados, com outros parlamentares da UDN dirigiram-se ao Palácio do Ingá, em Niterói, para negociarem com o Governador. Outra delegação de deputados udenistas composta, entre outros, por Flores da Cunha e Afonso Arinos foram a Caxias com dois objetivos: tentar evitar a busca e apreensão e retirar Tenório Cavalcanti vivo. Aos deputados, de madrugada, se juntaria a Ministro da Fazenda Oswaldo Aranha⁹⁴.

A ida de figuras notórias da política e representantes da elite do partido a Duque de Caxias projetou o caso nacionalmente e elevou a sua popularidade. Tenório Cavalcanti passava de mandante de um assassinato a perseguido político por ser oposição ao Governador e ao Presidente, sendo sua resistência vista como um ato de heroísmo. No final a sua casa não foi revistada e como parte do acordo dois de seus homens foram detidos para averiguação. Tempos depois passou a residir na chamada “Fortaleza” que era uma casa blindada, sem janelas e protegida por portões de aço⁹⁵.

No que tange ao seu crescimento político e pessoal de Tenório Cavalcanti que extrapolou o cenário político municipal e estadual para o nacional, um conceito foi elaborado por Israel Beloch chamado Coronelismo Urbano. Beloch, apesar de reconhecer que o conceito de Coronelismo tal qual foi utilizado por Vitor Nunes Leal tinha um recorte temporal e uma aplicabilidade específica, constatou que Tenório Cavalcanti possuía elementos semelhantes a conduta de um coronel. Outro ponto destacado por esse autor, foi que o Coronelismo Urbano seria um amálgama de elementos do populismo e do coronelismo, constituindo um momento de transição, o que indicaria o encontro de dois mundos em acelerada transformação por causa do processo de urbanização.

⁹⁴ Idem, p. 96.

⁹⁵ Idem, p. 100.

Na análise refuto a utilização desse conceito de Coronelismo Urbano. Sigo o posicionamento defendido por José Murilo de Carvalho de que o clientelismo perpassa toda a história política do Brasil, sendo um dos elementos componentes da cultura política, com as suas mudanças de parceiros e as variações ao longo da história. José Murilo ainda observa que os autores que tratam do Coronelismo no meio urbano estão falando simplesmente de clientelismo, pois “*as relações clientelísticas, nesse caso, dispensam a presença do coronel, pois ela se dá entre o governo, ou políticos, e setores pobres da população*”⁹⁶. Assim, mesmo se utilizando de diversos elementos ilegais no seu comportamento político Tenório Cavalcanti reproduz o um traço marcante da cultura política brasileira, que é o clientelismo, não introduzindo nenhum elemento novo.

Dentro da possibilidade de crescimento político, depois do caso Imparato, ocorreu por parte de Tenório Cavalcanti a adição de uma nova engrenagem a sua máquina política. Em 1954, criou juntamente com o jornalista Héctor Baldassin o jornal Luta Democrática que chegou a ter tiragem diária de 500 mil exemplares no seu período áureo. O jornal se baseava numa linguagem popular, com manchetes escandalosas, fotos e descrições detalhadas de crimes e acidentes. Tinha o seu principal público leitor no Rio de Janeiro e na capital federal, apesar de circular nacionalmente. Era o porta-voz dos pleitos, interesses e opiniões de Tenório Cavalcanti e seu grupo, se constituindo num eficiente meio de propaganda ao narrar de forma grandiosa os feitos de seu dono, servindo na produção e consolidação de uma imagem pública de Tenório Cavalcanti como um herói destemido. O jornal acompanhava o seu posicionamento político⁹⁷.

Mesmo assim, o seu partido não conseguia obter êxito a nível federal, estadual e nem municipal. Nas eleições a Governador do Rio de Janeiro, em 1954, a chapa Miguel Couto Filho (PSD) e Roberto da Silveira (PTB) venceram as eleições derrotando novamente a UDN.

Pessoalmente a carreira política da Tenório Cavalcanti continuaria a decolar, se reelegendo deputado federal com 42.060 votos⁹⁸, obtendo mais de quatro vezes a votação anterior, sendo o deputado federal mais votado no Estado. Além da projeção nacional do seu nome, outro elemento apontado para o seu crescimento é a

⁹⁶ José Murilo de Carvalho, Op. cit, p. 133.

⁹⁷ Israel Beloch, Op. Cit, p. 122.

⁹⁸ Idem, p. 45.

transformação da Baixada Fluminense como o principal colégio eleitoral do Estado e que passaria a ser disputada pelos candidatos em campanha⁹⁹.

Em Duque de Caxias, Tenório Cavalcanti amargou mais uma derrota na disputa pela prefeitura. A UDN lançou como candidato Nelson Mauro, enquanto o PTB lançou Francisco Correa e o PSD José Rangel, entre outros candidatos que concorreram. O prefeito Braulino de Matos Reis, que tinha uma administração bem aceita na municipalidade, conseguiu eleger Francisco Correa seu sucessor, tendo Adolfo David (PTN) ficado em segundo e o candidato da UDN em apenas terceiro lugar. O prefeito conseguiu se eleger deputado estadual, junto com Sá Rego da UDN¹⁰⁰.

Esta derrota, contudo, não foi completa para Tenório Cavalcanti, que viu a UDN ser a maior bancada na Câmara de Vereadores ao lado do PSD, com 4 vereadores cada partido e elegeu seu primo Joaquim Tenório vereador, vindo o mesmo, em 1958, ser o presidente da Câmara Municipal, um trunfo importante na batalha local contra o PTB¹⁰¹.

No plano nacional, Tenório Cavalcanti acompanhou o seu partido e atacou a candidatura Juscelino Kubtschek, pelo apoio que os comunistas lhe ofereceram publicamente e aderiu a campanha de Juarez Távora à presidência. Israel Beloch explica que a facilidade de comunicação com as massas ganhava crescente notoriedade dentro do partido, pois a UDN, apesar de adversa à massa, queria canalizar os seus votos e Tenório Cavalcanti seria uma peça-chave para isso. O próprio Carlos Lacerda admitiu que o deputado caxiense servia como um porta-voz do partido junto aos mais pobres, devido a sua legenda forte no interior, as histórias que contava e o seu jeito de falar identificado com o povo¹⁰².

Esse segundo mandato como deputado federal marcou o começo de mudanças na estrutura do partido que levariam o próprio Tenório Cavalcanti a repensar o rumo de sua carreira política e a sua opção pela UDN. Até meados do governo Juscelino, o partido continuou dominado pelos grupos mais conservadores que empregavam uma oposição radical.

Nesse momento, Juraci Magalhães assumiu a direção nacional do partido, tentando aproximar o partido da população através das “caravanas da liberdade” e do “caminhão do povo”. Tenório Cavalcanti que sempre combateu os Realistas, grupo do

⁹⁹ Mario Grynspan. Op. cit, p. 86.

¹⁰⁰ Lais Costa Velho, Op. cit, p. 25.

¹⁰¹ Idem, p. 26.

¹⁰² Israel Beloch. Op. cit, p. 152

qual fazia parte Juraci Magalhães passava a elogiar essa nova postura do partido mais próxima do povo, mas por pouco tempo.

3.2 Virada de mesa e mudança de posicionamento; o divórcio com o conservadorismo e o flerte com o nacionalismo e o comunismo.

O arrependimento de Tenório Cavalcanti em desposar as novas teses do partido viria com as eleições para Governador do Rio de Janeiro, em 1958. A UDN resolveu se aliar ao PTB para as eleições estaduais em quatro estados: na Bahia para a candidatura de Juraci Magalhães, em Pernambuco entorno do nome de Cid Sampaio, no Piauí em apoio a Chagas Rodrigues e no Rio de Janeiro para a candidatura Roberto Silveira. A aliança acabou vencedora nos quatro estados.

Com essa aliança, Tenório Cavalcanti pela primeira vez se rebelou contra o partido e integrou a dissidência udenista fluminense que era contra esse acordo, tendo o respaldo de Carlos Lacerda. Preferiu, nessas eleições, apoiar o seu antigo padrinho político Getúlio de Moura, candidato pelo PSD, mas, apoiou Paulo Araújo do seu partido para vice-governador e Miguel Couto para Senador, abrindo depois espaço para Afonso Arinos em seu jornal.

Tenório Cavalcanti fez pesadas críticas a João Goulart e ao candidato Roberto da Silveira a quem acusava de crescer pela projeção dada por Amaral Peixoto durante o Estado Novo e por João Goulart no PTB. Ainda o acusava de ser aliado ao comunismo¹⁰³. Via crescer a concorrência em seu reduto eleitoral, pois Roberto da Silveira investiu com prioridade na Baixada Fluminense fazendo-se presente no cotidiano de Duque de Caxias e Nova Iguaçu¹⁰⁴.

No entanto, se o PTB chegou a vitória no Governo estadual, depois de 8 anos enfrentou a derrota em Duque de Caxias. O prefeito Francisco Correa enfrentava problemas administrativos, o atraso do pagamento dos professores, a crise dos cofres públicos e a falta de habilidade política do prefeito.

Assim, nem mesmo a forte presença de João Goulart e Roberto da Silveira, em Duque de Caxias foi capaz de reconduzir o ex-prefeito Braulino de Matos Reis à vitória nas eleições. Uma outra causa dessa derrota é atribuída a candidatura de Nelson Cintra pelo PSB que teria dividido a votação trabalhista.

¹⁰³ Israel Beloch. Op. cit, p. 154-157.

¹⁰⁴ Marlúcia Santos de Souza, Op. cit, p. 145.

A vitória foi do candidato Adolfo David, numa coligação liderada pelo PSP. Em 1962, ele trocava de partido e iria para o PSD, tendo o apoio de Amaral Peixoto para reestruturar o diretório municipal do partido. Então mesmo com a derrota do trabalhismo, o candidato da UDN Joaquim Tenório não conseguiu se eleger.

Se a nível estadual e municipal, Tenório Cavalcanti acumulou novamente derrotas, pessoalmente ele atingiu o ápice de sua votação na UDN, ao obter 46.029 votos¹⁰⁵, mas cresceu apenas 10% em relação a eleição anterior. O que podemos notar da construção da sua máquina política é que Tenório Cavalcanti não conseguia transferir a sua legenda para os seus candidatos e se impor frente às demais correntes no seu reduto eleitoral, conseguindo apenas vitórias devido a sua personalidade.

Essa eleição o levou a repensar a sua conduta política, pois o PTB fluminense acompanhou a tendência nacional passando de 24%, em 1954, para 33%, em 1958, enquanto a UDN decresceu de 29%, em 1954, para 23%, em 1958. Na visão de Israel Beloch, Tenório Cavalcanti se enxergava na UDN carioca e fluminense como elemento de ligação do partido com as massas, sentido ter um valor específico muito forte. A partir do momento em que o partido buscou outros meios de contato com a população, Tenório Cavalcanti rebelou-se contra o partido¹⁰⁶.

Por último, as suas bases eleitorais situadas na Baixada Fluminense passaram, na segunda metade dos anos 50, por um período de intensa politização inclinando-se para a reforma social que ganhava espaço no debate político na era JK e que virou programa de governo da esquerda na gestão João Goulart. Nesse momento, a UDN mantinha uma postura contra as reformas, levando-o a optar por suas bases eleitorais, rompendo com o partido.

O elemento detonador da sua saída do partido foi a sua candidatura ao Governo da Guanabara. A UDN tinha lançado Carlos Lacerda enquanto que a outra força o PTB indicou o deputado federal Sérgio Magalhães, com o apoio da esquerda. Tenório Cavalcanti se lançou candidato por uma coligação formada por MRT e pelo PSP. Para presidente não acompanhou o partido que apoiou o nome de Jânio Quadros e apoiou o ex-Governador de São Paulo, Ademar de Barros.

As análises sobre a sua participação na eleição oscilam entre uma fabricação udenista para dividir o eleitorado trabalhista e ajudar na vitória de Carlos Lacerda e a sua participação nas eleições sem essa finalidade. Apesar dessas interpretações, a

¹⁰⁵ Israel Beloch. Op. cit, p. 158.

¹⁰⁶ Idem, p. 156.

sua candidatura e expressiva votação, por volta de 223 mil votos, tiveram repercussão nacional e o inseriu num ambiente politizado entre o lacerdismo e anti-lacerdismo¹⁰⁷.

Após as eleições, abandonou a UDN e se filiou ao PST. Nunca se aproximou do PTB fluminense por vê-lo como um perigoso concorrente, pois disputava o mesmo eleitorado que o seu, apesar de se aliar ao PTB na Guanabara e apoiar figuras como Leonel Brizola. Com a inclinação de Tenório Cavalcanti para o lado das forças nacionalistas e democráticas, a Luta Democrática mudou o seu posicionamento e incorporou os temas em debate no cenário nacional. Tenório Cavalcanti apoiou a posse de João Goulart, em 1961.

Sem constrangimento, Tenório Cavalcanti e a Luta Democrática adotaram as bandeiras reformistas como: a reforma agrária, a política externa independente, a participação dos operários nos lucros das empresas, reajuste do salário mínimo, reformas de base e a estatização das empresas estrangeiras. Inclusive defendeu a legalização do PCB.

A virada de comportamento de Tenório Cavalcanti representou de forma bem significativa a sua resposta as mudanças em processo na cultura política nacional, com a ascensão de novas demandas sociais. Serge Bernstein¹⁰⁸ destaca que a cultura política é um elemento móvel e que se enriquece a medida que outras culturas políticas trazem respostas aos problemas do momento, que a cultura política dominante não consegue por si só responder. Isso foi detectado por Tenório Cavalcanti, pois o conservadorismo não o permitia ofertar ao seu eleitorado as respostas imediatas as suas carências, diferentemente do trabalhismo em ascensão no cenário político nacional e que encampava as reivindicações das classes populares por meio das chamadas reformas de base.

Isso não levou Tenório Cavalcanti a abdicar do clientelismo como prática política, mesmo ao se aproximar de elementos politizados e, até então, estranhos ao seu convívio político como sindicalistas e posseiros, tentando obter a representatividade desses grupos ao se apresentar como o porta-voz das suas reivindicações. Essas ações, no fundo, buscavam reforçar a estrutura da sua máquina política que tem como característica capitalizar sobre a heterogeneidade, a partir do momento em que oferece efetivamente canais de acesso a arena política. Outro elemento destacado por Eli Diniz é

¹⁰⁷ Para uma análise das eleições para Governador na Guanabara, em 1960. Ver Marly Motta. Eleições em tempos de radicalização In Marly Motta, Américo Freire e Carlos Eduardo Sarmiento. A política carioca em quatro tempos. Rio de Janeiro: FGV, 2004, pp. 133-162.

¹⁰⁸ Serge Bernstein, Op. cit, p. 358.

que a máquina política mesmo sendo pragmática não pode ser compreendida como um fenômeno totalmente desprovido de significado ideológico¹⁰⁹. Isso demonstra o quanto elástico pode ser a aplicabilidade do clientelismo se amoldando tanto as práticas políticas conservadoras quanto as práticas políticas que se baseiam no discurso ideológico.

O Presidente João Goulart, de seu ardoroso adversário político, passou a ter o seu apoio e muitas vezes a sua companhia. Ocorria uma disputa junto ao PTB fluminense pela maior influência junto ao Presidente. Essa disputa viria a se repetir nas eleições de 1962 para Governado do Rio de Janeiro. De um lado, apresentou-se Tenório Cavalcanti candidato pelo PST contando com o apoio dos comunistas. Do outro lado, concorria Badger da Silveira, irmão de Roberto da Silveira, pelo PTB com o apoio do PDC, como principais forças. A disputa entre ambos foi acirrada, mas Tenório Cavalcanti mesmo conseguindo cerca de 224 mil votos acabou derrotado pelo candidato trabalhista, mas se reelegeu deputado federal com pouco mais de 21 mil votos.

Já em Duque de Caxias, o resultado se inverteu e Tenório Cavalcanti conseguiu conquistar a prefeitura, em 1962. Lançou o seu primo Joaquim Tenório novamente candidato por uma coligação formada por PST/UDN e pelo PSD que indicou o vice-prefeito, Lázaro de Carvalho. Ambos venceram essa conturbada eleição, que foi anulada a primeira vez por fraude, contra a coligação PSB/PTB formada por Nelson Cintra e José Guipponi. Assim, Tenório Cavalcanti obtinha um valioso instrumento para a ampliação da sua prática clientelística, mas não esperava que a conjuntura o fizesse desfrutar da vitória por pouco tempo.

4. Outros espaços de disputas políticas: urbanização, industrialização e a disputa pela posse da terra.

As mudanças no município de Duque de Caxias não incidiram somente no território, com a sua emancipação e na política com os embates entre as correntes políticas locais e muito menos se restringiram ao processo de loteamento. Mesmo com os déficits de infra-estrutura, principalmente, água, saneamento básico, iluminação, educação e saúde, o município conseguiu arrancar rumo a sua incorporação ao processo de industrialização pelo qual passou o país de forma mais intensa, a partir dos anos 30 e 40 se alastrando pelos anos 50 e 60. Os dois eixos considerados marcos de processo de

¹⁰⁹ Eli Diniz, Op. cit, p. 44.

industrialização local que são a Fábrica Nacional de Motores (FNM) e a Refinaria Duque de Caxias (REDUC).

A criação da Fábrica Nacional de Motores (FNM), em 1943, esteve intimamente ligada a conjuntura internacional marcada pela II Guerra Mundial e a participação do Brasil ao lado dos Aliados. Com isso, em 1940, o Ministério da Viação e Obras Públicas designou o Coronel Antonio Guedes Muniz para organizar o projeto definitivo da criação da empresa. O impulso final para a sua criação veio, em 1941, quando os Estados Unidos promulgou o “*Lend Lease Act*”, que permitia a concessão de financiamentos para o fortalecimento da economia dos países aliados. No caso da FNM, além de investimentos havia o fornecimento de máquinas e equipamentos pelos Estados Unidos. A FNM foi projetada inicialmente para atuar na produção e reparo de motores de avião, na fabricação de diversas peças e engrenagens, geladeiras, fusos filatórios e até mesmo tampas de garrafas¹¹⁰.

Os dirigentes do Estado e seus representantes em Duque de Caxias incorporaram o papel de desbravadores, conquistadores e dominares da natureza, transformando o selvagem em moderno. O responsável pela construção, o Brigadeiro do Ar Guedes Muniz, nos anos 60, em declaração na Câmara Municipal, deixava claro esse aspecto ao destacar que escolheu para as obras em Xerém, “*terras alagadas num tromedal (sic) imenso, onde imperavam os sapos, os mosquitos e a malária*”¹¹¹. Essas péssimas condições de trabalho foram destacadas, também, por ex-operários da fábrica em entrevistas concedidas a Marlúcia de Souza. A isso se somava o rigor imposto pelo Brigadeiro durante a fase de construção, cujas penalidades poderiam ir do corte de horas e dias trabalhados até a prisão¹¹².

José Ramalho¹¹³ aponta os fatores que levaram a construção da FNM em Duque de Caxias: o interventor e genro de Vargas, Amaral Peixoto, queria dar um status industrial a região, Xerém era uma área estratégica pela existência da estrada de ferro Rio D’ouro e a rodovia Rio-Petrópolis, o que favorecia a comunicação e a chegada de equipamentos, as condições físicas do local, com terreno ao nível do mar, água em abundância, proteção natural pelas serras em volta e apenas duas vias de acesso, o que

¹¹⁰ Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro (DHBB) pós-1930. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

¹¹¹ O MUNICIPAL, 29/08/1964, p. 05.

¹¹² Marlúcia Santos de Souza, Op. cit, p. 106.

¹¹³ José Ramalho. Estado Patrão e Luta Operária: o caso da FNM. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 40 *apud* Marlúcia Santos de Souza, Op. cit, p. 112.

facilitava a defesa militar e a proximidade de Duque de Caxias com o Distrito Federal facilitando o acesso de técnicos e o escoamento da produção.

As diferenças entre os operários – divididos em técnicos, arigós e lavradores – dificultavam a construção de laços de solidariedade. Marlúcia de Souza¹¹⁴ observa que, a partir da memória operária, é possível reconstituir as seguintes fases na fábrica: a de construção (1940/1942), a de militarização (1943/1947) que estavam ligadas ao discurso desbravador, civilizador, ordenador e nacionalista do Estado Novo. Após o final da II Guerra Mundial, a FNM passou por um processo de desmilitarização e alteração do produto elaborado, passando a produzir caminhões por meio de contratos assinados com a Isotta-Fraschini e depois com a Alfa Romeo, sendo assim, transformada na principal indústria de serviços pesados do país. A fase de Sociedade Anônima (1947-1968) foi vista pelos antigos operários como o começo da entrega da fábrica ao capital internacional.

A simples organização de uma comissão para reivindicar qualquer melhoria era entendida pelo Brigadeiro como uma ofensa e um ato de ingratidão. A desigualdade existente era tida como estágios pelo qual o trabalhador deveria passar para conseguir atingir os postos mais elevados na fábrica. Durante a década de 50, os funcionários passaram a se organizar pela manutenção da FNM enquanto empresa estatal, pois a ameaça de privatização era constante. A presença de novos operários que traziam outras experiências políticas, sendo muito ligados ao PCB ajudou no crescimento do movimento sindical dentro da fábrica¹¹⁵.

Com o tempo e as novas adesões ao sindicato e ao PCB, aumentou a capacidade de pressão e politização do movimento. Entre 1950 a 1964 os trabalhadores construíram uma experiência combativa, com delegados em todos os setores da fábrica, enfrentamentos e reuniões para definir as reivindicações e as ações políticas, como as greves. José Ramalho destaca que após a criação do Conselho Sindical 51, os conselheiros eram escolhidos em função do seu prestígio no trabalho atuando como fiscais dos trabalhadores e era comum a ida desses conselheiros aos gabinetes dos representantes da fábrica para negociar os interesses dos trabalhadores¹¹⁶. Essa política foi bem sucedida levando as conquistas das reivindicações e no final da década de 50,

¹¹⁴ Marlúcia Santos de Souza, Op. cit, p. 113.

¹¹⁵ Idem, p. 208.

¹¹⁶ José Ramalho, Op. cit, p. 158-160 apud Marlúcia Santos de Souza, Op. cit, p. 209.

os entraves da fábrica foram rompidos e o movimento sindical foi fortalecido pela presença do sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara¹¹⁷.

A greve foi outra estratégia utilizada pelos trabalhadores da FNM nos períodos de maior radicalização. Marlúcia de Souza aponta que os trabalhadores fizeram greve pelo fim da hora-extra, por aumento salarial, direito de férias de 30 dias e pelo pagamento das 240 horas mensais de trabalho ao invés das 234 horas pagas. Em 1961, promoveram a primeira greve geral com a adesão de cerca de 5 mil operários. Depois da greve aumentou o número de sindicalizados e foi criada uma Delegacia Sindical no interior da empresa¹¹⁸.

Em 1963, aconteceram dois fatos importantes na FNM. O primeiro foi uma greve de 4 dias por aumento salarial e aplicação dos recursos na fábrica para a sua modernização e ampliação e a visita do Presidente João Goulart. O Presidente esteve na fábrica e, num discurso dúbio, apelou para o nacionalismo, mas criticou a situação da fábrica, a ineficiência das estatais e o empreguismo. Assim, as lutas estabelecidas no interior da fábrica levaram os militantes a uma longa tradição de negociação e conflito com o poder público federal¹¹⁹.

No entanto, a atividade urbano-industrial do município não estava restrita somente a FNM, pois na década de 40, Duque de Caxias era um dos poucos municípios do Rio de Janeiro em que a atividade industrial superava a agropecuária. Em 1948, a cidade dispunha de indústrias têxteis, com destaque, para a Companhia União Manufatora de Tecidos¹²⁰, vidros, produtos químicos, farmacêuticos, entre outros. Eram em sua maioria unidades de pequeno porte¹²¹.

O crescimento industrial levou Duque de Caxias no final da década de 40 e no início da década de 50, a um rápido aumento na arrecadação e no orçamento municipal, conforme demonstra o quadro a seguir:

¹¹⁷ Marlúcia Santos de Souza, Op. cit, p. 210.

¹¹⁸ Idem, p. 210-211.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ Stélio Lacerda. A Fábrica de Tecidos do “Corte Oito”. Duque de Caxias: Portal Literário, 2007.

¹²¹ Israel Beloch, Op. cit, p. 34-36.

Orçamento Municipal de Duque de Caxias

Ano	Valor
1948	Cr\$ 4.850.000,00
1949	Cr\$ 8.050.000,00
1950	Cr\$ 10.964.782,00
1951	Cr\$ 14.471.276,00
1952	Cr\$ 14.496.496,00
1954	Cr\$ 28.500.000,00

Fonte: Lais Costa Velho. Caxias, ponto a ponto (1953-1957). Duque de Caxias: Editora Agora, 1965, p. 36.

O rápido crescimento da arrecadação municipal levou Duque de Caxias a ultrapassar Nova Iguaçu e se situar como o quarto maior município dentro do estado do Rio de Janeiro. O censo de 1950 localizou em Duque de Caxias 112 unidades industriais, empregando 3.287 operários. Essas fábricas, além dos ramos já anteriormente citados, situavam-se na área de alimentos, minerais não-metálicos, metalurgia e material de transporte. No começo dos anos 60, esses números subiram, respectivamente, para 206 indústrias e 7.738 operários empregados¹²². Além do crescimento industrial, o comércio e o setor de serviços, como o bancário, também se expandiam.

Essa expansão industrial ganhou novos contornos com a construção da Refinaria Duque de Caxias (REDUC), a partir de 1957. Projetada inicialmente para processar 9 mil barris diários de petróleo para abastecer o Distrito Federal, o Rio de Janeiro, o Espírito Santo e Minas Gerais, cujo custo estava estimado em 27 milhões de dólares e que deveria acoplar ao complexo várias indústrias químicas¹²³. Porém, acabou sendo instalada somente a FABOR (Fábrica de Borracha Sintética) atualmente PETROFLEX.

A inauguração da refinaria, em 1961, ajudou a difundir mais ainda na localidade a visão de que o município estava progredindo, pois o país vivia o desenvolvimentismo do governo Juscelino Kubitschek, que implicava numa modernização pelo aceleração da industrialização. Essa nova imagem era reforçada materialmente, pois, a refinaria gerava uma nova fonte de recursos para os cofres municipais, através de impostos. Além disso, possibilitou a ampliação de outros setores como o de comércio e de serviços.

Toda uma variedade de indústrias, ligadas a produtos oriundos do refino do petróleo, em decorrência, foi se instalando na sua proximidade. A participação da cidade aumentou expressivamente dentro do Estado, durante a década de 60. Passava de

¹²² Idem, p. 35-36.

¹²³ José Lustosa, Op. cit, p. 211-212.

3,8% da produção industrial para cerca de 6%. O percentual de trabalhadores empregados, em Duque de Caxias, daria um salto de 3,6% para 15%¹²⁴.

Com a presença da REDUC, Duque de Caxias passou a ser o segundo maior arrecadador de impostos do estado, perdendo apenas para Niterói, a capital. Ocorreu ainda o crescimento do colégio eleitoral, nos anos 60, que colocou o município em primeiro lugar. A partir dessa nova situação econômica e política municipal, buscava-se apagar a identificação do local com a violência, tentando atribuir isso a um passado que não mais existiria.

Concomitantemente, a instalação da Reduc trouxe um novo ator para o movimento sindical na municipalidade. Em 1962, foi fundado o Sindicato dos Petroleiros pelos funcionários da refinaria. Esses trabalhadores eram oriundos das mais diversas regiões do país, como Bahia, São Paulo e da própria Refinaria de Manguinhos, no Distrito Federal. A causa para isso era a inexistência de mão-de-obra especializada no local, então funcionários eram transferidos para iniciarem as atividades da nova refinaria.

Na formação do sindicato colaboraram dois fatores. O primeiro está ligado as próprias lutas internas dentro da refinaria, na sua fase de construção, chamada terraplanagem. O segundo fator foi a ligação ao sindicato dos petroleiros da Refinaria de Manguinhos que oferecia apoio nas reivindicações dos trabalhadores e serviu como modelo de organização. Não podemos descartar, ainda, conforme já citado, que esses trabalhadores, em sua maioria vinham de outros Estados e tinham trabalhado na Petrobrás, ou seja, já tinham certa experiência sindical.

Assim, em 1962, quando o sindicato foi oficialmente fundado, rapidamente, passou a integrar o movimento sindical local. Filiou-se ao CGT local e ampliou suas relações com outros sindicatos, além dos existentes em Duque de Caxias, principalmente, sindicatos sediados na Guanabara. Estabeleceu vínculos com políticos locais, se destacando Tenório Cavalcanti, que estava na sua fase trabalhista e disputava espaço de representação desses segmentos que irrompiam no cenário político.

Nesse período anterior ao golpe, o grupo que tinha mais força política dentro do sindicato era o composto por membros comunistas ligados ao PCB. O sindicato tomou parte nos movimentos locais e nacionais. No município, em 1963, assim como os

¹²⁴ Stélio Lacerda. Uma Passagem pela Caxias dos anos 60. Fragmentos de Memória e Registros Diversos. Duque de Caxias: Edições do Autor, 2001, p. 14.

operários da FNM, ameaçaram deflagrar greve na refinaria em apoio aos lavradores que estavam ameaçados de despejo das terras da FNM.

Nacionalmente tomaram partido pelas reformas de base. Participaram de forma ativa no comício da Central do Brasil, em 13 de março, quando o Presidente João Goulart assinou decretos que nacionalizavam as refinarias de petróleo. Essa situação aparente de triunfo veio a se alterar poucos dias depois, com o golpe militar.

Outros atores que conseguiram grande destaque no cenário local, com projeção estadual e nacional, entre os anos 50 e 60, foram os posseiros, que lutavam contra os grileiros pela posse de terras na região.

Marlúcia de Souza destaca que na década de 40 e 50 a presença de lavradores em Xerém tornou-se mais significativa, principalmente nas terras pertencentes à FNM e nas demais fazendas da região como: Penha Caixão, Piranema, São Lourenço e Mato Grosso. Além dos lavradores que já viviam na região há décadas, uma nova leva de camponeses foi se alojando no local e em seu entorno como em Capivari e a Fazenda Barro Branco. A mesma autora cita quatro fatores para explicar a chegada contínua de lavradores: os trabalhadores da rodovia Rio-Petrópolis depois do final da obra permaneceram no local passando a lavrar a terra; o saneamento realizado na região na década de 30; a proximidade de Duque de Caxias com o Distrito Federal e a formação de núcleos coloniais que atraiu lavradores em terra¹²⁵.

Mario Grynszpan demonstra que, em 1950, os posseiros controlavam 253 estabelecimentos rurais, passando para 1596, em 1960. De 0,03% dos estabelecimentos na década de 40 controlavam 24,2% nos anos 60. o autor destacou que a tarefa de lavrar a terra era difícil, pois sem financiamentos, instrumentos de trabalho adequados e ainda havia os conflitos pela manutenção da posse da terra com os proprietários¹²⁶.

Os despejos foram um dos mais sérios problemas da área rural do Estado, tendo caráter dramático e violento com tiros, queimada das casas e destruição de plantações. Esses conflitos foram mais intensos na Baixada, em especial, Duque de Caxias. Foi na Baixada Fluminense que os lavradores começaram a se organizar e resistir às expulsões.

¹²⁵ Marlúcia Santos de Souza, Op. cit, p. 198.

¹²⁶ Mario Grynszpan analisou as lutas entre grileiros e posseiros na sua dissertação de Mestrado Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Rio de Janeiro: UFRJ, 1987. Aqui, entretanto, utilizo dois artigos seus Mario Gruynspan. Ação Política e Atores Sociais: Posseiros, Grileiros e a Luta pela Terra na Baixada. DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Vol. 33, nº2, 1990, pp. 285 a 310 e Mario Grynszpan. Luta política, gênese de atores e reconfiguração do espaço. Revista Tempo. Rio de Janeiro, nº 12, 1996, pp. 113-132.

A valorização das terras após as obras de saneamento influenciou no aumento das tentativas de despejos para que fossem realizados loteamentos. Foi a partir da ligação entre luta e despejo, com o aumento das tentativas de expulsão e a resistência de lavradores, principalmente os posseiros passa a ganhar sentido. Nesse processo, lavradores estabelecidos como parceiros, moradores ou arrendatários, além de ocupantes de áreas aparentemente abandonadas, mas que passaram a ser reivindicadas começaram a se reconhecer como posseiros, negando a autoridade daquele que se dizia proprietário que passou a ser chamado de grileiro. A presença do grileiro, segundo Mario Grynszpan, contribuiu para esgarçar mais ainda os laços de subordinação que prendiam os lavradores na Baixada, pois era o grileiro que promovia as expulsões mesmo sem exercer a dominação direta sobre o camponês. A ocorrência de disputa pela terra contribuiu para ilegitimar aquele que se dizia proprietário e tornar os lavradores mais propensos à luta, levando-os a construir uma identidade própria, o posseiro¹²⁷.

Mediante a necessidade de defender a posse da terra e evitar novos despejos, no final dos anos 40, os lavradores organizaram-se em associações, tendo como ponto de partida Xerém, em Duque de Caxias. Em 1949, houve a formação da Comissão de Lavradores cujo objetivo era defender os interesses dos camponeses e evitar novos despejos. Em 1952, foi criada a Associação de Lavradores Fluminenses (ALF). A formação da associação aconteceu após um despejo ocorrido na Fazenda São Lourenço e em meio a ameaças de despejos aos lavradores da Fazenda Capivari. Era composta por lavradores que vinham sendo alvos de tentativa de expulsão. Irradiando-se de Duque de Caxias, o trabalho de organização era feito a partir de áreas que enfrentavam problemas de despejo. Eram nas lutas contra os despejos e nas ocupações que eram criadas as associações. Nesse processo foi importante a participação de militantes comunistas ligados ao PCB, inclusive advogados, sendo que muitos deles foram deslocados da cidade para o campo¹²⁸.

Para Mario Grynszpan, a afirmação da categoria posseiro e do grileiro, estava relacionada ao trabalho das lideranças dos lavradores e dos advogados, no sentido de uma construção legítima das lutas camponesas. Nos anos 50, era com base no *usucapião* que as organizações camponesas buscavam garantir o acesso a terra pela via legal resistindo os despejos. Ao mesmo tempo, manifestações eram promovidas nas cidades, principalmente em Niterói, a capital do Estado. Com isso, os lavradores buscavam o

¹²⁷ Mario Grynszpan, Op.cit, p. 121

¹²⁸ Mario Grynszpan, Op. cit, p. 287.

apoio da população e procuravam sensibilizar os deputados estaduais e os juizes com idas a Assembléia Legislativa e ao Tribunal de Justiça. Tentavam no Palácio do Ingá obter também o apoio do governador, ou seja, a luta social se transformava em luta política e transcendia a esfera municipal para a esfera estadual¹²⁹.

As denúncias nos jornais também conferiam visibilidade aos problemas locais, trazendo-os ao conhecimento nacional. Essa maior visibilidade estava associada a discussão da questão agrária a nível nacional, nos anos 50 e 60. Como consequência começou a ocorrer uma disputa por parte de políticos, comunistas e outros grupos pela representação política dos posseiros, bem como, incidiu numa progressiva mudança da ação dos próprios posseiros¹³⁰.

A criação de uma entidade estadual de representação dos lavradores sucedeu a formação de associações locais que teve na Baixada o seu começo. No final dos anos 50, foi criada a FALERJ (Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro) que também tinha elementos ligados ao comunismo em seus quadros, orientando os posseiros na sua formação e os inserindo no debate nacional sobre a reforma agrária. Os líderes mais atuantes da FALERJ eram posseiros vindos de Duque de Caxias e Nova Iguaçu que se revezavam nos principais cargos de direção¹³¹.

Se até o final dos anos 50, as ocupações apareciam como resistência de antigos posseiros contra o assédio dos grileiros, já nos anos 60, as ocupações passaram a ser feitas de forma aberta. As lideranças não buscavam mais o usucapião, mas sim expor a violência e a radicalidade das lutas, caracterizando os locais de despejo como zonas de conflito e tensão social para forçar a desapropriação daquelas áreas e a sua entrega aos lavradores. Para isso, a solidariedade e o apoio de setores urbanos e de parlamentares eram fundamentais para o sucesso das lutas. Os novos governadores passaram a reconhecer os posseiros mostrando-se receptivos às suas reivindicações.

Acentuou-se a disputa pela representação dos posseiros. O Governador Roberto Silveira, durante a campanha, prometeu proteção aos posseiros e a reforma agrária por parte do Estado. Com esse objetivo, criou o Plano Piloto de Ação buscando fortalecer sua liderança e do PTB no campo. Apoiou a criação, em 1960, da FLERJ (Federação dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro). Após a sua morte, em 1961, a FLERJ

¹²⁹ Idem, p. 293.

¹³⁰ Idem, p. 297-303.

¹³¹ Idem, p. 122.

passou a contar com o apoio do FCOF (Federação dos Círculos Operários Fluminenses) e do IPES¹³².

Outro político que buscou deter a representação política dos posseiros foi Tenório Cavalcanti durante as eleições para Governador, em 1962. A cobertura da Luta Democrática sobre o tema passou a ser periódica, com o jornal assumindo uma postura favorável, a FALERJ defendendo as suas ações e interesses. O próprio Tenório Cavalcanti passou a intervir diretamente em algumas lutas, prestando os seus serviços de advogado aos lavradores e denunciando violências na tribuna da Câmara dos Deputados. Inclusive, dedicou aos posseiros grande parte das medidas agrárias de seu programa de governo.

Seus interesses em relação aos posseiros passaram as eleições de 1962. A Luta Democrática manteve posição favorável aos lavradores e um grupo de Tenório Cavalcanti passou a promover ocupações de terra. Mario Grynszpan demonstra que havia nessas ações uma tentativa por parte do deputado federal de formar uma máquina tenorista no campo com base em esquemas clientelísticos. Buscava-se a afirmação pessoal de Tenório Cavalcanti e seu grupo que passava a se mostrar, ele mesmo, como distribuidor de terras aos posseiros via ocupação¹³³.

Ainda em 1962, ocorreu a intervenção do Governo Federal no conflito com a criação a SUPRA (Superintendência da Política de Reforma Agrária) que unificou o SSR, o INIC e o Conselho Nacional de Reforma Agrária. Possuía como objetivo formular a política de reforma agrária, desapropriar terras e executar nos termos da lei a reforma agrária. A desapropriação passou a ser justificada pelo interesse social, isto é, identificação de conflito envolvendo um número significativo de pessoas¹³⁴.

Mario Grynszpan demonstrou que entre 1962 e 1963, a SUPRA desapropriou 15 áreas em todo o Brasil. Cerca da metade eram localizadas no Estado do Rio de Janeiro e somente duas não estavam na Baixada. Antes do Golpe Militar de 1964, mais duas áreas foram desapropriadas. Contudo, com a instalação da Ditadura Militar, a situação dos lavradores na região e em Duque de Caxias iria mudar radicalmente.

¹³² Idem, p. 298.

¹³³ Idem, p.131.

¹³⁴ Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro (DHBB) pós-1930. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

5. Fome e explosão popular: o quebra-quebra de 1962

Com o crescimento dos debates políticos e sociais no cenário nacional, o ano de 1962 traria marcas profundas e duradouras para Duque de Caxias e a Baixada Fluminense. O país estava em crise política desde a renúncia de Jânio Quadros e a tumultuada posse do vice-presidente João Goulart, depois da Campanha da Legalidade, dentro do sistema parlamentarista.

No entanto, a crise não era somente política era também econômica e social, levando os vários grupos políticos a radicalizarem suas posições, diminuindo sensivelmente os espaços para a negociação¹³⁵. Na pauta de reivindicações, estavam às propostas das reformas de base, cuja aplicabilidade não era fácil por demandar reformas constitucionais que elevava ainda mais a temperatura política do país, ao mesmo tempo, em que a inflação subia aceleradamente levando a uma rápida perda do poder aquisitivo dos salários.

Para aumentar a bola de neve da crise pela qual passava o país havia uma carestia de alimentos básicos, sobretudo o feijão e o arroz, devido a um choque entre a COFAP (Comissão Federal de Abastecimento e Preços), ligada ao Ministério do Trabalho Indústria e Comércio que deveria fixar os preços, fiscalizar e expropriar estoques e mobilizar meios de transportar os produtores que não concordavam com os critérios adotados pela COFAP, em represália, recusavam-se a vender os alimentos pelos preços estipulados, praticando a sonegação¹³⁶.

Essa situação ganharia contornos dramáticos no mês de julho com as explosões populares. Logo no dia 2 de julho aconteceu um quebra-quebra em São Gonçalo, devido à falta de arroz e feijão para a venda. Os jornais noticiaram que a população protestou junto ao prefeito Jeremias Mattos Fontes e depois seguiu para Niterói aos gritos de “*Queremos arroz! Queremos feijão!*” provocando na capital do Estado outro quebra-quebra que somente foi contido com muita truculência pela polícia¹³⁷. Outra manifestação noticiada pela Luta Democrática aconteceu dois dias depois em Brás de

¹³⁵ Sobre esse debate e a sua radicalização Ver Argelina Cheibub Figueiredo. Democracia ou Reformas? Alternativas a crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

¹³⁶ Newton Menezes e Rogério Torres. Sonegação, Fome e Saque. Duque de Caxias: Consórcio de Administração e Edições, 1987, p. 32.

¹³⁷ Luta Democrática, 03/07/1962, p. 01 e 02.

Pina, com um armazém sendo saqueado, logo após a população se revoltar na fila do feijão¹³⁸.

As manifestações acontecidas anteriormente foram apenas o prelúdio do que iria acontecer em Duque de Caxias, em seguida. No mês de julho, a temperatura política novamente subiu no país. O primeiro-ministro Tancredo Neves renunciou e o nome indicado para substituí-lo foi o de San Tiago Dantas do PTB que contava com o apoio dos setores nacionalistas, da esquerda no Congresso e no movimento sindical¹³⁹.

San Tiago Dantas foi vetado pelo Congresso Nacional, sendo indicado o Senador Auro de Moura Andrade do PSD para o seu lugar. A Luta Democrática, que apoiava o Presidente João Goulart, assim como o seu dono Tenório Cavalcanti, noticiou que, em represália ao veto ao nome de San Tiago Dantas, foi convocada Greve Geral contra a ilegalidade e por um gabinete nacionalista. Segundo vinculado na imprensa, a medida foi tomada pelas Federações, Confederações e Sindicatos de todo o país, com o apoio da CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores de Indústrias), PUA (Pacto de Unidade e Ação) e da Comissão Permanente das Organizações Sindicais¹⁴⁰.

Tanto O Globo, que exercia uma oposição acirrada ao Presidente João Goulart, quanto o Jornal do Brasil, que fazia uma oposição mais moderada, noticiaram o apelo feito pelo Presidente João Goulart aos líderes sindicais para que suspendessem a greve. Chegou a ligar para os dirigentes sindicais e enviou três emissários a CNTI. Contudo, os apelos do Presidente foram em vão e a greve começou à zero hora do dia 5 de julho¹⁴¹.

Em Duque de Caxias, a greve geral deixou a população concentrada na Praça do Pacificador à espera de transporte para trabalhar. A aglomeração, que tivera início durante a madrugada, chegou a cerca de 20 mil pessoas¹⁴² no começo da manhã. Uma primeira tentativa de dispersar a multidão foi feita pelo delegado Amyl Nei Richaid no início da manhã. O Globo criticou a postura do delegado, ao afirmar que ele não agiu como autoridade, mas sim como candidato a deputado estadual, indo depois para a delegacia, deixando os seus quatro policiais para controlar a multidão sem o uso da violência¹⁴³.

A multidão não se dispersou e permaneceu concentrada na Praça do Pacificador. Logo em seguida, chegaram notícias de que havia feijão escondido nos armazéns e

¹³⁸ Luta Democrática. 05/07/1962, p. 01.

¹³⁹ Marlúcia Santos de Souza. Op. cit, p. 238.

¹⁴⁰ O Globo, 05/07/1962, p. 06, Jornal do Brasil, 05/07/1962, p. 01 e Luta Democrática, 05/07/1962, p. 1.

¹⁴¹ O Globo, 05/07/1962, p. 01 e Jornal do Brasil, 05/07/1962, p. 02.

¹⁴² Newton Menezes e Rogério Torres. Op.cit, p. 15.

¹⁴³ O Globo, 08/07/1962, p. 02.

mercados, o que deu início ao quebra-quebra e ao saqueamento, por meio de um movimento desordenado e sem líderes. Os populares usaram vergalhões de ferro, pedaços de pau e outras armas improvisadas para arrambar as portas aos gritos de “*Estamos com fome*”¹⁴⁴. Os comerciantes que tentavam defender seus estabelecimentos eram espancados e alguns chegaram a ser mortos.

O quebra-quebra que se iniciou no centro de Duque de Caxias se espalhou para outros bairros próximos, como o Corte Oito, Gramacho, Bela Vista, Vila São Luis, Itatiaia, Chacrinha e Copacabana. Além disso, o movimento se estendeu para os demais municípios da Baixada Fluminense, São João de Meriti, Nova Iguaçu e Nilópolis e com menor intensidade atingiu alguns bairros do Estado da Guanabara, como Vigário Geral e Parada de Lucas. No quebra-quebra foram respeitadas as lojas que hastearam na sua fachada a Bandeira Nacional, com frases de apoio à “*legalidade democrática*”¹⁴⁵.

A reação das autoridades foi tardia. O Jornal do Brasil divulgou que as autoridades municipais afirmavam prever o fato por três causas: o acontecimento de movimento semelhante, em São Gonçalo poucos dias antes, a greve geral desencadeada e a sistemática falta de gêneros de primeira necessidade na região, como o arroz, o feijão e o açúcar. O delegado Amyl Nei Richaid afirmou ao jornal que, na véspera, pediu reforço do Exército e do policiamento ao Governador Celso Peçanha, não sendo atendido¹⁴⁶.

Em depoimento ao mesmo jornal, o prefeito Adolfo David afirmou ter assistido uma “*verdadeira batalha*”, com mulheres, homens e crianças gritando que “*preferiam morrer lutando a morrer de fome*”. Disse ter ficado toda a manhã em seu gabinete, solicitando a ajuda das Forças Armadas, que responderam nada poder fazer, pois estavam de prontidão devido à greve geral. A Associação Comercial também pediu ajuda ao Batalhão de Pioneiros do Corpo de Fuzileiros Navais situado no município, o que foi negado pelo Almirante Aragão, pois ficaria caracterizada intervenção federal no município¹⁴⁷.

Ainda durante o quebra-quebra, a Luta Democrática noticiou que houve uma tentativa de rebelião na delegacia que foi contida pela polícia. Divulgou também que a Rádio Difusora de Duque de Caxias, pertencente a Tenório Cavalcanti, foi censurada

¹⁴⁴ Jornal do Brasil, 06/07/1962, p. 05.

¹⁴⁵ Idem, p. 01.

¹⁴⁶ Idem, p. 05.

¹⁴⁷ Idem.

pelas autoridades só transmitindo músicas e informes publicitários e não podendo comentar nada a respeito do que estava acontecendo¹⁴⁸.

Somente à tarde, depois de um pedido do Governador Celso Peçanha, é que o Exército ajudou na contenção de novos saques. Um destacamento do 3º Batalhão de Carros de Combate, com cerca de 40 soldados foi enviado e depois do pedido de reforço chegaram dois pelotões de infantaria. A imprensa noticiou que os soldados foram aplaudidos pela população, sob os gritos de “viva o Exército da Legalidade”. A atuação dos soldados se deu no sentido de guardar os prédios públicos e isolar os centros comerciais¹⁴⁹.

Esse episódio ganhou grande destaque na imprensa e repercussão nacional. O Jornal do Brasil descrevia horrorizado o evento assim,

“A população se revoltou e, ganhando as ruas, invadiu um a um todos os armazéns, empórios e mercadinhos, num saque sistemático que causou prejuízos de Cr\$ 1 bilhão. (...). A manifestação, de qualquer forma, foi a maior dessa espécie já verificada no País¹⁵⁰.”

Mais a frente o mesmo jornal demonstrava o temor de que fatos semelhantes ou de maior intensidade viessem a ocorrer na Guanabara e apontava a possível causa para isso ao dizer,

“O dia de ontem tudo quanto de trágico e desordenado aconteceu aqui bem perto, em Duque de Caxias, Nilópolis e Meriti e outras cidades fronteiriças ao Estado da Guanabara, deve valer como advertência e como amostra que, no mesmo sentido e numa escala muito maior, pode acontecer, de um momento para outro aqui, na cidade do Rio de Janeiro, ou em qualquer outro grande centro urbano. Traduz, antes de mais nada, a explosão de todas as pressões que se acumulam sobre o povo, cujos recursos mingam na mesma proporção em que se torna precário o abastecimento¹⁵¹.”

¹⁴⁸ Luta Democrática, 06/07/1962, p. 02.

¹⁴⁹ Jornal do Brasil, 06/07/1962, p. 05; O Globo, 06/07/1962, p. 06 e Luta Democrática, 06/07/1962, p. 2.

¹⁵⁰ Jornal do Brasil, 06/07/1962, p. 01.

¹⁵¹ Idem, p. 06.

As notícias divulgadas pelo Jornal do Brasil davam conta que o próprio Presidente João Goulart acompanhou o desenrolar da greve geral, em Brasília, demonstrando preocupação com os acontecimentos ocorridos em Duque de Caxias, onde estivera poucos dias antes¹⁵². Os representantes das Entidades das Classes Trabalhadoras do Estado do Rio de Janeiro foram ao gabinete do Comandante do I Exército, General Osmino Alves afirmar que não tinham nenhuma ligação com o quebra-quebra na Baixada. No município, os dirigentes sindicais explicaram ao delegado que não tinham nenhuma ligação com o ocorrido.

No dia seguinte, segundo o Jornal do Brasil, contabilizava-se 42 mortos e 700 feridos nos municípios da Baixada Fluminense e um prejuízo inicial estimado em mais de 1 bilhão de cruzeiros¹⁵³. Para Duque de Caxias, os dados divulgados pela Luta Democrática dois dias depois do quebra-quebra apontaram 6 mortos, 675 feridos, 800 prisões, 180 casas saqueadas e um prejuízo de mais de 2 bilhões e 500 milhões de cruzeiros¹⁵⁴.

Entretanto, o clima de tensão permaneceria por mais alguns dias. O Exército que havia se retirado no início da manhã do dia seguinte retornou à tarde por pedidos do delegado e da Associação Comercial motivado pela ocorrência de assaltos e pequenos saques. Teve, a partir desse momento, o apoio da Polícia Militar que enviou 60 homens para o município. A segurança não ficaria a cargo somente do poder público estadual e federal, sendo criadas duas milícias locais. A Associação Comercial criou um corpo de voluntários formado por comerciantes, bancários e industriais que usavam armas próprias e chegou a ter mais de mil homens. A liderança desse contingente foi atribuída a Newley Lopes, seu irmão Juarez Lopes, Hydekel de Freitas, Getúlio Gonçalves e Jovani Costa Bongosto, acusados pela Luta Democrática¹⁵⁵ de serem marginais, “playboys” e transviados, envolvidos em assassinatos e estupros, compondo a chamada “Turma do Esculacho” conforme eram mais conhecidos na localidade.

Outro grupo armado foi formado pelo delegado, segundo ele, “*pela omissão das autoridades superiores, pois ontem, após a saída dos elementos das forças militares, um novo quebra-quebra foi iniciado na cidade, principalmente nos bairros*”¹⁵⁶. Esse grupo armado contou com cerca de seis mil homens. Ambos os contingentes eram

¹⁵² Idem, p. 02.

¹⁵³ Idem, p. 01.

¹⁵⁴ Luta Democrática, 07/07/1962, p. 08.

¹⁵⁵ Luta Democrática, 08 e 09/07/1962, p. 01 e 02.

¹⁵⁶ Idem.

divididos em grupos de 12 homens armados com paus, pedras, revólveres e carabinas, chamadas de “A Brigada de Defesa da Família Caxiense”¹⁵⁷. Até mesmo o juiz Hélio Albernaz justificou esses grupos armados pela necessidade dos comerciantes em defender o seu patrimônio¹⁵⁸.

A formação dessas duas milícias contribuía para o acirramento da violência na municipalidade. O Jornal do Brasil noticiava que a situação no município estava um pouco melhor, destacando de forma negativa a formação de milícias, afirmando que “quando o povo organiza milícias para se defender, buscando fazer justiça (ou injustiça), o problema é de segurança e das autoridades”¹⁵⁹. Já a Luta Democrática noticiava que o local vivia um clima de terror com a criação das duas polícias clandestinas que estavam em divergência. O jornal citou a ocorrência de crimes, espancamentos e forras acompanhada por uma polícia omissa, que teme os poderosos e estava mais preocupada com os resultados das eleições, pois o delegado Amyl Nei Richaid era candidato a deputado estadual pelo PSD¹⁶⁰.

Após o saque, os sindicatos foram ameaçados de invasão, pois os grupos dominantes locais (comerciantes) colocavam a culpa do quebra-quebra nas ações dos sindicatos, vistos como agitadores. O deputado estadual Sá Rego da UDN que acabara de assumir a presidência da Assembléia Legislativa tentou fazer um apaziguamento entre a Associação Comercial e os Sindicatos, mas não conseguiu. O jornal O MUNICIPAL, apesar de ser dizer ligado ao trabalhismo, reproduziu e apoiou a visão dos comerciantes ao atribuir a responsabilidade do ocorrido aos dirigentes sindicais, ao afirmar que,

“Precisam os dirigentes sindicais saberem que nem só os sindicalizados merecem a atenção dos mesmos. No nosso entender, os que não o são, merecem tanto ou mais apreço, pois não o sendo, precisam ser conquistados para serem, e não é com exemplo dessa natureza que irão conseguir”¹⁶¹.

O mesmo jornal afirmava que cerca de mil trabalhadores do comércio ficaram desempregados com o quebra-quebra e que os industriais por medida de retaliação poderiam não mais contratar trabalhadores sindicalizados. Assim, os comerciantes

¹⁵⁷ Newton Menezes e Rogério Torres. Op. cit, p. 19.

¹⁵⁸ José Cláudio, Op. cit, p. 97.

¹⁵⁹ Jornal do Brasil, 07/05/1962, p. 01.

¹⁶⁰ Luta Democrática, 08 e 09/07/1962, p. 01 e 02.

¹⁶¹ O MUNICIPAL, 14/07/1962, p. 01.

colocavam toda a culpa nos sindicatos e aprofundavam ainda mais a rivalidade entre os dois segmentos.

Eronides Araújo, Presidente da Associação Comercial, explicitou de forma mais clara o acirramento das tensões e a criminalização dos sindicalistas municipais, ao declarar que *“se o socialismo tem que vir – que venha – mas para todos. Se querem tirar o que uns conseguiram para distribuí-lo entre todos, que o façam. Mas, façam com todos. E não com alguns comerciantes de Caxias, responsabilizados, ao que parece, pela fome nacional¹⁶²”*. Assim, o Presidente da Associação Comercial, a partir dessa declaração atribuía aos sindicalistas a culpa pelo ocorrido.

Para José Cláudio, o saque de 1962 e a formação das milícias trouxeram para os comerciantes a ruptura ligação com a população. A criminalização da pobreza levou os comerciantes a considerarem a pobreza como sinônimo de marginalidade. Depois do quebra-quebra, passou a ser usual a ação de grupos paramilitares auxiliando os comerciantes na classificação de quem era o consumidor e quem era o marginal. Isso, segundo o autor, daria origem a uma nova fase de violência na região caracterizada pelo esquadrão da morte, reforçada no pós-64 pela Ditadura Militar e o seu projeto de reconfiguração política para a região¹⁶³.

Se o monopólio do uso da força, mais uma vez, era subtraída do Estado para particulares, a disputa política sobre o ocorrido também veio a acontecer, pois já estava iniciada a corrida pelo Palácio do Ingá. A Luta Democrática, em plena campanha política de Tenório Cavalcanti para Governador, noticiou que o deputado federal tinha apresentado um projeto na Câmara dos Deputados pedindo 1 bilhão de cruzeiros em crédito especial para socorrer os comerciantes vítimas do saque e o pagamento de pensões a viúvas. Por essa ação, a Luta Democrática afirmava que o deputado federal havia recebido das Associações Comerciais mensagens de congratulações por esse projeto¹⁶⁴. Em contrapartida, O Globo destacou que a bancada federal do PTB fluminense por intermédio do deputado Paiva Muniz, apresentou um projeto de lei que criava a Superintendência de Ajuda aos Municípios da Baixada da Guanabara, que seria vinculada diretamente ao Presidente, para elaborar programas de investimentos em infra-estrutura, transporte e alimentação¹⁶⁵. Ambas as propostas não foram aprovadas,

¹⁶² Newton Menezes e Rogério Torres, Op. cit, p. 19-21.

¹⁶³ José Cláudio. Op. cit, p.p. 93-100.

¹⁶⁴ Luta Democrática, 07/07/1962, p. 03.

¹⁶⁵ O Globo, 07/07/1962, p. 02.

demonstrando mais uma vez que as autoridades somente olhavam para a região em momentos de crise e por disputa política.

O desmonte dessa milícia privada só teve início três dias depois da posse do Presidente da Assembléia Legislativa Carvalho Janotti como Governador, causada pela renúncia de Celso Peçanha, quando ordenou ao secretário de segurança Nicanor Campanário o desarme da população, afirmando que o Governo estava apto para reprimir os excessos¹⁶⁶.

As notícias divulgadas pelo O GLOBO afirmavam que a Associação Comercial juntamente com o Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios pretendiam mover ação contra o Governo estadual por responsabilidade no ocorrido e danos¹⁶⁷. O Governador foi, no dia 12 de julho, à Associação Comercial junto com o Secretário de Segurança e os deputados estaduais Sá Rego, Waldir Medeiros e Geraldo Lomar. A Associação Comercial fez as seguintes exigências: indenização do governo estadual, perícia nas casas comerciais atingidas, abastecimento pela COFAP do comércio varejista, anistia de débito bancário e empréstimos para os comerciantes, a construção de um Batalhão da Polícia Militar e policiamento permanente a ser mantido pela própria Associação Comercial. Junto às bancadas estadual e federal pediram que intercedessem ao Banco do Brasil e ao BNDE para liberarem recursos no sentido de reorganizar o comércio local. Várias das reivindicações foram atendidas e houve a construção do Batalhão da Polícia Militar. Os sindicalistas foram excluídos de qualquer contato com o Governador¹⁶⁸.

Mesmo assim, somente alguns comerciantes conseguiram a anistia das dívidas e indenizações, para Marlúcia, os mais organizados e articulados¹⁶⁹. Dados indicam que 50% dos comerciantes voltaram a funcionar em condições precárias, 30% não voltaram mais a funcionar e somente 20% retomaram as suas atividades por meio dos financiamentos recebidos¹⁷⁰. Como consequência do quebra-quebra, ocorreu, progressivamente, a mudança do padrão do comércio local, que era baseado em pequenas vendas e armazéns para as mãos de amplas redes, que passaram a controlar o comércio de alimentos. Além disso, foi iniciado um novo padrão de violência na localidade com o aprofundamento do antagonismo entre os grupos dominantes locais e

¹⁶⁶ Luta Democrática, 10/07/1962, p. 01 e 02.

¹⁶⁷ O Globo, 09/07/1962, p. 02.

¹⁶⁸ Marlúcia de Souza Santos. Op. cit, p. 242.

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ Newton Menezes e Rogério Torres. Op. cit, p. 27-28.

os sindicatos, o que seria bastante aproveitado na repressão promovida pela Ditadura Militar, após o golpe.

CAPÍTULO II

Do golpe a intervenção Militar: Relações políticas em Duque de Caxias (1964-1968)

Abril de 1964 trouxe uma nova realidade política para o país com o golpe militar que derrubou João Goulart da presidência da República. Segundo Caio Navarro de Toledo¹⁷¹, esse golpe atendeu a quatro pontos fundamentais: foi um golpe contra a democracia, as reformas sociais e políticas, a politização das organizações de trabalhadores e um golpe contra o debate ideológico e cultural em curso no país.

Tendo elegido os seus pontos principais de ataque e congregado diferentes grupos da elite conservadora sob algumas bandeiras comuns – o anticomunismo, a preservação da civilização cristã ocidental, a ordem e a democracia – os militares, uma vez no poder, alargaram, e muito, o seu campo de ação. Assim, a despeito das explicações sobre a origem, e as causas para o golpe de 1964 e o seu caráter¹⁷², o que interessa, neste capítulo, é o seu enraizamento dentro da sociedade brasileira e as mudanças realizadas a nível político.

Uma vez no poder, os militares passaram a intervir diretamente sobre todos os temas, apoiados em elementos civis, desde a economia, passando pela cultura, sociedade e política. Destes temas o que nos interessa, mais especificamente, se refere a intervenção dos militares na política e suas conseqüências. Justamente, segundo Adriano Codato¹⁷³, a implicação da intervenção militar na política é o que apresenta uma menor abordagem historiográfica. O autor não explicita, mas uma causa possível para isto foi que durante muito tempo a História Política foi relegada a uma posição secundária dentro da historiografia.

¹⁷¹ Caio Navarro de Toledo. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia *In* REIS, Daniel; RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto (orgs.) *O golpe militar e a ditadura: 40 anos depois (1964—2004)*. Bauru: Edusc, 2004, pp. 67-77.

¹⁷² Para uma explicação das causas, origens e caráter do Golpe de 1964 ver, entre outros, Alfred Stepan. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: 1975. Fernando Henrique Cardoso. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo: Difel, 1971. Florestan Fernandes. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, René Armand Dreifuss. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981. Wanderley Guilherme dos Santos. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986. Argelina Figueiredo. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993. Daniel Aarão Reis Filho. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005. Carlos Fico. *Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

¹⁷³ Adriano Codato. “O Sacerdote e o Feiticeiro”: uma análise da História Política e Militar do Brasil pós-64 *In* MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O Golpe de 1964 e o Regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: edufscar, 2006, pp.183-200.

Adriano Codato afirma, ainda, que são de diferentes naturezas os trabalhos que tentam dar conta da política desse período. Dividem-se em memórias, relatos, depoimentos, biografias, crônicas jornalísticas, teses acadêmicas e histórias políticas. O menor número apontado pelo levantamento feito pelo autor são aqueles que tem como origem a tese acadêmica.

Essas obras, segundo o autor, tratam das relações políticas por um prisma quase biográfico e personalista¹⁷⁴, sem abordar as medidas tomadas nesse plano, de forma mais estrutural ou organizacional, ficando muitas vezes a impressão de casuísmo nessas ações que interferiram diretamente no transcorrer da política nacional.

1. Intervenção política: novas e velhas relações políticas pós-1964.

Conforme observa José Murilo de Carvalho, com o golpe de 64, os direitos civis e políticos foram atingidos pelas medidas de repressão, cujos instrumentos legais foram os Atos Institucionais. Assim, o ponto inicial dessa reestruturação política é o próprio Ato Institucional (conhecido como Ato Institucional Número 1 ou AI-1), editado no dia 9 de abril de 1964 pelo autodenominado “Comando Supremo da Revolução”, com a finalidade de legitimar o golpe e conceder poderes discricionários tanto à junta militar quanto ao futuro presidente da República.

Funcionando como um dispositivo supra-constitucional, o Ato Institucional saído das três Forças Armadas, deixava bem claro que a sua finalidade seria “*a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil*”¹⁷⁵.

Dentre os seus artigos, destacamos o artigo 10 como fundamental para a “reconstrução política”, ao dar o direito primeiro à junta militar e, depois, ao Presidente Castelo Branco, por sessenta dias, de cassar mandatos eletivos, com a suspensão dos direitos políticos por dez anos, de forma sumária.

No que se refere à Baixada Fluminense, incluindo Duque de Caxias, as intervenções militares podem ser observadas, sob a ótica levantada por José Cláudio de Souza Alves, de que,

¹⁷⁴ O autor busca analisar como caso os livros de Hélio Gaspari, baseados no arquivo pessoal do General Colbery do Couto e Silva.

¹⁷⁵ Ato Institucional, 09/04/1964.

“A reestruturação política feita pela Ditadura Militar no poder local da Baixada ao longo de 20 anos teve como principal objetivo suprimir, enfraquecer ou cooptar as formas de oposição política que existiam ou viessem a surgir. Cassações de prefeitos e vereadores, fechamento e ocupação de câmaras e prefeituras, imposição de interventores e pressão para o ingresso no partido governista foram estratégias empregadas ao longo desse período¹⁷⁶”.

A ação empreendida pela Ditadura Militar na Baixada Fluminense, segundo aponta José Cláudio nessa citação, aproxima-se da perspectiva deste capítulo. No que diz respeito a Duque de Caxias, é preciso analisar as relações entre os grupos políticos locais e a Ditadura Militar.

Então, partindo dessa nova conjuntura imposta pelo golpe militar de 1964 e passando pela reestruturação política feita, analiso de que forma essas alterações políticas impostas se refletiram no campo político¹⁷⁷, em Duque de Caxias, entre 1964 a 1971, a começar pela cassação de Tenório Cavalcanti.

2. O fantasma da cassação e a tentativa de sobrevivência política de Tenório Cavalcanti

Figura política das mais exponenciais, em Duque de Caxias, desde os anos 40, Tenório Cavalcanti teve a sua carreira política encerrada, em 13 de junho de 1964, apenas dois dias antes do encerramento da aplicação do artigo 10º do Ato Institucional Número 1.

As obras que analisam a trajetória política de Tenório Cavalcanti apresentam abordagens semelhantes, como observamos no capítulo anterior. Porém, dentre todos os temas da carreira política de Tenório Cavalcanti, justamente a cassação não apresenta um estudo amplo. Mario Grynspar oferece uma explicação, para isso, ao afirmar que, o próprio Tenório Cavalcanti construiu uma narrativa que buscava diminuir sua importância e produzir o seu esquecimento. Isso teria afetado as biografias produzidas, na década de 80, e que trazem poucas referências sobre o período posterior a 1964¹⁷⁸.

¹⁷⁶ José Cláudio de Souza Alves, Op. cit, p. 101.

¹⁷⁷ Para o campo político ver Pierre Bourdieu. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989, pp. 163-207. Co

¹⁷⁸ Mario Grynspar. Os Idiomas da Patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti In Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 14, Rio de Janeiro: Vértice/ANPOCS, 1990, p. 88.

A partir desse esquecimento produzido, em grande parte, pelo próprio Tenório Cavalcanti, é que esse personagem buscou construir sua memória. Assim, podemos observar que partes da memória de Tenório Cavalcanti foram omitidas intencionalmente, levando a consolidação de uma memória baseada na sua “época de ouro”, isto é, os anos cinquenta e início dos anos sessenta.

Então, para o período posterior a 1964, conforme elaborado por Israel Beloch, ficaria a construção da trajetória de Tenório Cavalcanti restrita ao seu reduto eleitoral, Duque de Caxias, confinado em seu sítio e sua fundação que lhe permitia manter vínculos com a população caxiense. Teria tido alguma ligação com os governos posteriores a 1964, principalmente, através de seu genro, Hydekél de Freitas, político ligado a Arena e depois ao PDS¹⁷⁹.

Das análises citadas anteriormente, podemos extrair algumas elaborações sobre a desconstrução do poder político de Tenório Cavalcanti, nesse período. A primeira é que ele perdeu juntamente com o seu mandato a sua “máquina política”, incluindo o seu jornal, nos anos setenta. A segunda elaboração é que depois de cassado, ele ficou de fora, pessoalmente, das articulações políticas, a cabo de seus herdeiros políticos. Estaria, tão somente, restrito ao seu sítio e a sua entidade filantrópica.

Aqui queremos observar de outro aspecto essa cassação de Tenório Cavalcanti. Busco me afastar da visão levantada por Israel Beloch que enfatiza a sua carreira por um aspecto fundamental, que é o personalismo sendo reproduzido, de certa forma, pelas demais obras. Esse personalismo acaba por descartar outros elementos que poderiam estar em jogo na sua cassação.

Também analiso o seu comportamento político posterior a cassação, pelo menos entre os anos de 1964 a 1967. O estudo da tentativa de sobrevivência política, a cassação de Tenório e o seu comportamento político depois de cassado, foi possível por meio dos jornais Luta Democrática e O MUNICIPAL que também permitiram observar como Tenório tentou sobreviver politicamente, bem como, a recepção da sua cassação, em Duque de Caxias, quanto as movimentações políticas depois de cassado.

Não há dúvidas de que o golpe de abril de 1964 influenciou de forma decisiva a carreira política de Tenório Cavalcanti. Estando vinculado a corrente trabalhista, tendo relações próximas a figuras como o Presidente deposto João Goulart, o então deputado federal da Guanabara Leonel Brizola e lideranças sindicais, como Batistinha, Tenório

¹⁷⁹ Israel Beloch. Op. cit, p. 67 e 68.

Cavalcanti teve que buscar reorientar seus passos políticos para o caminho dos vitoriosos, ou seja, os participantes do golpe.

Essa tentativa de construir uma imagem ligada aos revolucionários é claramente perceptível através do seu jornal *Luta Democrática*, nos meses de abril a junho, quando foi cassado e perdeu o seu mandato. Assim, como Tenório Cavalcanti, o jornal reorientou o seu posicionamento político e passou a apoiar o golpe militar. Nesse período, as matérias referentes ao deputado apresentavam, principalmente, os seguintes aspectos: era um líder popular, ligado diretamente as massas, a favor da democracia e imbuído dos “valores revolucionários” (anticomunismo, anticorrupção e um democrata).

Um primeiro serviço prestado a revolução de abril seria a intervenção do deputado, junto com o também deputado federal Demistóclides Batista (Batistinha), líder da categoria dos ferroviários, para que a greve desencadeada após o golpe fosse suspensa. Segundo o seu jornal, fazia isso depois de ser procurado e encarregado pessoalmente por Ranieri Mazilli (que ocupava a presidência) de solucionar este problema¹⁸⁰.

Logo em seguida, como líder do PST discursou na Câmara de Deputados. Teceu elogios a revolução, que segundo ele, “*não foi feita contra o povo, mas sim para salvar o regime ameaçado!*”¹⁸¹. Ainda seguindo essa conduta procurou isentar o ex-presidente João Goulart de culpa, atribuindo-a a falsos amigos do ex-presidente.

Uma outra característica da carreira política de Tenório Cavalcanti, além do seu personalismo era a ambigüidade. Sua orientação política dependia de como ele enxergava qual poderia ser o rumo político. Nesse caso em especial, ele retornava para o campo político da direita, negando rapidamente a sua ligação anterior. Passava a atribuir aos militares a capacidade de efetuarem as reformas de base tão desejadas pelo povo.

Desde o início se mostrou favorável a uma candidatura militar para a presidência. Elogiou todos os candidatos militares que se apresentaram (Castelo Branco, Dutra e Kruel). Seguiu a linha adotada pelo seu partido e apoiou o General Castelo Branco¹⁸².

Nesse momento inicial, tentou estreitar ligações políticas com os militares de alta patente, em especial, o General Olímpio Mourão Filho. Sua filha, a artista plástica Maria do Carmo Fortes, era casada com um Coronel do Exército, César Fortes, relação

¹⁸⁰ *Luta Democrática*, 04/04/1964, p. 01.

¹⁸¹ *Luta Democrática*, 07/04/1964, p. 01, 02 e 03.

¹⁸² *Luta democrática*, 10/04/1964, p. 01.

que lhe poderia ser bastante útil. Não podemos descartar que os laços de parentesco eram essenciais na carreira de políticos assentados na máquina clientelística, como Tenório Cavalcanti.

Não era uma novidade essa relação de Tenório Cavalcanti com altas figuras militares, já que um dos seus maiores símbolos: a metralhadora Lurdinha era decorrente de uma autorização especial dada por Góis Monteiro.

Porém, nem tudo transcorria na mais perfeita harmonia para o deputado. Um primeiro indício foi às acusações levantadas pelo empresário Bhering de Matos, que fazia parte da Associação Comercial da Guanabara e pediu a sua cassação. Em resposta, Tenório Cavalcanti reafirmava suas características anteriores já bastante divulgadas pelo seu jornal e o reforço implacável de uma imagem anticomunista. Assim, ele afirmava,

“Continuo onde sempre estive, ao lado do povo e apoiando todos os atos em seu favor. Nunca fui comunista nem meu prestígio político nunca dependeu de ninguém. Da mesma forma o meu jornal, independente, combativo, lutando pelos que não podem lutar¹⁸³”.

Associada a essa nova roupagem, Tenório Cavalcanti buscava construir uma imagem de político influente e entrosado com o novo grupo político dominante. Na posse de Castelo Branco, as declarações dos deputados estaduais Hydekkel de Freitas, seu futuro genro, Jorge Davi e Wilson Frederici chamaram a atenção para isso. Afirmaram que Tenório havia servido como mediador entre os deputados e as altas figuras militares, além disso, os ajudou a se encontrarem com o chefe do Governo¹⁸⁴.

Compreender essa nova imagem elaborada por Tenório, através do seu jornal, de homem afinado com os novos detentores do poder e influente junto a eles era vital para a continuidade da sua carreira política. De um lado, tentou apagar, da forma mais rápida possível, o seu passado recente ligado às correntes reformistas do trabalhismo. Do outro, ainda ligado a releitura do seu passado, buscava escapar as cassações que vinham ocorrendo nos sessenta dias de vigência do artigo 10º do Ato Institucional, após a posse de Castelo Branco.

¹⁸³ Luta Democrática, 15/04/1964, p. 01 e 02.

¹⁸⁴ Luta Democrática, 18/04/1964, p. 01 e 02.

Tentava, ao mesmo tempo, conciliar outras ações na sua base eleitoral. A primeira era a exaltação da sua fundação (A Fundação Vila São José), em Duque de Caxias, como uma das maiores obras filantrópicas do Rio de Janeiro e até mesmo do Brasil objetivando “*assistir o homem, desde o nascimento à velhice*”¹⁸⁵.

A outra ação, vista em seu jornal, estava ligada à violência em Duque de Caxias. Eram constantes, além das já citadas notícias de violência sobre o local, críticas sobre a ação das autoridades no seu combate. Segundo a Luta Democrática, eram permitidos jogos, contravenção, lenocínio e a formação e atuação de grupos de extermínio, pois o contingente policial era reduzido. Essas críticas estão explícitas no seguinte trecho, relacionado ao casamento de sua filha mais nova,

*“Incompreensível que às vésperas de um acontecimento social, o casamento da filha caçula do diretor deste jornal, que deverá reunir altas autoridades da República da Revolução Vitoriosa e Democrática, senhor secretário – em Duque de Caxias a Revolução democrática foi feita para escoimar o Brasil de comunistas e, por analogia, de tudo o que é bandido à solta, deixe que vagabundo continue de revolver na cintura, atentando contra a vida de gente decente!”*¹⁸⁶

Deixava, ainda, espaço na coluna “Notícias da Baixada” para comentários a respeito do governo de seu primo Joaquim Tenório, na prefeitura de Duque de Caxias. Dividia-se entre elogios, em maior número, e críticas. As críticas eram voltadas para a limpeza urbana e desorganização da cidade. Já os elogios eram voltados para o Departamento de Obras pelas ações realizadas e para a Tesouraria, pelo aumento nas arrecadações.

Em referência ainda a passagem anteriormente citada, o casamento de sua filha mais nova e sua secretária pessoal com o deputado estadual Hydekel de Freitas servia para tentar demonstrar a sua força política. Dentre os convidados, autoridades civis e militares, segundo listado pela Luta Democrática.

A sua tentativa de demonstrar influência política começava pelos próprios padrinhos escolhidos. Para a noiva, convidou Ranieri Mazilli (presidente da Câmara dos Deputados, que se fez representar pelo seu sobrinho) e esposa, que esteve presente. Para

¹⁸⁵ Luta Democrática, 21/04/1964, p. 05.

¹⁸⁶ Luta Democrática, 30/04/1964, p. 05.

o noivo, foi escolhido Cordolino Ambrósio (presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e naquele momento governador interino), que foi representado por Tenório e esposa.

A partir de então, algumas presenças podem ser destacadas, como: Juarez Távora Filho (chefe de gabinete do ministro da viação e obras públicas, seu pai, Juarez Távora), o Coronel de Exército João Rabelo de Melo (representando o General Olímpio Mourão Filho, que também enviou telegrama), outros militares de alta patente, como o Marechal Leônidas Amaro e oficiais da Marinha, Luis Augusto Brasil, Raimundo Massi e Mauricio dos Santos.

Ao dividirmos os presentes em dois grupos básicos civis e militares, queremos demonstrar a constante preocupação de Tenório em se fazer presente junto a esse grupo, denotando total adesão ao golpe de abril.

Quanto aos civis presentes, destacamos: a senhora Raimundo de Brito (esposa do Ministro da Saúde) e o deputado federal Getulio de Moura (mentor político de Tenório), além de outros deputados federais, estaduais e vereadores (tanto de Duque de Caxias como de outros municípios vizinhos)¹⁸⁷.

Essa tentativa de mostrar influência política pode ser ampliada se observarmos os telegramas enviados, cabendo destacar: Ademar de Barros (Governador de São Paulo), Auro de Moura Andrade (Presidente do Senado), deputado Afonso Celso (1º vice-presidente da Câmara dos Deputados), Bilac Pinto (Presidente da UDN), Arnaldo Cerqueira (líder do PSP), Doutel de Andrade (líder do PTB), entre outros¹⁸⁸.

As sucessivas amostras de engajamento do velho cacique político de Duque de Caxias com a Ditadura Militar poderiam servir para reforçar a sua imagem de “popular” e “influyente”. Ainda no mês de maio, Tenório Cavalcanti esteve presente na cerimônia em que Olímpio Mourão Filho fora elevado a General-de-Exército, inclusive discursando. Aliás, constantemente a figura de Olímpio Mourão Filho era elogiada em seu jornal pela atuação no “processo revolucionário” de abril. Parecia, também, ser ele a aposta política de Tenório Cavalcanti, mesmo que o seu jornal também elogiasse o presidente Castelo Branco e o Ministro da Guerra Costa e Silva.

Se as manobras de Tenório, até esse momento, lhe pareciam afastar do grupo de políticos cassados, na segunda metade do mês de maio, a conjuntura começava a mudar para o deputado. Com a retomada das cassações, cuja mais iminente era a do ex-

¹⁸⁷ Luta Democrática, 02 e 02/05/1964, 2º caderno p. 07.

¹⁸⁸ Luta Democrática, 05/05/1964, p. 04.

presidente Juscelino Kubitschek, Tenório Cavalcanti começava a tomar uma conduta defensiva. Passou, até próximo a sua cassação, a redigir editoriais em seu jornal para se defender de acusações. Conforme analisado por Israel Beloch¹⁸⁹, Tenório Cavalcanti elaborava uma releitura de sua participação em confrontos armados que, agora, eram novamente investigados.

Essa nova elaboração da memória, por parte de Tenório, é explicitada de forma, bem clara, a seguir,

“Nunca matei um homem de bem. Operário nunca sucumbiu, ferido pela minha mão ou de gente minha. Crimes contra homens honrados podem (sic) ser imputados, mas eu não os cometi. Orgulha-me a tranqüilidade de consciência (...). Nunca, porém, deixei de acusar os vis, os dilapidadores do erário e isso me fez pegar em armas, defendendo-me de sicários, manobrados por aquêles que, depois, me acusavam. (...). Se o meu crime foi não deixar matar-me, submetendo-me aos desejos dos poderosos do dia, que queriam a área limpa, para o roubo e os desmandos, orgulha-me a imputação que me é arremessada¹⁹⁰”.

Os crimes, como abordado por Beloch, ganhavam novos contornos e eram ligados à sobrevivência física e política. Aqueles que tombaram em combate eram os bandidos, corruptos e usurpadores do erário público. Tenório Cavalcanti apresentava-se como um símbolo e arauto da moralidade. O recurso às armas era apenas uma questão de defesa necessária.

Essa associação foi mantida em entrevistas dadas a Israel Beloch e Mario Grynsman, no CPDOC, no início dos anos oitenta. Essa memória ganhou novos contornos, pois não devemos esquecer que dentro da “pauta” da Ditadura Militar estava o combate a corrupção. Assim, as ações de Tenório Cavalcanti, no passado, não estavam longe desse intuito do novo regime.

A nova visão construída por Tenório Cavalcanti seria reforçada em outro editorial do seu jornal Luta Democrática, intitulado “Garantia de um Mandato”. Nesse editorial, novamente, justificava o recurso à violência, como forma de sobrevivência e não mais símbolo de valentia, conforme, trecho abaixo,

¹⁸⁹ Israel Beloch. Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada. Op. cit.

¹⁹⁰ Luta Democrática, 31/05 e 01/06/1964, p. 03. Texto reproduzido como no original.

“Contando apenas com a certeza de que minha vida só me iria quando Deus quisesse, mas que ele me obrigava a defendê-la, enfrentei tocaias, duras contingências e, das menores não foram, a difamação e a imputação de violências que andam na boca do mundo¹⁹¹”.

Tenório Cavalcanti explorou, também, a imagem que buscava difundir de um líder popular ao lembrar as disputas para Governador na Guanabara e no Estado do Rio de Janeiro, onde não teria vencido por ações do poder econômico. Ainda seguindo essa linha, tentava relacionar a sua ação política com a Ditadura Militar ao tentar defender o seu mandato, afirmou que,

“Acredito que o meu passado de lutas, luta contra os maus, os exploradores do povo, os inimigos do progresso e desenvolvimento do País, constitui a maior garantia do mandato popular tantas vezes generosamente outorgado. Essas lutas são públicas e notórias, dispensando, pois provas. A Revolução que tomou para si a obra ingente de exterminar os maus, os exploradores de todos os matizes e antiprogressistas dos mais diversos tipos, não creio se volte contra quem tem mais de trinta anos de acidentada vida pública trilhando esses caminhos que só agora muitos, escondendo o seu passado recente, dizem defender¹⁹²”.

Essa parte final do editorial assinado por Tenório Cavalcanti demonstra de forma, bem clara, como em questão de dias, ele tentou apagar toda a sua trajetória política recente ao se pôr como um defensor dos princípios da Ditadura Militar, desde o início da sua carreira política, tendo que, para isso, muitas vezes recorrer às armas.

2.1. O Rei perde a coroa e o trono: a cassação política de Tenório Cavalcanti.

Quando dos acontecimentos que culminaram com o golpe militar de 1964, o jornalista Carlos Castelo Branco fez a seguinte afirmação sobre Tenório Cavalcanti “o

¹⁹¹ Luta Democrática, 06/06/1964, p. 03.

¹⁹² Idem.

*senhor Tenório Cavalcanti, um perito, está sentindo cheiro de pólvora*¹⁹³. A partir dessa afirmação de Carlos Castelo Branco, nessa parte do trabalho, observaremos as derradeiras tentativas feitas pelo deputado duque-caxiense em salvar a sua cabeça.

Toda a denúncia contra si era rebatida em editoriais assinados, pelo próprio Tenório Cavalcanti, no seu jornal. No entanto, após a confirmação da cassação política de Juscelino Kubitschek, em 9 de junho, parecia chegar a vez de Tenório Cavalcanti. Outros parlamentares que, como ele, fizeram parte das hostes trabalhistas, ligadas ao presidente deposto João Goulart, também, estavam na mira.

A Luta Democrática, na defesa de Tenório Cavalcanti, se emudeceu como que ele estivesse tentando se salvar pelo esquecimento. Apenas anunciava que novos nomes ainda seriam divulgados e que faltavam poucos dias para o término da aplicação do artigo 10 do Ato Institucional. Isso não produziu, contudo, o efeito esperado, pois, em 13 de junho, Tenório Cavalcanti encabeçava a última lista de cassados divulgada durante a vigência do Ato Institucional Número 1. O jornal Luta Democrática exortava-o, pela última vez, como um autentico líder carismático. Dizia que *“a Revolução desviou seu objetivo investindo contra os autênticos líderes populares*¹⁹⁴”.

Dentro da sua linha editorial, o jornal, reforçava as principais características do agora ex-deputado federal: era um ídolo das multidões afastado por um decreto e que sempre se preocupou com os humildes e necessitados. Além disso, afirmava que Tenório recebia cartas de solidariedade de todos os Estados do Brasil e até mesmo do exterior e que, posteriormente, publicaria algumas destas cartas¹⁹⁵.

Em sua declaração na Luta Democrática, o ex-deputado não apresentava mais a mesma combatividade de antes, mas afirmava-se perseguido e injustiçado, pelos mesmos que sempre o perseguiram, conforme, é possível perceber no trecho a seguir,

“Recebo de cabeça erguida, a decisão dos novos donos da República, cassando o mandato outorgado pelo povo fluminense, a quem sirvo há mais de trinta anos. Não é a primeira vez que sou vítima de perseguições, pelo crime de dar combate a quantos se obstinam em fazer mal ao povo, embora se apresentem como campeões da Democracia, defensores da civilização cristã,

¹⁹³ Coluna do Castelo, 18/03/1964 In Carlos Castelo Branco. Introdução a Revolução de 1964. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. V. 02 *apud* Israel Beloch. Op. cit, p. 67.

¹⁹⁴ Luta Democrática, 14-15/06/1964, p. 01.

¹⁹⁵ Curiosamente só encontramos publicada a carta de sua filha Maria do Carmo Fortes.

*soldados do exército que marcham com Deus, pela Família e pela Liberdade*¹⁹⁶”.

Nesse mesmo manifesto, apresentava preocupação quanto ao seu futuro, ao afirmar que não sabia a extensão da sua punição e que desejava retomar a sua carreira de advogado, pois precisava ganhar dinheiro para sustentar a sua família e as centenas de pessoas que dependiam dele para sobreviver.

Além da retomada da sua carreira jurídica, de que até então pouco uso fizera, outra preocupação estava implícita nas palavras de Tenório: a sua liberdade. Agora não estava mais amparado pela sua imunidade parlamentar e poderia ser processado pelos crimes que lhe eram atribuídos, de longa data.

Partindo desse sumário das tentativas de articulação política de Tenório Cavalcanti, cabe indagar o porquê da sua cassação. Algumas elaborações existem para tentar responder essa questão. Uma primeira explicação veio do próprio Tenório, em entrevista ao Jornal de Brasília no ano de 1977, que Israel Beloch reproduziu. Nessa entrevista ela afirmou o seguinte, “*então, quando vejo o Costa e Silva assumir, e eu o tendo acusado de traidor, eu então senti que iria sofrer e então me agarrei ao Castelo, sabendo que o Castelo já tinha o Costa e Silva na garganta*¹⁹⁷”.

Na visão construída pelo próprio Tenório, a cassação política ocorreu por represália do então Ministro da Guerra, Costa e Silva contra críticas feitas por ele, cerca de dez anos antes, na sua atuação no Golpe que pretendia depor Vargas, mas que foi abortado pelo seu suicídio.

Essa explicação elaborada por Tenório, cerca de treze anos depois de cassado, não parece dar conta do fato em si, pois acaba por excluir tanto a sua trajetória política anterior ao golpe quanto possíveis ligações desse fato com a sua base eleitoral, o município de Duque de Caxias.

Mario Grynszpan aprofundou mais um pouco a possível causa para a cassação política de Tenório ao retomar seu momento político anterior ao golpe. Vinculado, no momento em que a sociedade estava polarizada, aos grupos de esquerda, ele reduzia, segundo o autor, a sua capacidade de transitar por diferentes grupos, ficando preso a um só idioma. Afirma que isso é perigoso para políticos clientelistas, como Tenório, pois

¹⁹⁶ Luta Democrática, 14-15/06/1964, p. 01.

¹⁹⁷ Tenório (o cassado) quebra o silêncio. Jornal de Brasília, Brasília, 17/04/1977, p. 06 apud Israel Beloch, Op. cit, p. 68.

correm o risco de serem atropelados por mudanças abruptas na conjuntura, não conseguindo retomar o discurso anterior¹⁹⁸.

O passado recente de Tenório Cavalcanti foi decisivo para a sua cassação. Quando a Luta Democrática noticiou a retomada das cassações, apresentava que seriam analisados aqueles que tinham laços estreitos com o ex-presidente João Goulart. Isso colocava Tenório Cavalcanti como um alvo em potencial, mesmo com toda a sua movimentação política para o lado dos novos “donos da República”.

Colaborando para essa hipótese levantada por Mario Grynszpan, a Luta Democrática, em 1965, no começo das movimentações políticas para a campanha a Governador da Guanabara apresentava as causas para a cassação política de Tenório Cavalcanti ao afirmar que a cassação tinha sido uma represália, pois ele foi amigo de João Goulart até o momento da sua queda, sendo o último a sair do Palácio Laranjeiras e dando cobertura aos amigos do Presidente que se encontravam em perigo¹⁹⁹.

Porém, essas interpretações sobre o fim da carreira política de Tenório Cavalcanti excluem qualquer relação, desse fato, com a sua base eleitoral e política, Duque de Caxias, onde durante mais de vinte anos, Tenório Cavalcanti montou uma relação com os diversos grupos políticos e sociais baseada no clientelismo.

Devemos ressaltar que, mesmo na conjuntura posterior ao golpe, Tenório buscou preservar a sua liderança política, em Duque de Caxias. A Luta Democrática publicava periodicamente notícias criticando a atuação das forças de segurança em Duque de Caxias, ao permitirem assassinatos, pessoas andando armada e todo o tipo de contravenção, lenocínio e roubos.

As incursões de destacamentos da Vila Militar no município eram constantes, nesse período. Apesar das ações serem, em sua maioria, elogiadas também havia críticas e cobranças quanto à truculência e a violência empregada na repressão a transeuntes nas ruas da cidade.

Isso exposto, concluímos que Tenório, ao mesmo tempo, buscava se alinhar aos novos rumos ditados pelos militares no poder sem, todavia, deixar de se apresentar como um representante político de Duque de Caxias, que já nessa época era um dos maiores colégios eleitorais do antigo estado do Rio de Janeiro e, também, possuía uma das maiores arrecadações de impostos. Além disso, havia todo o seu histórico de

¹⁹⁸ Mario Gruynspan. Os Idiomas da Patronagem: a Trajetória de Tenorio Cavalcanti. Op. cit, p. 88.

¹⁹⁹ Luta Democrática. 02/07/195, p. 03.

violência, tendo Duque de Caxias como o seu principal palco, o que gerou a sua popularidade.

Sendo assim, podemos afirmar que, a nível local, a cassação de Tenório Cavalcanti tirou de cena e levou ao progressivo ostracismo, um político que poderia chamar para si o papel de interlocutor das ações da Ditadura Militar, em Duque de Caxias. Sem a presença desse político ficava muito mais fácil impetrar ações que levassem a reestruturação política local e a cooptação dos políticos locais para o lado da Ditadura Militar.

Essa terceira hipótese levantada, contudo, não invalida as duas outras já citadas, principalmente, a levantada por Mario Grynszpan. Somente as complementa, pois amplia o seu campo de considerações. Não podemos esquecer que a Baixada Fluminense sofreu uma série de intervenções entre 1964 e o início de 1970, que restringiram substancialmente o seu campo político²⁰⁰.

2.2. À volta para Duque de Caxias, o fim?

Se a cassação determinou o final da carreira política de Tenório Cavalcanti, agora ele precisaria retornar ao seu antigo domínio eleitoral e político, o município de Duque de Caxias. Na localidade, a recepção da notícia da sua cassação foi recebida de uma forma fria e dispersiva. O jornal O MUNICIPAL, por exemplo, não criticou a medida tomada contra Tenório Cavalcanti, considerando-a até cabível e justificável pelo seu passado. Criticou o fato de apenas Tenório ter sido cassado, em Duque de Caxias, afirmando que muitos poucos escapariam a uma séria averiguação²⁰¹.

Em suma, não chorava a cassação do velho político, apesar de o jornal afirmar que o respeitava, pois já havia mantido uma coluna no jornal nos anos 50, muito pelo contrário, existiam outros grupos políticos locais satisfeitos com a sua cassação.

A Luta Democrática apontava que uma vez livre das imunidades parlamentares, o ex-deputado teria que prestar contas a justiça, mesmo que Tenório Cavalcanti reafirmasse que “*considera a cassação de seu mandato e a suspensão de seus direitos*”

²⁰⁰ Citando com exemplo ilustrativo, Nova Iguaçu teve o seu político mais conhecido, Getúlio de Moura com seus direitos políticos suspensos depois do AI-5, em 1969. Mas, como não foi cassado, diferentemente de Tenório Cavalcanti continuou exercendo influência na direção do Diretório Municipal do MDB.

²⁰¹ O MUNICIPAL, 20/06/1964, p. 01 e 02.

*atos essencialmente políticos*²⁰²”. Protegia-se em uma declaração do ministro da justiça, Milton Campos a respeito da origem das cassações que seriam atos puramente de motivação política.

Entre boatos constantes de que pediria asilo político em alguma Embaixada, seria preso em Brasília ou quando chegasse ao Rio de Janeiro e da confirmação de que os seus antigos processos seriam retomados, a volta de Tenório Cavalcanti para Duque de Caxias teve que ser constantemente adiada. Entretanto, o retorno de Tenório Cavalcanti aconteceu. A recepção em Duque de Caxias foi fria e apática, não tendo nenhuma manifestação pública a seu favor.

A tão reafirmada popularidade de Tenório Cavalcanti, feita pelo seu jornal, sucumbia como um castelo de cartas e o passado se tornava cada vez mais ameaçador. Tendo retomado suas atividades de advogado e jornalista, Tenório Cavalcanti teve a sua prisão decretada pelo juiz Helio Albernaz, de Duque de Caxias²⁰³. Segundo, o jornal O MUNICIPAL, o juiz mostrava-se eufórico dizendo, *“pensei que o homem tivesse cadeira cativa na Câmara Federal. Vejo que me enganei. Agora, com seus direitos políticos cassados, tornou-se um cidadão comum”*²⁰⁴.

Para escapar da prisão e, muito possivelmente, da humilhação, Tenório alegou, após a audiência, estar doente, se internando num hospital particular de Duque de Caxias. Conseguiu uma autorização da justiça para que ali cumprisse a detenção.

Essa prisão era vista com descrença, em Duque de Caxias, no que dizia respeito a uma punição mais objetiva e enérgica. O jornal O MUNICIPAL oferece as causas dessa descrença e possível fracasso da justiça,

*“Os que na oportunidade depuseram, agora não mais o farão, uns, porque morreram, outros porque na época fizeram depoimento político, cujas razões, não mais existem para mantê-los, tem ainda o caso dos que foram chantageados como depoentes”*²⁰⁵.

²⁰² Luta Democrática, 16/06/1964, p. 01 e 02.

²⁰³ Essa prisão preventiva decretada pelo juiz se referia a retomada do processo criminal do assassinato de Homero de Carvalho, cuja execução teria sido feita por Pedro Tenório de Oliveira – primo de Tenório Cavalcanti – sob o seu mando.

²⁰⁴ O MUNICIPAL, 03/07/1964, p. 01.

²⁰⁵ O MUNICIPAL, 03/10/1964, p. 05.

As palavras do jornal se confirmaram, pois Tenório foi inocentado por falta de provas. Contudo, a sua imagem sairia bastante arranhada, pois permaneceu mais de quatro meses preso. Além disso, era uma prova cabal de que não tinha o mesmo poder, como em outros tempos.

Não ter a mesma força política, porém, não era sinônimo de estar acabado politicamente. Cabe recordar que a prefeitura estava nas mãos de seu primo Joaquim Tenório e, mesmo que de forma indireta, era controlada pelo próprio Tenório Cavalcanti.

Ainda assim, a sua projeção eleitoral era pretendida por outros políticos, como o então deputado estadual Waldyr Medeiros e o seu genro e, também, deputado estadual e pré-candidato à prefeitura de Duque de Caxias, Hydekel de Freitas.

Não era só localmente que essa herança política de Tenório Cavalcanti era disputada. Em agosto de 1965, seu genro Hydekel de Freitas ingressou no PTB. Tinha, para isso, o apoio do Diretório Nacional, por parte do presidente do partido Lutero Vargas e do Diretório estadual por parte de Ário Theodoro, seu presidente. Sua entrada no partido ocorreu devido a sua intenção de se candidatar a prefeito e contava com o apoio e pressão de Tenório Cavalcanti junto à alta cúpula do partido.

A entrada do genro de Tenório Cavalcanti para o PTB e sua subsequente candidatura a prefeito, seria o complemento de uma manobra maior do partido que era conseguir o apoio de Tenório Cavalcanti para o candidato do partido ao governo da Guanabara. Porém, Tenório atacou Negrão de Lima e rompeu esse acordo, fazendo aliança com Carlos Lacerda e apoiando Flecha Ribeiro, o candidato derrotado²⁰⁶.

Essa movimentação e tentativa de sobrevivência política de Tenório ganharam novos contornos com a implantação do bipartidarismo, depois do Ato Institucional Número 2, em 1965, e do Ato Complementar N°4 que deu origem a duas legendas: a Arena e o MDB.

Integrando inicialmente o MDB, Hydekel de Freitas, logo passaria para o lado da Arena, em 1966, com plenos poderes no diretório municipal. Era tanto o presidente do diretório quanto o candidato escolhido para disputar a prefeitura. Isso ocorreu em virtude de uma reunião entre Tenório Cavalcanti e o secretário estadual de segurança do Rio de Janeiro, Major Paulo Biar. Em troca da entrada do seu genro na Arena, Tenório Cavalcanti se livraria dos processos judiciais e da perseguição do governo estadual.

²⁰⁶ O MUNICIPAL, 12/08/1965, p. 01 e 02.

Mesmo com essas movimentações e articulações políticas de Tenório, o candidato da Arena a prefeito de duque de Caxias foi derrotado. A partir dessa derrota e da saída do seu primo da prefeitura, em 1967, é que percebemos cada vez mais a reclusão e o esquecimento político de Tenório, o que os outros autores apontam como a reclusão no seu sítio e fundação. Até esse momento, ele tentou sobreviver e mostrar vigor, mesmo na penumbra política, através do controle indireto da máquina pública municipal, primeiro através de seu primo e tentou depois continuar com o seu genro.

3. Em Busca da Sobrevivência: as ligações estabelecidas entre os políticos locais e os novos ocupantes do poder.

Não foi somente Tenório Cavalcanti, como político de Duque de Caxias, que tentou se readaptar a nova conjuntura imposta ao país. A dinâmica política municipal também foi alterada e teve que se alinhar a essa nova realidade política do país.

Antes mesmo de completados dois anos de mandato do prefeito Joaquim Tenório, eleito em 1962, a batalha pela sucessão já estava em pleno andamento. No início de 1964, o jornal O MUNICIPAL noticiava serem pelo menos dez os pré-candidatos à prefeitura, tendo sido mais alguns nomes acrescentados posteriormente²⁰⁷. Os carros de som já se faziam presentes, anunciando candidatos e matérias pagas em jornais buscavam construir de cada um dos possíveis candidatos o melhor para Duque de Caxias.

De repente, com o Golpe Militar e a edição do Ato Institucional, a cidade emudecia. Amedrontados com as cassações e suspensões de direitos políticos por dez anos, as propagandas a prefeito simplesmente desapareceram.

Todos os setores da sociedade municipal pareciam precisar de algum tempo para assimilar as mudanças impostas. O presidente da Associação Comercial, na época, Jéferson de Macedo, em entrevista, respondera de forma lacônica como a entidade acompanhava os acontecimentos, ao dizer “*durante a crise que abalou o País, limitamo-nos a observar os fatos*”²⁰⁸.

Não somente os setores políticos e econômicos sofreram o choque, com a Ditadura Militar que assumiu o poder. O aumento da repressão era sentido por todos os

²⁰⁷ O MUNICIPAL, 25/01/1964, p. 06 e 22/02/1964, p.06.

²⁰⁸ O MUNICIPAL, 25/04/1964, p. 01.

setores, no cotidiano local, com o clima policialesco que se instalou. Stélio Lacerda²⁰⁹ recorda que mesmo sem motivo as pessoas podiam ser detidas pela Polícia Militar – o recém inaugurado 6º Batalhão da Polícia Militar – para averiguação e acusações eram improvisadas, principalmente a de vadiagem e subversão, com a criação de subterfúgios para a manutenção das pessoas presas.

As ações da Polícia Militar somavam-se às ações da Polícia Civil e do Exército. A Polícia Civil, sempre criticada pela sua incapacidade na solução e prevenção de crimes e a contravenção pelo seu reduzido contingente, mostrava uma surpreendente agilidade e eficácia na repressão política. Invadiu o sindicato dos metalúrgicos, prendendo cerca de 40 sindicalistas, entre eles, o presidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) no município, bem como o presidente do sindicato dos ferroviários. Logo em seguida, dando continuidade ao trabalho de caçada aos comunistas e subversivos, após uma denúncia do Movimento Popular Anti-Comunista²¹⁰, a polícia invadiu o sindicato dos petroleiros, confiscando o material de propaganda e a documentação existente, mas não prendeu ninguém, pois o sindicato estava vazio²¹¹.

O Exército, por seu turno, agiu em duas frentes. Na área rural, invadiu fazendas para prender os líderes das associações camponesas acusados, invariavelmente, de serem comunistas. Durante a ocupação da área, aqueles que não foram presos tiveram que fugir da caçada do Exército embrenhando-se na mata e desaparecendo da região. A outra frente de atuação do Exército foi na zona industrial. Na Fábrica Nacional de Motores (FNM), quando a notícia do golpe militar chegou, os operários pararam a produção. Imediatamente a fábrica foi ocupada, com operários presos, invasões das residências, intervenção no sindicato e a instalação de Inquéritos Policiais Militares (IPMs), o que possibilitou a retomada da produção²¹². Na Refinaria Duque de Caxias (REDUC), a situação foi parecida com a substituição do comando militar e prisões. O quartel-general do interrogatório era dentro do próprio complexo industrial na Fábrica de Borracha Sintética (FABOR). Além disso, foi colocada dentro da refinaria uma urna, onde os próprios operários poderiam denunciar aqueles que fossem comunistas.

²⁰⁹ Stélio Lacerda, Op. cit, p. 120.

²¹⁰ Esse movimento foi criado logo após o Golpe com o intuito de perseguir e denunciar comunistas, sendo composto por altas figuras da municipalidade.

²¹¹ Luta Democrática, 03/04/1964, p. 05 e 10/04/1964, p. 05.

²¹² Luta Democrática, 11/04/1964, p. 02 e 22/04/1964, p. 02 e Marlúcia Santos de Souza. Op. cit, p. 243-244.

Se a ação da repressão estava presente em todos os locais, os grupos políticos passaram a buscar saídas para sobreviverem, através de um novo realinhamento político. O prefeito Joaquim Tenório, primo de Tenório Cavalcanti, inicialmente, buscou aplicar o artigo 7 do Ato Institucional que implicava o fim da estabilidade, por seis meses, dos funcionários públicos.

Mesmo assim, o mandato do prefeito, nesse período, parecia estar por um fio, com boatos constantes de que ocorreria uma intervenção na prefeitura que passaria as mãos de oficiais do Exército. De fato, essa intervenção não ocorreu, mas o prefeito teve que manter uma relação mais estreita com os meios militares.

Essas relações mais estreitas ocorreram em dois níveis, já em 1965. Primeiramente, o prefeito buscou estabelecer uma relação mais próxima com o Conselho de Segurança nacional que fazia uma ingerência sobre o prefeito e sobre a própria Câmara de Vereadores, principalmente, os opositores ao prefeito.

O segundo nível de relacionamento mais estreito com os meios militares ocorreu no momento da substituição do chefe de gabinete Tito Rosa, num acordo político feito com a Câmara de Vereadores. Para o seu lugar foi nomeado o Brigadeiro José Augusto Martins que, por ser um oficial, poderia fazer um papel de mediação junto os meios militares.

Podemos afirmar que medidas como essas serviam para adequar a administração local aos novos tempos. Porém, as manobras de aproximação começaram, logo depois do golpe e da deposição de João Goulart. Já nos primeiros dias depois do golpe, a Luta Democrática noticiava que políticos locais buscavam se aproximar de Getúlio de Moura que, nesse momento, era ministro do Gabinete Civil. Essas tentativas de aproximação foram uma constante, nesse momento, e em outros, nem que fosse através de ritos, muitas vezes mais simbólicos do que práticos, cuja análise permite reconstruir um pouco dessa reelaboração política local.

Logo depois da posse de Castelo Branco na presidência da República, a Câmara de Vereadores mandou um telegrama congratulando-se com o novo chefe do Poder Executivo. Em uma medida inusitada, ainda no mês de abril, a Câmara de Vereadores decidiu cassar os títulos de Cidadão Caxiense de algumas figuras políticas que pertenciam ao trabalhismo, como João Goulart e Leonel Brizola. Por ser mais simplória

que pudesse aparentar ser, uma medida desse tipo representava o alinhamento do poder local com o poder nacional²¹³.

O próprio Presidente Castelo Branco seria considerado “Cidadão Caxiense”, pouco mais de dois meses depois de assumir o cargo, quando já tinha terminado a aplicação do Ato Institucional. O ato ocorreu por decisão unânime da Câmara de Vereadores e se justificava como uma homenagem feita pelo povo de Duque de Caxias, através de seus representantes, pois o Marechal Castelo Branco, além de Presidente era “*um dos mais destacados membros do Comando Supremo da Revolução Democrática de 31 de março*”²¹⁴.

Pela matéria, é possível perceber a construção desse alinhamento político. Ele não é visto de forma subserviente, mas como uma homenagem a alguém ilustre que leva a marca do povo de Duque de Caxias, através de seus representantes.

Essa tentativa inicial de realinhamento das ações políticas foi, aparentemente, de sucesso, pois somente Tenório Cavalcanti havia sido cassado na vigência do Ato Institucional e, em vista, de outros municípios da Baixada Fluminense, o município de Duque de Caxias, sentira um pouco menos os efeitos da intervenção da Ditadura Militar a nível político.

No entanto, a nova conduta política local não ficou restrita somente a concessão de títulos de Cidadão Caxiense. A própria comemoração do dia 25 de agosto (Dia de Duque de Caxias) ganhou novos significados elaborados por políticos e outros segmentos da sociedade local. Desse momento, em diante, a figura de Duque de Caxias servia como referencia para estreitar os laços com os militares no poder, tanto a nível estadual quanto federal, com as práticas já existentes ganhando novos significados.

Por parte dos dirigentes políticos locais, estes rendiam homenagens aos novos detentores do poder comparando-os a figura de Duque de Caxias. Associavam, por conseguinte, os atributos de Duque de Caxias, aos novos militares que ocupavam os postos de comando do país. O Discurso do prefeito no dia 25 de agosto de 1964 ao se referir ao presidente parecia bastante explícito, “*Ao Presidente da República, Marechal Castelo Branco, militar da mesma estirpe de Duque de Caxias, os meus agradecimentos pelo apoio com que nos distinguiu, dando-nos a sua solidariedade no empreendimento*”²¹⁵.

²¹³ O MUNICIPAL, 25/04/1964, p. 01.

²¹⁴ Luta Democrática, 19/06/1964, p. 05.

²¹⁵ O MUNICIPAL, 29/08/1964, p. 01.

Nesse mesmo ano, o jornal O MUNICIPAL, em editorial afirmava que o Presidente Castelo Branco precisava se espelhar na figura de Duque de Caxias para salvar o país. Em comparação, afirmava que Duque de Caxias lutava contra inimigos de arma em punho, mas que agora esses inimigos agiam de outra forma “*tentando asfixiar-nos moral e financeiramente, para em seguida ocuparem o nosso território, nossas riquezas e a nossa honra*”²¹⁶. Assim, era chegado o momento do Presidente Castelo Branco agir como Duque de Caxias para poder por em prática as medidas que o país precisava contra a recessão e a limpeza moral da nação.

Contudo, não coube somente ao prefeito, como autoridade, essa junção da figura política de Duque de Caxias aos militares. Os vereadores também participavam das cerimônias de comemoração, distribuindo, em sessão solene, títulos de “Cidadão Caxiense”. Cada vereador podia indicar duas pessoas para serem homenageadas com o título.

Ao observarmos os títulos concedidos, em 1964, por exemplo, percebemos que os políticos duque-caxienses buscavam contemplar, ao mesmo tempo, várias autoridades das mais diferentes esferas (federal e estadual) e pessoas da própria localidade, como industriais, comerciantes e juízes, entre outros. Entre os agraciados, alguns chamaram atenção especial, como Juarez Távora (Ministro da Viação e Obras Públicas) que se fez representar por seu filho, o Governador de São Paulo Ademar de Barros (que enviou representante), o Almirante Heleno Nunes (Secretário Estadual de Energia), José Bismarck de Souza (Secretário Estadual de Segurança) e o Senador Vasconcelos Tôrres. Esse momento permitia contatos diretos com várias autoridades superiores da administração pública e possibilitava novas relações que poderiam vir a ser muito úteis.

A liturgia das comemorações contava principalmente com inaugurações. As inaugurações que mais se destacaram foram: ruas, pavimentações de ruas, iluminação pública e escolas (a maioria com pequena capacidade). O ponto principal das comemorações era o desfile civil-militar. Passou a ser comum diferentes guarnições do Exército participarem dos desfiles, além dos Bombeiros e da Polícia Militar.

A presença do comandante da Vila Militar era constante nos desfiles e nos demais eventos que ocorriam no transcorrer do dia. Em 1965, o Prefeito se referia explicitamente, à presença do comandante no seu discurso comparando-o, também, a

²¹⁶ Idem, p. 03.

figura de Duque de Caxias. Depois das guarnições militares, que abriam os desfiles, as escolas promoviam os desfiles de suas bandas marciais. Os jornais, desse período, narram que o 25 de agosto era acompanhado por um contingente expressivo de moradores. Os números chegam a variar entre três a dez mil, no período entre 1964 a 1970²¹⁷.

Os grupos políticos de Duque de Caxias utilizando expedientes, como os descritos, para tentar se aproximar, cada vez mais, dos vitoriosos da revolução de 1964, conseguiam ao menos amortizar os efeitos imediatos da repressão efetuada pela Ditadura Militar. Com isso, conseguiam, ao mesmo tempo, sobreviverem politicamente e estabelecer relações com os novos detentores do poder.

4. O bipartidarismo de 1965: a reorganização política local.

Se inicialmente, o golpe militar, as cassações e a suspensão de direitos políticos inibiram as articulações políticas no que se referia a próxima eleição para prefeito, em 1966, com o decorrer do tempo as articulações políticas foram sendo paulatinamente retomadas, principalmente depois do final da aplicação do artigo 10 do Ato Institucional.

Já o final do ano de 1964 e, de forma mais acentuada, o início do ano de 1965 se parecia e muito com o começo do ano anterior, com vários nomes se lançando em busca da disputa pelo cargo de prefeito. Destes nomes, o mais forte era o de Moacyr Rodrigues do Carmo do PTB, devido à ligação da legenda com os meios operários no município.

Na busca por legendas para candidatura, vários postulantes tiveram que brigar entre si. Esse foi o caso do próprio PTB local, onde o pré-candidato Moacyr do Carmo era ligado ao grupo encabeçado no partido primeiro por Roberto da Silveira e, depois, pelo seu irmão Badger da Silveira, a nível estadual e localmente, liderado pelo ex-prefeito Braulino de Matos Reis. Moacyr do Carmo teve que disputar sua candidatura com Hydekel de Freitas que era recém egresso no partido, em virtude, de um acordo do seu sogro Tenório Cavalcanti, conforme citado anteriormente, junto à direção estadual e nacional do partido, em troca do apoio de Tenório à candidatura de Negrão de Lima, como Governador da Guanabara, o que acabou não ocorrendo.

²¹⁷ Números citados pelo jornal O MUNICIPAL.

Nessa disputa interna nos partidos pela candidatura, a prefeito não ficou restrita somente ao PTB local. Ocorria, também, no PSD de Duque de Caxias uma acirrada disputa entre o vice-prefeito Lázaro de Carvalho, apoiado pelo deputado federal e líder do PSD na Baixada Fluminense, Getúlio de Moura, e Amyl Nei Richaid, que tinha sido delegado na localidade e era deputado estadual, também ligado ao bloco amaralista.

Enfim, esses exemplos tentam demonstrar que superada a fase inicial de restrições impostas pela Ditadura Militar, as movimentações políticas locais se aproximavam do período anterior ao golpe, mesmo que, agora, fossem acompanhados mais de perto pelos meios militares, principalmente a Vila Militar de Deodoro. Inclusive, retornavam anúncios em jornais e propagandas em carros de som e alto-falantes.

Se as ações dentro do campo político local pareciam retomar a normalidade, no entanto, seria mais uma vez alterada por uma ação externa e de forma significativa. Em decorrência das derrotas sofridas nas eleições ocorridas para Governador, em 1965, a Ditadura Militar resolveu editar o Ato Institucional Número 2 ou, simplesmente, AI-2.

O AI-2 reforçava no seu preâmbulo o objetivo de “reconstrução”, entre outras, política do país, conforme, já citado no Ato Institucional anterior. Duas medidas interferiam de forma substancial no campo político local. A primeira medida estava no artigo 15, que permitia ao Presidente da República retomar a suspensão de direitos políticos e cassação de mandatos por dez anos. Porém, a medida que mais interferia no campo político local, era o artigo 18, que extinguiu os partidos políticos. Essa medida, reforçada pelo Ato Complementar N°4, deu origem, em 1966, a apenas dois partidos políticos: a Arena, ligada ao governo e o MDB que faria o papel de oposição.

Isso causou uma reviravolta de todas as articulações políticas que vinham ocorrendo. A reorganização política municipal foi acompanhada de perto pelo jornal O MUNICIPAL. Se já era difícil se lançar candidato a prefeito com a existência de várias legendas, com apenas duas parecia impossível. Em 1966, durante a formação dos diretórios dos partidos, em Duque de Caxias, dos vários candidatos já anunciados e em ostensiva campanha para prefeito, a maioria tratou de procurar abrigo na Arena²¹⁸.

A formação da Arena local acabou por levar em consideração apenas duas forças políticas. De um lado, o deputado estadual Sá Rego, oriundo da UDN e que tinha sido presidente da Assembléia Legislativa, em 1962, e 2º vice-presidente, em 1965. Do outro

²¹⁸ O MUNICIPAL, 23/03/1966, p. 03.

lado, o também deputado estadual Hydekel de Freitas, oriundo do PR e ancorado na figura de Tenório Cavalcanti. No embate pela liderança da Arena local, que era a garantia da candidatura a prefeito, Hydekel de Freitas acabou levando a melhor. Contava com a articulação bem-sucedida de seu sogro Tenório Cavalcanti, junto ao governo estadual, além de apoios de políticos locais, como o próprio prefeito Joaquim Tenório, os vereadores filiados à Arena e do deputado estadual José Peixoto Filho, ex-PR. Sá Rego teve que se contentar em tentar a reeleição para deputado estadual²¹⁹.

Se do lado arenista, as articulações políticas levaram com que Hydekel de Freitas suprimisse a oposição e conseguisse sair candidato a prefeito, tendo Nelson Cintra, candidato a prefeito derrotado duas vezes, pelo PSB, como vice. No MDB o embate foi mais acirrado. Inicialmente três grupos políticos se apresentaram: o primeiro era liderado pelo deputado estadual Waldyr Medeiros, que acabou ficando como presidente do diretório municipal, até ser cassado em julho de 1966²²⁰. O segundo grupo era liderado por Moacyr do Carmo, oriundo do PTB e que representava dentro do partido a facção trabalhista. O terceiro grupo era composto por antigos membros do PSD local, destacando-se Lázaro de Carvalho e Amyl Nei Richaid²²¹.

Pelo menos os três últimos citados disputavam a indicação para concorrer ao cargo de prefeito pelo partido. Com o decorrer da disputa sobraram Moacyr do Carmo e Lázaro de Carvalho. O jornal O MUNICIPAL declarou apoio a Lázaro de Carvalho. A causa para isso foi a briga entre Moacyr do Carmo e o dono do jornal, Euricles de Aragão, pela liderança do PTB local.

Na convenção realizada, Moacyr do Carmo derrotou Lázaro de Carvalho por 31 votos contra 18 votos. Cabia ao derrotado, consoante acordo prévio, disputar o cargo de deputado estadual. Para vice-prefeito, apresentou-se como candidato único o advogado, jornalista e um dos donos do jornal Folha da Cidade, de circulação local, Ruyter Poubel²²². O outro dono do jornal era seu irmão Zoelzer Poubel, também deputado estadual. Ambos tiveram relações estreitas, assim como o candidato a prefeito Moacyr do Carmo, com o falecido Governador Roberto da Silveira.

O preenchimento dessas candidaturas a prefeito, vereadores, deputados estaduais e federais teve que levar em conta, ainda, a lei de inelegibilidades editada pelo governo

²¹⁹ O MUNICIPAL, 14/04/1966, p. 03; 28/04/1966, p. 01 e 03 e 12/05/1966, p. 03.

²²⁰ Além de Waldyr Medeiros de Duque de Caxias foram cassados: o deputado estadual João Romeiro Júnior e o vereador Armando Belo França.

²²¹ O MUNICIPAL, 21/04/1966, p. 03.

²²² O MUNICIPAL, 12/05/1966, p. 03 e 02/06/1966, p. 01.

para serem confirmadas. Segundo noticiado pelo O MUNICIPAL²²³, os candidatos de Duque de Caxias escaparam de terem seus registros cassados, devido à intervenção de Hydekel de Freitas e o seu prestígio junto ao Governador Paulo Torres, pois membros da Arena local fariam parte da lista.

A disputa entre os dois candidatos, aparentemente, era acirrada. Para compreendermos essa eleição, é interessante recorrer ao depoimento dado pelo ex-vice-prefeito Ruyter Poubel a Antonio Augusto Braz e Odemir Capistrano Silva, que resume assim essa eleição,

“Era a candidatura de um médico dos mais proeminentes da cidade e de um jornalista altamente combativo e já com treze anos de lutas em prol da cidade. A outra candidatura era do Hydekel, que era tido como membro de uma juventude transviada. Uma candidatura apoiada pelo Joaquim Tenório, que mantinha os funcionários com seis meses de salários atrasados. Além de tudo isso, nós estávamos no MDB, e em plena ditadura militar, havia um desejo velado de uma represália contra o regime imposto. Muita gente havia sido cassada, presa²²⁴”.

Como demonstra o depoimento do ex-vice-prefeito, o MDB confiava na vitória, tanto pelo perfil do candidato Moacyr do Carmo e seu, mas também, pela rejeição da Arena, em Duque de Caxias, acompanhada pela rejeição ao prefeito Joaquim Tenório e do próprio sogro de Hydekel de Freitas, Tenório Cavalcanti.

Do outro lado, a Arena apostava todas as suas fichas políticas, em primeiro lugar no perfil político de Hydekel que buscava construir uma imagem política como, “*um candidato jovem, deputado estadual, criado em Duque de Caxias, simpático maleável, inteligente e trabalhador*”²²⁵. Em segundo lugar, a Arena empregou toda a sua máquina política na eleição de seu candidato. O prefeito fez nomeações de cunho político para atender aos pedidos que beneficiassem seu candidato. Além disso, houve a participação tanto do governador Paulo Torres quanto do candidato a governador Geremias Mattos

²²³ O MUNICIPAL, 27/10/1966, p. 03.

²²⁴ Entrevista de Ruyter Poubel a seção Memória Viva. Antonio Augusto Braz e Odemir Capistrano Silva. Duque de Caxias: Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto/ Câmara Municipal de Duque de Caxias/ Associação dos Amigos do Instituto Histórico, ano II, n° 3, dezembro/2003, p. 75.

²²⁵ O MUNICIPAL, 09/06/1966, p. 04. Cabe ressaltar que apesar de declara trabalhista como no seu slogan “Órgão Trabalhista de Combate a Opressão”, o jornal fez ostensiva campanha para Hydekel de Freitas e para a Arena. A causa para isso, muito provavelmente foi à briga entre Moacyr do Carmo e o dono do jornal, Euricles de Aragão, quando da disputa pela liderança do PTB local.

Fontes em comícios na cidade para alavancar a candidatura arenista. Inaugurações e eventos em Duque de Caxias com presença de autoridades federais, também faziam parte dessa ajuda, com o candidato a prefeito se fazendo sempre presente.

Ao apurar os votos, apesar do alto índice de abstenções, cerca de 35 a 40% do eleitorado, segundo Ruyter Poubel, o MDB venceu a Arena com extrema facilidade. A vitória para prefeito, da chapa Moacyr do Carmo/Ruyter Poubel se deu por mais do dobro de votos, cerca de quarenta mil votos para a chapa mdebista contra aproximadamente dezessete mil votos da chapa arenista. Para a Câmara de Vereadores, o MDB fez quatorze vereadores, obtendo 68,43% das cadeiras, contra apenas cinco da Arena, que ficou com 31,57% das cadeiras. O único deputado estadual eleito pelo município Silvério do Espírito Santo, também era do MDB (ver anexo I).

Talvez, agora seja interessante perceber as causas dessa vitória folgada do MDB, em Duque de Caxias. Se nós nos ativermos às explicações do ex-vice-prefeito, temos, para justificar a sua vitória: a biografia tanto do prefeito e do vice, as condições administrativas locais e uma represália a Arena e a Ditadura Militar.

Mais do que um desejo velado (ou tanto quanto) de uma represália à Ditadura Militar, a vitória da chapa emedebista ocorreu devido à cultura política trabalhista que ainda se fazia fortemente presente. Uma indicação para isso é a explicação dada no jornal O MUNICIPAL²²⁶ para a vitória do MDB, na Baixada Fluminense ao afirmar que a região tem o eleitorado composto por operários e que sofre influência direta da Guanabara, principalmente dos seus sindicatos.

Além das explicações dadas pelo jornal e que reforçam essa hipótese levantada, dois são os outros argumentos levantados. O primeiro argumento é que, ampliando o grau de visão, é constatável que o MDB acabou sendo um herdeiro indireto do trabalhismo, pois a maioria dos antigos membros do PTB foi para esse partido, como demonstra Maria D'Alva Kinzo²²⁷. Além disso, nessa mesma eleição municipal, o MDB elegeu os prefeitos dos outros municípios da Baixada Fluminense, Nova Iguaçu, São João de Meriti e Nilópolis e em outros municípios ligados a atividades urbano-industriais como Volta Redonda, Angra dos Reis e Macaé.

²²⁶ O MUNICIPAL, 01/12/1966, p. 03.

²²⁷ Maria D'Alva Kinzo. Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB, 1966-1979. São Paulo: Vértice, 1988, p. 32 *apud* Rogério Schmitt. Partidos Políticos no Brasil (1945-2000). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 35. O Jornal Luta Democrática, também, no ano de 1967, demonstra articulações de uma possível “ala trabalhista” dentro do MDB.

Como segundo argumento, temos a própria origem política do prefeito e do vice, ambos tendo relações intrínsecas com o trabalhismo. O prefeito eleito era filiado ao PTB e, em 1958, ocupou o cargo por pouco tempo de Secretário Estadual de Comunicação e Transporte, e já em 1964, conforme demonstrado, tinha o seu nome cogitado como possível candidato a prefeito e favorito, devido à legenda de que fazia parte e contava com vários adeptos, em Duque de Caxias. Já, o vice-prefeito manteve estreitas relações com o falecido Governador Roberto Silveira que tinha grande popularidade na região.

Nesse sentido, vejo que houve um projeto de reestruturação política local, tanto através dos Atos Institucionais, de uma forma mais ampla, e de pressões das guarnições militares, principalmente, oriundas da Vila Militar de Deodoro, de uma forma mais específica. Porém, essas pressões não tiveram efeitos, pelo menos imediato na cultura política que vinha se afirmando com o crescimento industrial da localidade, ligada fortemente ao trabalhismo.

5. 1968: a entrada de Duque de Caxias na Área de Segurança Nacional.

Nos primeiros anos após o golpe, a Ditadura Militar não conseguiu alterar profundamente a cultura política local, seja por meio de Atos Institucionais, ou mesmo pela pressão exercida por outros órgãos do governo. Nem mesmo, a forte repressão com a intervenção nos sindicatos teve a capacidade de alterar a cultura política de Duque de Caxias, nos anos iniciais da Ditadura Militar, entre 1964 a 1967.

No âmbito regional, a Baixada Fluminense era vista com reservas, por parte dos setores ligados a Vila Militar de Deodoro, por ser considerada uma área explosiva. Anteriormente ao golpe, a Vila Militar intervinha nos municípios da Baixada Fluminense nos momentos em que a polícia não conseguia dar conta da segurança pública, como, em 1962, quando ocorreu o quebra-quebra, em Duque de Caxias. Também eram os militares que faziam a segurança das eleições municipais.

Depois do golpe, a Vila Militar ampliou as ações passando a acompanhar as administrações locais, especialmente as emedebistas empossadas, em 1967. Para acompanhar essas administrações foi nomeado o capitão José Zamith²²⁸.

²²⁸ José Ribamar Zamith chegou a ser coronel de Informações do exército. Como capitão comandou a 1ª Companhia da PE na Vila Militar (1967 - 1970). Serviu no DOI-CODI/RJ. Fez curso de torturador nos

Outro fator que representava perigo aos prefeitos eleitos foi a lei sancionada, em 1965, pelo Presidente Castelo Branco que permitia as Câmara de Vereadores e as Assembléias Legislativas estaduais cassarem mandatos de prefeitos e governadores acusados de corrupção.

Nesse período, Duque de Caxias se consolidava como uma liderança econômica regional. Desde a inauguração da REDUC, a arrecadação municipal crescia de forma vertiginosa devido ao ICM, e, por conseguinte, cresceu a sua participação na arrecadação de impostos do Estado do Rio de Janeiro. Nesse momento, o município já era um dos maiores colégios eleitorais do Estado.

Em 1967, assumiu a prefeitura Moacyr do Carmo do MDB. A visão construída sobre essa administração, por seus participantes como o ex-vice-prefeito Ruyter Poubel, é que ela colocava o planejamento público e a modernização a frente do casuísmo político, representado pelo clientelismo. O ex-vice-prefeito e também chefe de Gabinete, Ruyter Poubel define, assim, esse governo,

“E foi um governo aberto. Expandiram-se muito as perspectivas do município. Fizemos um grande trabalho na área da educação. Só de escolas municipais e estaduais foram mais de 50 unidades. (...). Na área da saúde, construímos dois hospitais e 7 postos de saúde”²²⁹.

Mesmo com essa declaração do ex-vice-prefeito, antigas práticas como o clientelismo continuava a existir. Os vereadores Jo’sé Callado e José Ribeiro Neto, ambos do MDB, disseram à Luta Democrática²³⁰, que o prefeito somente ajudava aos vereadores que faziam parte do seu “staff”, em detrimento de outros vereadores que trabalhavam pelo desenvolvimento do município. Assim, é possível perceber que mesmo a persistência de antigas práticas políticas, como o clientelismo, não impedia a construção de uma visão modernizadora da administração pública aliada ao momento político pelo qual passava o país.

Estados Unidos. Recebeu Medalha do Pacificador (1970). Consta seu envolvimento no seqüestro de D. Adriano Hipólito (Nova Iguaçu). Está atualmente na reserva. www.torturanuncamais-rj.org.br

²²⁹ Entrevista de Ruyter Poubel, Op. cit, p. 76.

²³⁰ Luta Democrática, 28/01/1968, p. 05.

Essa visão se aproximava da nova identidade que se buscava construir para o período. O clientelismo era aproximado a identidade local ligada à violência, por ser a principal prática de Tenório Cavalcanti. Já a modernização administrativa se associava ao progresso que fora desencadeado pela industrialização, com o impulso maior da REDUC, no começo da década de 60.

Não só de louros e glórias foi feito esse período. Já no final de 1967, os prefeitos da Baixada Fluminense passaram a sentir, de forma mais ostensiva, as ações partidas da Vila Militar, com o apoio das Câmaras de Vereadores. Em Nova Iguaçu, o prefeito Ari Schiavo e o vice foram afastados. O vice-prefeito depois acabou assumindo o cargo, sendo afastado novamente, assumindo a prefeitura interventores. Logo em seguida, em São João de Meriti, o prefeito José Amorim acabou afastado, com o apoio, inclusive, do chefe local do MDB, Ário Theodoro, que era seu compadre. Conseguiu retornar pouco tempo depois num acordo, onde saiu do MDB e ingressou na Arena, por pressão do Governador Geremias Fontes, mesmo assim, ficou pouco tempo com a prefeitura sendo entregue a interventores como em Nova Iguaçu.

Se diferentemente dos seus municípios vizinhos, Duque de Caxias, conseguiu escapar de uma intervenção direta realizada pelos militares, agora não teria a mesma sorte. O golpe foi certo e duro. Duque de Caxias foi enquadrada na lei 5449/68 que definia os municípios de Interesse da Segurança Nacional. Em consequência, passaria a ter prefeitos não mais eleitos, mas sim nomeados, a partir de 1971. Essa parecia ser uma intervenção profunda e derradeira no campo político local, já que os grupos políticos locais não poderiam mais almejar a prefeitura, cargo tão cobiçado.

Nesse processo cabe indagar qual a origem da “Área de Segurança Nacional”, da própria lei 5449/68, bem como, das manifestações locais contra ou a favor da lei e o motivo da inclusão de Duque de Caxias nessa lei.

5.1. As Origens da Área de Interesse da Segurança Nacional.

O momento inicial em que foi encontrada, juridicamente, a figura da Área de Segurança Nacional se reporta a Constituição de 1946. Ao buscar definir a autonomia municipal, no seu artigo 28, é possível encontrar a origem da área de segurança nacional. No parágrafo segundo eram definidos como de segurança nacional municípios que possuíssem “*bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do país*”.

Esse conceito de área de segurança nacional, bem como a capacidade de intervenção federal nos municípios, esteve quase inalterado até pouco depois do golpe militar de 1964. A possibilidade de intervenção federal começou a ser alterada, mais precisamente, depois da edição do Ato Institucional Número 2.

Em si, o Ato Institucional não alterava essa forma de intervenção nos municípios. O avanço sobre a autonomia municipal (ou ao que restava dela) foi progressivo. O primeiro instrumento que facultava ao Governo Federal o poder de intervir diretamente nos municípios foi dado pelo Ato Complementar Número 5 ao Ato Institucional, ainda, em 1965.

Face às derrotas em alguns municípios importantes, como os da Baixada Fluminense, nas eleições de 1966 era preciso buscar novos instrumentos que viabilizassem o controle desses locais. Já no final desse mesmo ano, quando do envio pelo Presidente Castelo Branco da nova Constituição ao Congresso Nacional, os novos meios de intervenção pareciam se estabelecer. A proposta encaminhada pelo Governo Federal era de que algumas cidades fossem consideradas zona militar com prefeitos nomeados pelo Governador e não mais eleitos. Esse seria o caso de Duque de Caxias, Volta Redonda, Nova Friburgo e outras cidades do Rio de Janeiro. Os novos prefeitos eleitos corriam o risco de não serem empossados²³¹.

Mesmo não sendo bem-sucedida nessa movimentação inicial de transformar municípios em zonas militarizadas, a Ditadura Militar já demonstrava a sua intenção de controlar o poder executivo de Duque de Caxias, principalmente depois da derrota da Arena nas eleições realizadas. Deixou, entretanto, plantadas as sementes para nova carga a respeito da autonomia municipal.

Logo no início de 1967, duas medidas, já no final do governo Castelo Branco, permitiram a Ditadura Militar ter instrumentos jurídicos para intervir nos municípios e administrá-los. A primeira medida foi a Lei de Segurança Nacional que, a partir desse momento, se voltava tanto para as questões internas quanto externas²³². Isso abria espaço para a execução de intervenções internas dos mais diversos tipos, a pretexto da Segurança Nacional.

O segundo instrumento que possibilitou a intervenção federal nos municípios era dado pela Constituição de 1967. No seu artigo 16, que legislava sobre a autonomia municipal, a Constituição fazia significativas modificações. No seu primeiro parágrafo,

²³¹ O MUNICIPAL, 15/12/1966, 01.

²³² Lei de Segurança Nacional, 13/03/1967.

que buscava definir as nomeações feitas pelos Governadores com prévia aprovação, “*do Presidente da República, os Prefeitos dos Municípios declarados de interesse da segurança nacional, por lei de iniciativa do Poder Executivo*”, como completava a alínea b.

Agora estava fundamentado o caminho jurídico para a intervenção federal nos municípios, pelo Poder Executivo, restava levar adiante. Castelo Branco não conseguiu utilizar tais instrumentos, pois a Constituição foi aprovada no final do seu mandato. Restava ao novo presidente, o Marechal Costa e Silva, a decisão de utilizar ou não este recurso. Se, no começo do seu mandato, parecia que não o usaria, a situação mudou, no início de 1968.

5.2. A inclusão de Duque de Caxias na Área de Segurança Nacional.

Quase um ano depois da posse de Costa e Silva como Presidente, em fevereiro de 1968, o governo federal manifestou o interesse por meio de decreto (que teria de ser transformado em lei) de enquadrar 236 municípios como de Segurança Nacional e que passariam ao seu controle administrativo. Isso num momento em que se encontravam, em Brasília, mais de mil prefeitos para discussões a respeito do ICM. Logo depois de manifestada a intenção do governo federal em intervir nos municípios tiveram inícios as mobilizações contrárias. Os prefeitos encaminharam um documento ao líder do Governo, Ernani Sátiro, que, entre outras coisas, dizia, que desde a Constituição de 1946, os municípios foram progressivamente conseguindo a sua autonomia e que agora criavam-se novas formas de intervenção federal nos municípios “*parecendo que o governo somente ficará satisfeito quando não mais houver em todo território nacional qualquer vestígio de autonomia municipal*”²³³.

Em Duque de Caxias, a repercussão da intenção do governo federal de enquadrar o município como área de Segurança Nacional foi imediata. O vice-prefeito na época, Ruyter Poubel, fez uma declaração em que criticava essa intervenção do governo federal. Considerou a medida inadmissível, pois as autoridades federais estavam restringindo a democracia ao invés de ampliá-la²³⁴.

O vice-prefeito afirmava que não compreendia como os municípios poderiam ser zonas de interesse da Segurança Nacional, já que o prefeito não teria condições para

²³³ O MUNICIPAL, 09/02/1968, p. 01.

²³⁴ O MUNICIPAL, 16/02/ 1968, p. 01 e 02.

manter essa segurança, sendo, que para isso existiam as Forças Armadas, as Polícias Militares e os órgãos de informação do governo. Observava, também, que houve um momento para a Ditadura Militar intervir em Duque de Caxias, a fim de que a honestidade e a decência pública fossem restabelecidas. Concluiu dizendo que o povo estava satisfeito com o governo que havia escolhido²³⁵.

A partir desse discurso inicial, podemos perceber algumas características que marcaram as mobilizações contrárias à lei. A primeira é o reforço da nova visão criada para o município, baseada no progresso, em substituição à violência e que será recorrentemente usada. A segunda é uma posição crítica, mesmo que na maioria das vezes moderadas, as ações federais e estaduais que arrecadavam muito e pouco investiam na localidade.

Também era percebido pelos grupos políticos de Duque de Caxias que o enquadramento do município como Área de Segurança Nacional representaria o fim dos vários projetos pessoais de alcançar a prefeitura, pois seria nomeado um interventor, provavelmente, de fora eo município e sem ligações políticas com a localidade.

Em abril, quando o projeto de lei foi encaminhado ao Congresso Nacional, em regime de urgência, dos 236 municípios previstos, inicialmente, para serem enquadrados como Área de Segurança Nacional, restaram 68. Apenas, Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro aparecia presente. A causa oficial apontada para isso era a presença da refinaria REDUC no município.

Aparentemente, essa “cassação” apenas de Duque de Caxias, conforme, termo utilizado pelos jornais desse período, não era entendido. Até jornais com linhas editoriais distintas como O MUNICIPAL e a Luta Democrática apresentavam argumentos contra o enquadramento do município. O MUNICIPAL alegava que outros lugares do Rio de Janeiro, como Volta Redonda, sede da CSN, Angra dos Reis e Paracambi que abrigavam bases militares ficaram de fora, enquanto Caxias foi incluído²³⁶.

Já a Luta Democrática adotou outra linha de ataque contra a inclusão de Duque de Caxias. Afirmou que os municípios que forneciam água para a Guanabara deveriam ser incluídos, pois até mesmo o mais distante e inexpressivo município representaria perigo, “*pois a Segurança Nacional depende do patriotismo de todos os brasileiros e,*

²³⁵ Idem.

²³⁶ O MUNICIPAL, 19/04/1968, p. 02.

*portanto, qualquer Município, mesmo distante e inexpressivo, representa perigo, se seus dirigentes se insurgem contra o regime*²³⁷”.

Várias articulações políticas foram feitas com o objetivo de tentar livrar Duque de Caxias do enquadramento como Área de Segurança Nacional. O Senador arenista Vasconcelos Tôres, que tinha estreitas ligações políticas e eleitorais com o município, foi o primeiro a apresentar uma emenda contra a inclusão de Duque de Caxias na lei. Para isso, justificava, *“muito ao contrário do que pensam os inimigos da Baixada Fluminense, Caxias é hoje uma cidade próspera, cujos habitantes gozam de tranqüilidade e vivem dedicados ao trabalho*²³⁸”.

No município, as manifestações e articulações políticas para a sua retirada da lei se ampliaram. Foi formada na Câmara Municipal uma comissão para ir à Brasília. Essa comissão se juntou a uma outra formada na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, para tentar reverter a “cassação” do município.

As entidades representativas dos mais variados segmentos, no município, elaboraram um memorial contendo críticas ao projeto do governo visto como contrário *“aos interesses progressistas da nossa comunidade*²³⁹”. A Câmara de Vereadores ainda tentou demover o presidente e outras autoridades, através de telegramas. Nessas comunicações diziam,

*“Esperamos de Vossa Excelência uma palavra e uma ato de protesto e de ajuda para salvar a autonomia de Duque de Caxias, seriamente ameaçada. Esperamos que a discriminação praticada contra o nosso município, único do Estado do Rio de Janeiro a ser atingido, seja reexaminada pelo governo federal e pelo Congresso nacional. É o que pedem 500 habitantes em nome da democracia representativa*²⁴⁰”.

Nesse mesmo sentido, iam os pedidos do prefeito para que o município fosse excluído da lei, argumentando que Duque de Caxias vivia um clima de ordem e respeito e que estavam superadas as causas que denegriam a imagem da cidade no passado. Concluiu sua defesa, dizendo: *“o seu povo é pacifista e não pode ser julgado nem*

²³⁷ Luta Democrática, 21-22/04/1964, p. 03.

²³⁸ Luta Democrática, 20/04/1968, p. 02.

²³⁹ O MUNICIPAL, 26/04/1968, p. 05.

²⁴⁰ Idem, na verdade os 500 habitantes representam 500 mil habitantes do município nesse momento.

*condenado desta forma, não poder ser culpado por erros do passado, cometidos não por êle, mas por líderes já completamente alijados da vida pública*²⁴¹”.

As diversas manifestações políticas continuaram durante o mês de maio. Foi organizada uma manifestação pública na Associação Comercial, que, ao seu final, durante um ato público, foi acesa uma tocha que lá ficou até o dia da votação da lei. Nos momentos que antecederam a votação da lei, as expectativas não pareciam exitosas para os grupos políticos locais, como noticiado pelo jornal Luta Democrática, em duas edições. Na primeira afirmava, “*As Fôrças Armadas consideram questão fechada a inclusão de Duque de Caxias na área de Segurança nacional*”²⁴².

Já na edição de 23 de maio, bem próximo à votação do projeto de lei, o jornal noticiava o empenho pessoal do Presidente da República na aprovação da lei, “*ao receber os novos vice-líderes da ARENA, o marechal Costa e Silva declarou que desejava a aprovação do projeto. Explicou tratar-se de uma questão de segurança nacional e não de política. Daí seu empenho quanto a votação*”²⁴³.

O projeto de lei chegou a ter adiada a sua votação inicial, marcada para o dia 24 de maio, devido a descontentamentos dentro da própria Arena em relação ao projeto de lei. Mesmo assim, o líder da Arena, o deputado federal Ernani Sátiro, estava certo da vitória e já tinha a elaborada que seria a aprovação do projeto de lei por decurso de prazo, sem que fosse necessária a sua votação. A votação estava marcada para o dia 28 de maio, justamente, na véspera da visita do Ministro dos Transportes Mário Andreazza, a Duque de Caxias, onde viria inspecionar obras e aproveitaria para se encontrar com autoridades locais.

Na sessão do dia 28 de maio, com o uso do decurso de prazo, previsto desde o Ato Institucional Número 2, pela Arena, acabou aprovado o projeto de lei. Assim, inicialmente, Duque de Caxias foi o único município do Rio de Janeiro incluído. Posteriormente, Angra dos Reis, em 1969, e Volta Redonda, em 1974, também foram anexados como Área de Segurança Nacional.

Na localidade, prevaleceu a elaboração de que Duque de Caxias foi enquadrado como Área de segurança Nacional, para barrar o crescimento do MDB local. Porém, isso parece ser pouco para explicar esse fato, pois o governo poderia lançar mão de

²⁴¹ Idem.

²⁴² Luta Democrática, 19-20/05/1968, p. 03.

²⁴³ Luta Democrática, 23/05/1968, p. 03.

outros instrumentos com o fito de cooptar os grupos políticos da oposição, como o fez mais a frente.

Não se deve descartar que o controle do executivo municipal, por parte da Ditadura Militar, significava ter em mãos o controle de uma máquina pública ascendente financeiramente e controlar a própria movimentação eleitoral do município ao restringí-la, conseguindo um controle político duradouro e incontestado e o favorecimento da Arena local.

Assim, até 1968, Duque de Caxias, dentro da Baixada Fluminense, havia escapado de intervenções diretas na administração municipal, apesar de ter tido o seu campo político progressivamente restringido pelas ações da Ditadura Militar. Já em 1968, apesar das diversas manifestações locais, o município foi atingido em cheio pelo enquadramento na “Área de Interesse da Segurança Nacional”. Finalmente, a Ditadura Militar tinha amplas possibilidades de levar a frente o projeto de reestruturação política local, cuja administração assumiria, em 1971, nomeando interventores.

Anexo I

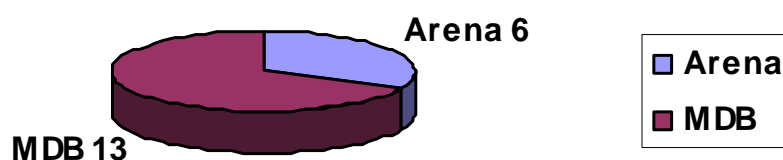
Câmara de Vereadores em Duque de Caxias nas Eleições de 1966 e o percentual de cada um dos partidos nas eleições

Partidos	Número de Vereadores	Percentual
Arena	6	31,58
MDB	13	68,42
Total	19	100

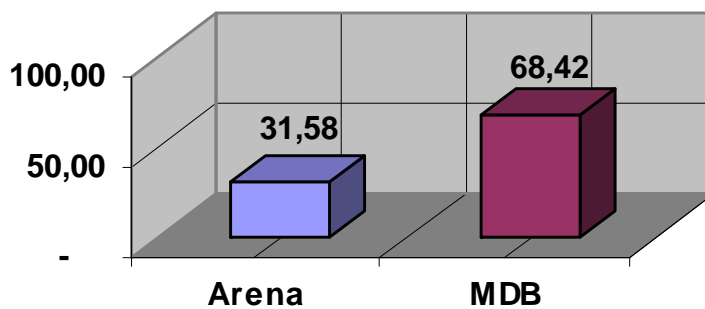
Câmara de Vereadores em Duque de Caxias entre 1967 a 1971

ARENA
Francisco Gil Alves
José Barreto
José de Jesus
Laury Villar
Luiz Braz de Luna
Saulo da Costa
MDB
Armando Maia de Oliveira
Enedino Cardoso
Francisco Estácio da Silva
Guilherme da Silva Lopes
Henrique de Oliveira Pessanha
João Trajano Marinho
José dos Santos Callado
José Ribeiro Neto
Luiz Carlos Jorge Romeiro
Manoel Bravo júnior
Raimundo Milagres
Ubiratan da Cunha Coroa

Número de Vereadores da Arena e do MDB em Duque de Caxias em 1967



Percentual dos Vereadores da Arena e do MDB em Duque de Caxias nas eleições de 1966



CAPÍTULO III

Entre a Área de Interesse de Segurança Nacional e os Interventores Militares: 1971-1979

No ano de 1968, a ameaça ao município de Duque de Caxias não foi só a perda da sua autonomia para a escolha do prefeito, concretizada pela Lei 5449/68 que o enquadrava como “Área de Segurança Nacional”. A denominação foi modificada, em 1969, com a Emenda Constitucional nº. 1, com os municípios passando a ser chamados de “Área de Interesse da Segurança Nacional”.

Ainda no ano de 1968, paralelamente a divulgação da intenção do Executivo federal em transformar o município em Área de Segurança Nacional, O MUNICIPAL noticiava que havia um processo aberto contra o prefeito no SNI, acusando-o de ser uma ameaça ao regime. Essa acusação era pautada em duas fotos: uma em que abraçava o Comandante Aragão e a outra em que aparecia abraçado a Luis Carlos Prestes. A posição do jornal era de defesa e apoio irrestrito ao prefeito²⁴⁴.

Somou-se a isso que, dentro do MDB, o prefeito teve que contornar críticas sofridas pela demissão de funcionários ligados a vereadores. Pouco depois, viu estourar uma crise entre o vice-prefeito e chefe de gabinete, Ruyter Poubel e Lázaro de Carvalho, presidente do Diretório municipal do partido, que queria a demissão do vice-prefeito do cargo de exercia. No final do ano, depois de cerca de cinco meses de lutas dentro do partido e sem a resolução do problema por parte do Diretório estadual, O MUNICIPAL divulgou que o prefeito e o vice saíram do MDB. O jornal destacou ainda que a presença de Hydekkel de Freitas dificultava o ingresso de ambos na legenda governista²⁴⁵.

A despeito da visão positiva que se estabelecia a respeito da administração municipal, nesse momento, o cerco político tendia a se fechar cada vez mais. Isso veio a acontecer com a edição do Ato Institucional Número 5 (AI-5) que novamente abriu espaço para a cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos, a intervenção nos Estados e Municípios e a suspensão da estabilidade dos funcionários públicos, entre outras medidas²⁴⁶.

²⁴⁴ O MUNICIPAL, 18/01/1968, p. 01 e 04.

²⁴⁵ O MUNICIPAL, 22/11/1968, p. 03.

²⁴⁶ O Ato Institucional Número (AI-5) foi editado no dia 13 de dezembro de 1968, fechando o Congresso Nacional e os Legislativos estaduais e municipais. A causa apontada foi a recusa do Congresso em cassar o deputado federal Márcio Moreira Alves por declarações ofensivas aos militares.

O abalo na localidade foi sentido de forma imediata, pois no dia seguinte a decretação do AI-5, o vice-prefeito Ruyter Poubel foi preso à luz do dia na porta da prefeitura, ficando cerca de dez dias detido na Vila Militar, em Deodoro, para averiguação. Em entrevista, Ruyter Poubel descreveu a sua prisão assim,

“O Getúlio ainda tentou me convencer a sair fora e eu resisti e não demorou mais que uns dois minutos e alguém, que de lá da calçada da delegacia tinha uma visão privilegiada na calçada da Prefeitura, acompanhou o trajeto do Getúlio, sabe como são esses caras, os militares, observam tudo. E um sargento, com quase dois metros de altura, acompanhado de dois soldados com metralhadoras surgiram (até hoje não sei de onde). Aí o sargento apareceu e falou assim: “O senhor é o vice-prefeito Ruyter Poubel?” “Sim, sou eu mesmo”. “O senhor está preso”, e virou pro Getúlio e disse: “O senhor também está preso porque veio avisar ao vice-prefeito”²⁴⁷”.

No que diz respeito ao prefeito, aparentemente o fato de ter pertencido ao corpo médico da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na II Guerra Mundial e, segundo Ruyter Poubel *“cultivar boas relações com a Vila Militar”²⁴⁸*, poderia ter lhe dado um espaço maior de manobra política junto aos meios militares. Contudo, a prática demonstraria que isso não ocorreu. Já no começo do ano de 1969, o jornal O MUNICIPAL citava que constantemente denúncias de irregularidades na administração municipal eram levadas a Vila Militar com o intuito de derrubar o prefeito²⁴⁹. A repressão se espalhava e se fazia sentir por todas as partes. O próprio O MUNICIPAL, entre os anos de 1969 e 1970, foi constantemente censurado, tendo o número de páginas reduzidas e justificando-se da seguinte forma, perante o público,

“Aos nossos leitores, Mais uma vez somos forçados a circular com apenas quatro páginas. As razões como é fácil concluir, são imperiosas e independem da nossa vontade”.

²⁴⁷ Entrevista de Ruyter Poubel a seção Memória Viva. Antonio Augusto Braz e Odemir Capistrano Silva. Duque de Caxias: Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto/ Câmara Municipal de Duque de Caxias/ Associação dos Amigos do Instituto Histórico, ano II, nº 3, dezembro/2003, p. 77-78.

²⁴⁸ Idem, p. 78.

²⁴⁹ O MUNICIPAL, 24/01/1969, p. 03.

Mediante esse quadro, a cassação do prefeito que parecia ser iminente, desde a sua posse, concretizar-se-ia depois do AI-5. Para o cumprimento integral do seu mandato, o prefeito buscou tomar medidas defensivas, assim como o seu antecessor Joaquim Tenório já havia realizado. Observamos terem sido três as ações principais tomadas pelo prefeito na defesa de seu mandato. A primeira medida percebida foi a nomeação de militares (o tenente-coronel Eder Fogaça Travassos e o capitão Décio) no governo municipal durante a Reforma Administrativa que poderiam fazer uma “ponte” junto aos meios militares.

Uma segunda ação realizada pelo prefeito e destacada pelo O MUNICIPAL dava conta da nomeação de uma comissão para estudar e aplicar o AI-5 e os demais Atos Complementares a administração municipal²⁵⁰, o que minimizaria qualquer crítica por parte dos seus opositores de que negligenciaria as medidas adotadas pela Revolução.

Por último, e a mais importante medida adotada pelo prefeito, foi a sua entrada para a Arena, juntamente com o vice-prefeito. Nesse processo é importante ressaltar a figura do então Governador Geremias Mattos Fontes no sentido de participar ativamente da cooptação dos opositores, oferecendo-lhes vantagens, principalmente verbas públicas para a realização de obras e respaldo político frente as pressões exercidas pelos diversos órgãos de repressão, no caso da Baixada Fluminense, a Vila Militar de Deodoro. Seguindo o prefeito e o vice, vereadores e deputados estaduais também mudaram de partido.

Mas, o ano de 1969 não ficaria marcado apenas pela migração de um grupo emedebista para a Arena. A doença e a conseqüente saída de Costa e Silva da presidência trouxeram uma nova movimentação política à localidade em relação a escolha do futuro interventor. O MUNICIPAL noticiou que políticos de Duque de Caxias esperavam que com a indicação do novo Presidente houvesse mudanças no critério de escolha do futuro interventor. O jornal dizia que essa era a expectativa de alguns arenistas que queriam o cargo, mas reafirmava que dificilmente o interventor seria alguém do município²⁵¹.

A nomeação do interventor para a prefeitura ao lado das eleições municipais ocupou o espaço político municipal, em 1970. Logo no início do ano, a movimentação e expectativas dos partidos era, assim, destacada pelo O MUNICIPAL,

²⁵⁰ O MUNICIPAL, 07/03/1969, p. 01.

²⁵¹ O MUNICIPAL, 12/09/1969, p. 02.

*“A Arena: está completamente parada apenas confiando no trabalho desenvolvido pelo Prefeito que eleito pela oposição, hoje, está colorido com as tintas revolucionárias arenistas. (...). E porque confia no desempenho do Prefeito a Arena está de braços cruzados, **deitado eternamente em berço esplêndido!** Sem liderança na bancada federal, a Arena é assim mesmo capaz de surpreender nas próximas eleições. E se surpreender a culpa será exclusivamente do MDB, que por inércia já perdeu um prefeito. Tem tudo para ser retonificado, a começar por dois Deputados Federais, um do Município, Sr. Zulmar Batista de Almeida, outro da região, Sr. Ário Theodoro, pertencendo ao Município de São João de Meriti e sendo Presidente do Diretório Estadual do Partido²⁵²”.*

Nessa mesma edição, o jornal afirmou com relação ao futuro interventor que *“difícilmente deixará de ser militar, embora estejam algumas forças sendo aglutinadas em favor de um nome civil que é de confiança do meio militar, havendo mesmo neste meio quem por ele trabalhe²⁵³”*. Para esses projetos dos meios políticos locais terem algum êxito, era de suma importância estabelecer uma articulação próxima ao Deputado Federal Raimundo Padilha, candidato a Governador indicado pela Arena, para ser referendado pelo colégio eleitoral.

Entretanto, essa não seria uma tarefa das mais fáceis. Wanderley Guilherme dos Santos ao analisar as eleições de 1970 destacou que após o AI-2 estabelecer as eleições indiretas para Governador e Presidente da República, a interferência do Governo federal deixou de ser restritiva, vetando candidatos, para ser indicativa, com a escolha do candidato mais afinado com o governo. Assim, nessas eleições, o autor ressaltou que a escolha cuidadosa dos candidatos seria com o objetivo de garantir o perfeito entrosamento político entre o Governo estadual e federal. Já na esfera administrativa, os novos Governadores possuíam autonomia nos seus Estados para estabelecer seus programas de Governo e apelar ao Governo Federal por recursos²⁵⁴.

No que tange a municipalidade, as divergências dentro dos partidos se tornaram claras, às vésperas das eleições, mesmo com a forte repressão que imperava no cenário

²⁵² O MUNICIPAL, 13/03/1970, p. 03.

²⁵³ Idem.

²⁵⁴ Wanderley Guilherme dos Santos. Governadores-Políticos, Governadores-Técnicos e Governadores-Militares. DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1971, p. 123.

político, em virtude, do AI-5. Nancy Aléssio e Irene Magalhães Lopes²⁵⁵, ao pesquisarem no município as eleições de 1970, observaram na Arena local uma profunda clivagem entre duas facções: uma que apoiava o ex-chefe político Tenório Cavalcanti, liderada pelo seu genro, o candidato a deputado estadual Hydekel de Freitas e uma facção de oposição ao tenorismo, onde podemos situar os irmãos Poubel e o prefeito Moacyr do Carmo, por exemplo. Essas facções apresentavam profundos conflitos internos, segundo as autoras dificultando a construção de uma liderança monolítica e de uma pretensa unidade partidária tão desejada pelos setores dominantes do partido a nível estadual. Contudo, diferentemente das autoras, na análise das fontes, percebemos que esses grupos não eram fechados, com os políticos mudando constantemente de lado.

Dentro do partido, a divergência entre esses grupos foi acentuada. O prefeito Moacyr do Carmo cumpriu o seu papel, como destacou a Luta Democrática ao se dirigir a população pedindo votos para os candidatos arenistas²⁵⁶. A principal clivagem apareceu na relação de Hydekel de Freitas e os irmãos Poubel.

Hydekel de Freitas utilizou a estrutura da Luta Democrática, de propriedade de seu sogro Tenório Cavalcanti, para veicular a sua plataforma eleitoral por meio de colunas que escrevia. Explicou que escolheu a Baixada Fluminense para base eleitoral, pois além de ser a sua terra natal “*era o pedaço de terra fluminense que mais sofreu, em todos os governos que antecederam a Revolução*”²⁵⁷. Posteriormente, em outra coluna, afirmou que era o candidato que resolveria os principais problemas da região e de Duque de Caxias no menor tempo possível. Por fim, agregava ao seu partido as realizações do Governo Médici e escreveu que votar na Arena era “*garantir que a Baixada Fluminense não voltará à melancolia do passado*”²⁵⁸. Também buscou se vincular ao novo Governador eleito, Raimundo Padilha.

Com a aproximação das eleições, a Luta Democrática em plena campanha pró-Hydekel, afirmava que a sua eleição era certa e deveria ser um dos candidatos mais votados, citando para isso três motivos: o apoio maciço dos vereadores de Duque de Caxias, São João de Meriti e outros municípios; o prestígio de seu sogro Tenório Cavalcanti e o fato de ser um político que impunha a bandeira da Arena se destacando,

²⁵⁵ ALÉSSIO, Nancy, LOPES, Irene Maria Magalhães. Transformação Política a nível do poder local – Estudo de caso (Caxias). Relatório Preliminar. In: Revista de Ciência Política. Rio de Janeiro: FGV, V. 5, n° 4, out/dez, 1971, p. 87.

²⁵⁶ Luta Democrática, 06/11/1970, p. 07.

²⁵⁷ Luta Democrática, 01/10/1970, p. 03.

²⁵⁸ Luta Democrática, 03/10/1970, p. 07.

desde 1966, como um dos seus principais líderes. Pelo lado do MDB dava como certa a reeleição de Silvério do Espírito Santo²⁵⁹.

Nesse processo eleitoral, Hydekel de Freitas articulou a candidatura do ex-vereador e suplente de deputado estadual José da Silva Barros (Zuca) a deputado federal, servindo de contraponto dentro do partido a candidatura do vice-prefeito Ruyter Poubel para o mesmo cargo, já que o seu irmão Zoelzer Poubel tentava a reeleição para deputado estadual. Essa disputa intra-partidária fica mais clara nas palavras do ex-vice-prefeito,

“Eu fui para Bom Jesus. Pois quando eu estava lá, eles lançaram a candidatura do Zuca (José da Silva Barros) aqui, pelas minhas costas. O Moacyr morreu me dizendo que não teve nada com isso... Mas, por sua omissão, permitiu que o fato ocorresse. Quando me ligaram dizendo que haviam lançado o Zuca contra mim aqui em Caxias, eu interrompi a minha programação e voltei correndo. Aqui chegando não o procurei o [prefeito]. Não o procurei por achar que não cabia procurá-lo. No fundo eu achava, como acho até hoje, que se ele tivesse interesse, teria abortado aquela candidatura. Ele tinha todas as condições e o Zuca era um político obediente, ele (o Moacyr) sempre tinha votado no Zuca para vereador. Não, ao contrário. (...). O Hydekel teve grande participação neste complô contra mim, que mudaria a história do município²⁶⁰”.

Associada a essa clivagem interna exposta nesses momentos críticos, na eleição estava implícita a necessidade de derrotar o MDB para consolidar o projeto em curso pela Ditadura Militar para a região e o município. A Arena lançou 56 candidatos a vereador, 6 candidatos a deputado estadual e o Ricardo Augusto Azeredo Vianna, ex-secretário municipal de saúde e chefe de gabinete do prefeito, candidato a Senador por uma das sub-legendas arenistas, que tinha como principal nome o Senador Vasconcelos Torres que buscava a reeleição.

Se era importante para os componentes da Arena derrotar o MDB, cabe indagar o que o partido oposicionista representava no município nesse momento. Mais uma vez

²⁵⁹ Luta Democrática, 11/12/11/1970, p. 07.

²⁶⁰ Entrevista de Ruyter Poubel a seção Memória Viva. Antonio Augusto Braz e Odemir Capistrano Silva. Duque de Caxias: Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto/ Câmara Municipal de Duque de Caxias/ Associação dos Amigos do Instituto Histórico, ano II, nº 3, dezembro/2003, p. 81.

são úteis as análises de Nancy Aléssio e Irene Magalhães²⁶¹, que, em relação ao MDB, observaram uma carência de lideranças a nível local que conseguissem estabelecer uma linha de ação, mesmo precária, que seria essencial para a formação de correntes de oposição que levariam a configuração de um comportamento político, motivado por critérios ideológicos e programáticos, ou seja, o fisiologismo e os interesses pessoais seriam minimizados.

O partido apresentou as mesmas armas que o adversário, com 57 candidatos a vereador, 5 candidatos a deputado estadual, 3 candidatos a deputado federal e o deputado federal Zulmar Batista concorreu na sub-legenda do partido a senador, que era encabeçada pelo ex-Governador Amaral Peixoto.

As vésperas das eleições, a Luta Democrática noticiou o prognóstico feito pelos partidos para o pleito. Ambos os partidos esperavam eleger a maioria dos vereadores; a Arena achava que conseguiria eleger 3 deputados estaduais e os 2 deputados federais. O MDB esperava conseguir eleger 1 deputado federal e 2 deputados estaduais²⁶².

Os resultados confirmaram a superioridade do partido do governo que elegeu 12 vereadores (ver anexo II), 4 deputados estaduais (Zoelzer Poubel, Ampliato Cabral, Samuel Correa e Hydekel de Freitas que foi o deputado estadual mais votado com cerca de 21.830 votos²⁶³) e José da Silva Barros se elegeu deputado federal, como o mais votado no Estado e derrotou, no confronto interno, Ruyter Poubel, que não se elegeu. Ricardo Augusto Vianna obteve a suplência do Senador Vasconcelos Torres. Nancy Aléssio e Irene Magalhães observaram que ambos os grupos do partido (tenoristas e anti-tenoristas) dividiram os postos alcançados no partido, o que impedia o surgimento de uma liderança monolítica²⁶⁴.

No entanto, essa divisão de cargos não impediu que a figura de Hydekel de Freitas começasse a ampliar o seu destaque para além dos limites do município, pois já se aproveitava das relações políticas herdadas de seu sogro, despontando agora também pela sua expressiva votação que elegeu a ele e o seu candidato a deputado federal. A sua liderança ascendente na região não vinha por seu carisma, como a liderança de seu sogro, mas sim da sua habilidade política em estabelecer alianças com os diversos meios políticos, desde vereadores a deputados, governadores e militares, dentro e fora de Duque de Caxias.

²⁶¹ Nancy Aléssio e Irene Magalhães Lopes, Op. cit, p. 81.

²⁶² Luta Democrática, 13/11/1970, p. 07.

²⁶³ Luta Democrática, 25/11/1970, p. 03.

²⁶⁴ Nancy Aléssio e Irene Magalhães Lopes, Op. cit, p. 85.

O MDB acusou o golpe pela implacável ação da Ditadura Militar na região. Em Duque de Caxias elegeu 9 vereadores, 2 deputados estaduais (Silvério do Espírito Santo e Lázaro de Carvalho) e 1 deputado federal, José Peixoto Filho; Zulmar Batista se tornou suplente de Senador para Amaral Peixoto. Não era somente a Arena um partido fragmentado no município, no próprio MDB, a partir desse momento, observamos duas facções: um grupo encabeçado por Zulmar Batista, Lázaro de Carvalho e Peixoto Filho e outro grupo liderado por Silvério do Espírito Santo, Henrique Pessanha e o recém-eleito vereador Vilson Macedo, afilhado político do deputado Silvério. Esses grupos emedebistas, assim como, os arenistas não mantinham uma posição fixa, podendo mudar de lado quando melhor lhes conviessem. Na Baixada Fluminense, o MDB que, quatro anos, antes elegeu todos os prefeitos dos municípios, agora se limitou a eleger apenas o prefeito de São João de Meriti.

Se as eleições ocuparam a maior parte do espaço político municipal, a questão do interventor ficou latente, não desaparecendo por completo. Próximo da eleição, o clero municipal se manifestou sobre o tema, através de carta aberta enviada ao Presidente Médici, solicitando que o novo interventor tivesse o brio do patrono do município. Segundo descreveu a Luta Democrática, o clero reclamava da situação do município como a falta d'água, esgoto, calçamento, praças e parques recreativos, urbanização e escolas. Foi pedido ao Presidente que o interventor fosse dinâmico e firme *“para não se corromper comprometendo-se com os grupos privilegiados que constantemente exploram a massa caxiense – causa justa de revoltas e de protestos”*²⁶⁵.

Por fim, logo após as eleições, o mesmo jornal²⁶⁶, noticiou que o nome de Elcy Faria – presidente do diretório municipal da Arena – e ligado a Hydekkel de Freitas estava cotado para o cargo de interventor. Esse tema ganhou maior importância, no início do ano de 1971, pois com a eleição do novo Governador, os grupos políticos locais, em especial os arenistas, tentaram exercer alguma influência na nomeação do primeiro prefeito-interventor.

Nesse momento, discutia-se mais profundamente qual seria a natureza do interventor, por parte dos meios políticos locais: um civil ou um militar e se seria do município ou de fora do município, “um estrangeiro”. Apesar de ser reconhecida por quase todos os círculos políticos locais que a maior probabilidade era do novo prefeito ser um militar e de fora do município, a Arena local não deixou de se movimentar. Por

²⁶⁵ Luta Democrática, 28/10/1970, p. 07.

²⁶⁶ Luta Democrática, 26/11/1970, p. 07.

meio da Luta Democrática, é possível destacar que o diretório municipal justificava o seu apelo frente ao Governador eleito e a sua possível escuta, devido a sua contribuição eleitoral para o partido. Concentrou os seus esforços, através de um memorial entregue ao Governador eleito que prometeu analisar, nos seguintes nomes: Moacyr do Carmo que era o atual prefeito e poderia ser reconduzido ao cargo, Ruyter Poubel, ex-vice-prefeito da localidade no governo Moacyr do Carmo, Ricardo Azeredo Vianna, ex-secretário de saúde e chefe de gabinete do prefeito Moacyr do Carmo, recém-eleito suplente do Senador Vasconcelos Torres e Elci Faria que era o presidente do diretório local da Arena²⁶⁷.

Em relação aos nomes externos ao município, a Luta Democrática destacava que havia uma movimentação forte ao redor dos seguintes nomes: Coronel Homem de Carvahô, ex-secretário de segurança do Estado do Rio de Janeiro, Coronel Lima Barreto, ex-chefe de gabinete da Secretaria de Segurança do estado do Rio de Janeiro, o então interventor de Nova Iguaçu Rui Queiroz e o interventor de São João de Meriti João Batista Lubanco, ambos vistos com bons olhos pela Vila Militar e contavam com a aprovação de seus oficiais²⁶⁸.

Mesmo com essas mobilizações e tentativas de interferência por parte dos pretendentes ao cargo de prefeito cabia ao Governador, em conjunto, com o Ministério da Justiça e o Presidente da República indicar o nome do futuro prefeito. A nomeação dos interventores era definida pela lei 5449/68 e foi reforçada entre 1968 a 1971 pelas leis e decretos subsequentes. Da mesma forma, somente o Governador ou o Presidente da República poderia demitir o interventor quando este decaísse da confiança de um deles. A partir daí, tem-se início a “Era dos Interventores” que duraria até 1985.

Prefeitos nomeados em Duque de Caxias no período da Área de Interesse da Segurança Nacional: 1968-1985

Prefeito	Ano
Francisco Estácio da Silva	1971 (fevereiro a julho)
General Carlos Marciano de Medeiros	1971-1975
Coronel Renato Moreira da Fonseca	1975-1979
Coronel Américo de Barros Gomes Filho	1979-1982
Vilson Campos Macedo	1982 (3 a 12 de maio)
Hydekel de Freitas Lima	1982-1985

²⁶⁷ Luta Democrática, 05/01/1971, p. 07 e 24 e 25/01/1971, p. 07.

²⁶⁸ Luta Democrática, 05/01/1971, p. 07 e 10 e 11/01/1971, p. 07.

1. Um delegado para Caxias: O Prefeito-Interventor General Carlos Marciano de Medeiros

A escolha do novo prefeito recaiu, inicialmente, no nome do General Paulo Teixeira da Silva que tinha como credenciais: o fato de exercer a direção do Departamento de Controle e Segurança da Secretaria de Segurança do Estado da Guanabara, ter sido diretor do DOPS no período em que Filinto Muller era chefe de polícia no Distrito Federal e ser amigo do Governador eleito.

A primeira vista parecia, então, já sacramentada e encerrada a escolha do prefeito-interventor do município, para desagrado da direção arenista caxiense que se sentiu desprestigiada por não ter sido ouvida em relação ao nome a ser escolhido e nem mesmo notificada pelo futuro Governador do nome escolhido, chegando a haver intenção do presidente do diretório caxiense em renunciar, fato que não se concretizou.

Antes mesmo de assumir o cargo, o possível interventor deu uma entrevista informal, destacando as suas qualidades, dentre as quais a de ser apolítico e num gesto de aproximação com os políticos locais afirmou que saberia “*ouvir com atenção os pedidos dos políticos e atendê-los em tudo aquilo que redundar em benefício da coletividade caxiense*”²⁶⁹.

Entretanto, o encaminhamento dessa nomeação, bem como a resolução da questão, não aconteceu da forma esperada, com o nome do futuro prefeito-interventor encontrando forte resistência nos altos círculos militares, em especial no I Exército. A Vila Militar aparentemente não teve nenhuma ingerência na escolha ou indicação do prefeito-interventor, ou seja, estava alijada deste processo. O desfecho acabou desfavorável ao Governador Raimundo Padilha que, então, nomeou o General Paulo Teixeira da Silva para a Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro.

Assim, novamente e de uma forma inesperada se reabriram as tentativas e esperanças dos antigos candidatos de obterem a nomeação para o cargo, exceto Ricardo Augusto Vianna, nomeado a pedido do senador Vasconcelos Torres para a Secretaria de Serviço Social.

Outro fator que ganhava importância fundamental neste momento foi a eleição ocorrida para presidente da Câmara de Vereadores, no início do período legislativo, em fevereiro, já que na ausência do prefeito nomeado o cargo era ocupado pelo presidente da Câmara Municipal. Numa manobra política liderada pelo deputado estadual Zoelzer

²⁶⁹ Luta Democrática, 07 e 08/02/1971, p. 07.

Poubel e, o seu irmão, Ruyter acabou eleito Presidente da Câmara Municipal o vereador Francisco Estácio da Silva, parente de Zoelzer e Ruyter, com o apoio dos 9 vereadores do MDB e 3 vereadores da Arena²⁷⁰.

Esse quadro de forças perdurou com a indefinição em relação ao novo prefeito, com o prefeito-interino Francisco Estácio da Silva sendo constantemente acusado pelos demais vereadores de executar obras apenas no seu reduto eleitoral, negando-se a atender aos pedidos dos demais vereadores, sofrendo por essa conduta ataques de todas as correntes e de todos os partidos. A conduta do presidente da Câmara de Vereadores, enquanto prefeito, demonstrou claramente a sua intenção de reforçar a dependência junto aos seus eleitores e a amplitude dos seus interesses, porque não poderia ser mais alçado ao posto de prefeito via eleição e parecia muito difícil ser efetivado, então, o fundamental era aproveitar a oportunidade e reforçar as práticas do clientelismo no seu reduto eleitoral.

A indefinição gerava críticas e pressões do MDB, na figura do deputado estadual caxiense Lázaro de Carvalho, encontrando apoio no líder da oposição Cláudio Moacir. A solução encontrada pelo Governador para essas disputas políticas na localidade veio com a nomeação do “Delegado da Revolução” para Duque de Caxias, o prefeito-interventor General Carlos Marciano de Medeiros. Diferentemente do nome anteriormente indicado, esse militar era respaldado pela amizade junto ao Presidente Médici e os irmãos Geisel, em especial Orlando Geisel, Ministro do Exército, pois foram colegas de turma no Colégio Militar de Realengo. Além disso, tinha no currículo uma ativa participação na Revolução de 30 (dentro do Estado do Espírito Santo) e a ocupação do cargo de chefe de gabinete da Secretaria de Segurança do antigo Distrito Federal. A indicação agradava aos meios políticos locais, mesmo não sendo novamente consultados, pois o militar mesclava a sua carreira uma intensa participação na vida política, tendo sido também deputado estadual, Presidente da Assembléia Legislativa do Espírito Santo e deputado federal nos anos 30 e 40 e ocupado posteriormente cargos em órgãos estatais²⁷¹.

O governador Raimundo Padilha no ato de nomeação do prefeito-interventor ou como foi costumeiramente denominado pelos jornais locais²⁷² “Delegado da

²⁷⁰ Luta Democrática, 02/02/1971, p. 03.

²⁷¹ Os dados referentes à trajetória do General Carlos Marciano de Medeiros foram retirados do Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

²⁷² O jornal Luta Democrática e Folha da Cidade constantemente se referiam ao prefeito nomeado desta forma.

Revolução” disse que ela era pautada em dois eixos fundamentais: o primeiro era promover a integração político-administrativa do município dentro do planejamento do estado ditado pelo Governador. O segundo eixo estava ligado diretamente ao campo político, no qual o novo prefeito tinha a missão de unificar o diretório local da Arena, definido pelo Governador como muito fragmentado²⁷³.

Logo de início, a administração era vista com muita expectativa. O jornal Folha da Cidade, de Ruyter Poubel – e que deu total apoio ao interventor –, definia a sua atuação e responsabilidade, afirmando que

“O prefeito municipal de Duque de Caxias, General Carlos Marciano de Medeiros, como delegado dos governos federal e estadual, tem sobre seus ombros a responsabilidade de uma administração das mais complexas. Não pode errar, nem omitir-se. Da sua atuação depende o êxito da Revolução na Baixada Fluminense²⁷⁴”.

O novo prefeito, por seu turno, declarou que não pretendia o cargo, recebendo-o como tarefa a desempenhar, uma verdadeira missão e buscava cativar o apoio da população local, obtendo até mesmo respaldo do MDB que hipotecou apoio ao novo administrador do município. Logo depois de sua posse, o deputado estadual do MDB, Silvério do Espírito Santo afirmou que o prefeito merecia o apoio de todos os políticos, fossem eles da Arena ou do MDB. Concluiu dizendo que *“a oposição, por acreditar na sua sinceridade de propósitos, vai apoiá-lo, por que estará, assim, contribuindo para a inrtegração definitiva dos poderes políticos num dos mais importantes municípios do país²⁷⁵”*. Dias depois, as manifestações de apoio da oposição foram reiteradas, quando o MDB votou, por solicitação do vereador José Callado, moção de confiança ao prefeito²⁷⁶ e na declaração do líder do partido, o vereador Luis Carlos Jorge Romeiro parabenizando o Governador, Raimundo Padilha pela indicação do interventor, afirmando ser o MDB uma oposição construtiva²⁷⁷.

Esse aspecto demonstra uma das principais funções do interventor, que era comandar o jogo político a nível local, sendo delegado como o seu principal ator. De

²⁷³ Luta Democrática, 21/07/1971, p. 07.

²⁷⁴ Folha da Cidade, 11/12/1971, p. 05.

²⁷⁵ Luta Dmeocrática, 22/07/1971, p. 07.

²⁷⁶ Luta Democrática, 23/07/1971, p. 07.

²⁷⁷ Luta Democrática, 03/08/1971, p. 07.

posse do Executivo, possuía toda a máquina administrativa municipal para subordinar os meios políticos situacionistas e oposicionistas. Também deixava claro que a sua rede de relações prioritárias era junto ao governando e ao presidente, ao declarar que *“Depositário da confiança do Presidente Médici e do Governador Raimundo Padilha não a desmerecerei, tudo envidando para dar a este povo ordeiro um pouco mais de conforto e bem-estar, de acordo com os planos da Revolução de 1964”*²⁷⁸.

Nesse jogo, o interventor preteriu do preenchimento dos cargos municipais, os membros da sociedade local, dando preferência a técnicos e militares de fora do município, o que gerou insatisfações nos meios políticos, justificada pela pretensa valorização do caráter técnico frente à política, conforme ressaltou o próprio prefeito,

*“O não aproveitamento dos valores da terra, por meu governo, deve-se apenas à mecânica administrativa. Não tenho a intenção de massacrar as aspirações políticas arenistas e o partido deve compreender minhas atitudes, colocando à política a parte da administração”*²⁷⁹.

Se a participação não acontecia de uma forma direta, ela provinha da indicação de pessoas para a ocupação cargos dentro da prefeitura. As ações do prefeito-interventor eram pautadas por um discurso envolvido pela racionalidade técnico-burocrática, mas que se associava ao comportamento político local, dominado pela prática do clientelismo. Isso ficou claro quando o prefeito afirmou que não pretendia “massacrar as aspirações políticas arenistas”, se aproximando da declaração dada pelo primeiro interventor indicado de que ouviria “os pedidos políticos”, ou seja, ambos deixavam uma brecha para a aproximação com as elites políticas locais, através do clientelismo.

Isso acontecia segundo George Avelino Filho²⁸⁰, devido à incapacidade das instituições de atender às diversas demandas, ocorre o surgimento das “máquinas políticas” que acabam por amortecer os conflitos sociais e evitam a sua generalização. A sobrevivência da “máquina política”, e por extensão da política clientelística, surge, a partir da sua capacidade em substituir os antigos laços de lealdade pela oferta de benefícios materiais, aumentando a sua influência eleitoral. Essa relação deu origem a estudos relacionados ao clientelismo político, muito predominante nas ciências sociais e que acabam por reduzir esse fenômeno a obtenção de voto. O patrono moderno utiliza

²⁷⁸ Idem.

²⁷⁹ Luta Democrática, 13/11/1971, p. 07.

²⁸⁰ George Avelino Filho, Op. cit , p. 255-240.

um intermediário (*broker*) e o seu poder depende das suas habilidades em operar como intermediário entre a sua clientela e os recursos públicos.

Na transição para sociedades politicamente desenvolvidas, nas quais esperava-se não mais existir as práticas do clientelismo, fato que não veio a ocorrer. Calos Eduardo Sarmiento²⁸¹ cita duas explicações para a persistência desse fenômeno, enquanto prática política. A primeira elaboração é de Sergei Eisenstadt que, seguindo uma linha “processual”, define o clientelismo nas sociedades urbanas contemporâneas como um resquício de formas políticas mais arcaicas que tendem a perder relevância com o aprofundamento do processo de modernização. A segunda linha explicativa, definida pelo autor como “funcionalista”, provém de Carl Landé, que considera a persistência de práticas clientelísticas como uma *addenda*, ou seja, uma forma de remediar as falhas institucionais existentes.

Mesmo essa busca por uma caracterização do clientelismo, enquanto conceito e prática, não respondem a uma questão suscitada do quadro de relações anteriormente descrito entre o prefeito-interventor e os grupos políticos locais, que é o porquê de um interventor nomeado com respaldo estadual e federal se incomodava com os interesses políticos locais e não apenas com os seus próprios interesses.

Um indício de resposta ao questionamento levantado aparece na conclusão do já citado artigo de Nancy Aléssio e Irene Magalhães Lopes, que observaram persistir a rede de relações sociais de dependência clientelística entre líderes e liderados, dissimulada por um invólucro moderno, que ainda não conseguiu romper essas estruturas de comportamentos sedimentadas.

Associado a essa descrição do quadro político local, conforme demonstrado pelas autoras, deve-se ampliar a visão a cerca do clientelismo. O interventor de Duque de Caxias não se enquadra na visão clássica do clientelismo, sendo um fenômeno até certo ponto atípico, pois ele era indicado para exercer uma função política sem ter a legitimidade da votação, aspecto importante dessa prática, inicialmente. Para impor a sua autoridade delegada ele precisava ainda se equilibrar dentro de dois elos: o governador e o presidente e os políticos locais e se via pressionado a agradar ambos os elos, pois necessitava da confiança de ambos os pólos ou pelos monos do pólo superior.

²⁸¹ SARMENTO, Carlos Eduardo. O espelho partido da metrópole. Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983): liderança, voto e estruturas clientelísticas. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ. 2002. Tese de Doutorado.

A fim de explicar esse fenômeno, adotamos a postura teórica de Marcos Otávio Bezerra, Carlos Eduardo Sarmiento e Karina Kuschnir²⁸², que é a de caracterizar as relações clientelísticas como dotadas de uma racionalidade própria e dinâmica autônoma dentro dos seus limites de atuação. Assim, pode-se pensar essas relações como constitutivas do universo político e não suas anomalias, segundo as quais muitas vezes essas práticas são concebidas dentro das análises que privilegiam apenas o seu aspecto mercantil e político.

Ao privilegiar a postura desses autores, têm-se uma nova interpretação do clientelismo, passando-se a observar o caráter simbólico que envolve essas práticas. Marcel Mauss²⁸³ observa que somente é capaz de preservar a sua autoridade e o prestígio aquele que distribui os bens que possui, submetendo os demais a sua autoridade. Além disso, destacou Marcel Mauss, o status social de alguém é dado pelo julgamento dos outros indivíduos.

O interventor, então, como elemento possuidor de uma autoridade simbólica outorgada pelo Governador e pelo Presidente, também é possuidor de bens que se materializam por serem recursos de acesso ao Estado. O interventor era forçado a repartir com os políticos locais (em diferentes graus para cada um deles dependendo do posto e do partido ocupado) esses recursos para preservar a sua autoridade e o prestígio trazido com essa nomeação. Um exemplo, dentre vários outros, foi a cota de bolsas de estudo repartida pelo Prefeito aos arenistas e aos emdebistas. Cada vereador arenista recebeu 15 bolsas, enquanto os deputados estaduais tiveram 10 bolsas e aos vereadores da oposição foram oferecidas 6 bolsas²⁸⁴.

A permanência do clientelismo como prática política, em Duque de Caxias, demonstra como a nova cultura política adotada pela Ditadura Militar não foi capaz de acabar com a cultura política anterior. Pelo contrário, as antigas práticas políticas se acomodaram ao novo discurso político. De forma similar, Daniel Aarão Reis²⁸⁵ constatou que, a nível nacional, mesmo o projeto modernizador da Ditadura Militar retomou as bases do nacional-estatismo vigente até 1964, ou seja, mesmo empregando

²⁸² BEZERRA, Marcos Otávio. Em nome das “bases”: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999, SARMENTO, Carlos Eduardo. *Op cit* e KUSCHNIR, Karina. O cotidiano da política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

²⁸³ MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In Sociologia e Antropologia. São Paulo: EDUSP, 1974, *apud* SARMENTO, Carlos Eduardo. *Op cit*.

²⁸⁴ Luta Democrática, 28/01/1972, p. 03.

²⁸⁵ Daniel Aarão Reis. Ditadura Militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005, pp. 55-62.

um discurso modernizador, os novos donos do poder tiveram que incorporar elementos anteriormente existentes.

Contudo, não se pode esquecer a transitoriedade da função de chefe político do interventor, pois era um cargo de confiança. Ao ser imbuído do posto de chefe do Executivo, o interventor teria que fornecer meios políticos dos outros segmentos obterem sucesso eleitoral que não se reverteria para ele, mas sim para aqueles que dependem dele (os políticos arenistas de Duque de Caxias) e para aqueles a quem serve (Governador e Presidente). No aspecto eleitoral, importante nessas relações clientelísticas, o interventor atuaria com a função semelhante a um *broker* pelos acessos que ele poderia disponibilizar e a rede de relações em que estava incluído.

2. O delegado e a contestação da sua autoridade: 1972-1975

O início do ano de 1972 parecia que se desenrolaria para o prefeito-interventor, como os seis primeiros meses da sua administração, pois tinha total respaldo dos meios políticos e contava com o apoio das entidades representativas do município, como a Associação Comercial, Rotary e Lions Club.

Logo de saída, o prefeito teve de valer a sua atuação no campo político ao resolver o conflito interno da Arena, pelo menos momentaneamente, na escolha da nova direção do diretório do partido. O grupo liderado pelo deputado estadual Hydekel de Freitas apoiado por boa parte dos vereadores arenistas e pelo Deputado federal José da Silva Barros era a favor da reeleição de Elci Faria. Já o grupo que congregava os demais deputados estaduais (Zoelzer Poubel, Ampliato Cabral e Samuel Correa), com o apoio de Ruyter Poubel e um pequeno número de vereadores arenistas queriam a eleição do ex-prefeito Moacyr do Carmo.

No curso do processo dessa eleição, o prefeito foi acusado pelo deputado estadual Samuel Correa de favorecimento a vereadores, com nomeações para a Prefeitura, para em troca obter o apoio para Elci Faria. O prefeito negou essa prática e se reuniu com o candidato Moacyr do Carmo para acertar a disputa eleitoral. Contou nesse episódio com a ajuda do Governador que se reuniu com a bancada caxiense da Arena. O resultado dessa intervenção do prefeito e do Governador foi a eleição de Ruyter Poubel como candidato de consenso, buscando demonstrar a união dentro do

Diretório municipal da Arena e Hydekel de Freitas passando a fazer parte do Diretório regional. Após a vitória, o novo presidente Ruyter Poubel declarou que estava

“Aberto a todas as correntes, pois só com harmonia e o entendimento poderemos levar a bom termo a missão que nos foi confiada e que será executada sob a liderança incontestada do prefeito Carlos Marciano de Medeiros, do Governador Raimundo Padilha e do Presidente Médici”²⁸⁶.

Assim, ao final desse processo, o prefeito saía politicamente fortalecido, mediante o reconhecimento de todos os grupos da sua autoridade e conseguia cumprir, momentaneamente, uma das missões dadas pelo Governador, que era unir o diretório.

Para atender aos pedidos dos vereadores e seus chefes políticos, os deputados estaduais, além de preparar o caminho para as eleições no final do ano, o prefeito promoveu uma série de inaugurações de obras que incluiu majoritariamente: o calçamento, pavimentação e iluminação de ruas, contando sempre com a sua presença e de políticos, com vários discursos o enaltecendo e a revolução. O ponto alto dessas obras foi a reinauguração da sede da prefeitura contando, inclusive, com a presença do Governador Raimundo Padilha, que teceu inúmeros elogios ao prefeito-interventor e declarou seu apoio a ele²⁸⁷.

Mas as inaugurações realizadas escondiam uma realidade que iria trazer sérios abalos à autoridade do prefeito, que era a falta de recursos da prefeitura mediante uma estimativa de orçamento mal-feita e que deixou o caixa da prefeitura zerado e os funcionários com salários atrasados.

O problema da falta de recursos e dos salários atrasados veio a ser crônico nessa administração, obrigando o prefeito a tomar algumas medidas para conter os gastos, como a exoneração de funcionários contratados que foram indicados pelos vereadores. Isso ocasionou uma série de pronunciamentos de vereadores arenistas contra o prefeito, enquanto os vereadores emedebistas o defendiam e o elogiavam pela medida, numa clara inversão de papéis e de que a pretensa unificação da Arena local era apenas uma fachada e que não se sustentava sem as práticas de clientelismo, nesse caso, as indicações de pessoas para ocuparem cargos na prefeitura.

²⁸⁶ Folha da Cidade, 22/01/1972, p. 01.

²⁸⁷ Luta Democrática, 30/03/1972, p. 01.

Com a deterioração do prestígio administrativo e político, o “Delegado da Revolução” passava a ter sua autoridade cada vez mais contestada pelos meios políticos juntos ao Governador. Durante um pronunciamento crítico do vice-líder do MDB na Assembléia Legislativa, em relação aos salários atrasados, o líder da Arena, Samuel Correa, num aparte, deixava o enfraquecimento do papel político do interventor bem claro ao criticar diretamente o papel do Governador, o deputado disse que,

“A culpa [da situação] não cabe ao prefeito e, sim ao Governador Raimundo Padilha, porque a bancada da arenista de Caxias juntamente com membros do Diretório já foi ao Palácio Nilo Peçanha solicitar a demissão do Prefeito Carlos Marciano de Medeiros, e o governador não tomou nenhuma providência”²⁸⁸.

Declarações como essas foram uma constante de Samuel Correa, gerando uma intervenção direta do governador na bancada e a sua destituição da liderança. Outro fator que chama atenção foi que nenhum outro elemento da bancada arenista caxiense fez alguma contestação ao aparte do líder, demonstrando concordar com o pronunciamento do líder e quererem a cabeça do prefeito.

Essa perda de autoridade, bem como a incapacidade de sufocar as críticas e comandar de forma soberana os arranjos políticos locais, ficava cada vez mais clara, com a proximidade das eleições para vereador e o vigor cada vez mais forte dos ataques. Na tribuna da Câmara Municipal, ao comentar a recusa do prefeito em atender uma mensagem sua a respeito de anistias fiscais para os devedores de impostos municipais, o vereador José Callado do MDB fez pesada crítica à administração pelos salários atrasados, indiferença aos problemas municipais, despreparo de assessores, empréstimos constantemente contraídos e a falência da prefeitura. A certa altura do discurso, ao se referir ao prefeito disse que ele *“não passava de um criminoso, de um mentiroso e farsante, que já deixou de merecer o respeito de todo mundo e, principalmente o meu”²⁸⁹.*

O curioso a se ressaltar, nestes episódio, como no anterior, foi que nenhum vereador arenista, nem o líder do governo Armando Maia, fez um aparte no discurso

²⁸⁸ Luta Democrática, 23/09/1972, p. 06.

²⁸⁹ Luta Democrática, 11/10/1972, p. 06.

para defender o prefeito e seu chefe político, demonstrando quase que tácita de concordância com as críticas feitas pelo vereador emedebista.

O enfraquecimento do prefeito se refletiu na sua participação secundária nas eleições municipais do mesmo ano. A Arena calcou a sua campanha atrelando-se às realizações do Governo Médici, como o Mobral, a Integração Nacional, a Embratel, entre outros itens, deixando o governo municipal de lado. Os vereadores, deputados estaduais e membros do Diretório municipal levaram a eleição a cabo. O Governador precisou intervir na campanha liberando, cerca de 2 milhões de cruzeiros para o pagamento de salários atrasados pela Prefeitura²⁹⁰.

O jornal MUNICIPAL descrevia da seguinte maneira a expectativa do MDB e da Arena para as eleições,

“As eleições para a composição da Câmara de Vereadores está por dias, o MDB, face aos constantes desacertos de alguns componentes do “staff” do Prefeito Carlos de Medeiros, está na convicção de que fará a maioria e vencerá o pleito. A Arena, por sua vez, embora somando os motivos pelo MDB alegado, antepõe e com justa razão as inúmeras realizações do Prefeito Carlos de Medeiros, que podem ser empanadas pela atuação de alguns elementos que desta ou daquela forma destoaram do todo²⁹¹”.

Contudo, uma possível derrota da Arena não implicaria um caso sério para o interventor, tendo uma repercussão maior no campo político. Ainda às vésperas das eleições de 1972, O MUNICIPAL analisava a relação entre o interventor e os vereadores da seguinte forma,

“Mas uma coisa é preciso que se tenha em mente, é que todos os erros atribuídos ao Prefeito sempre mereceram da Câmara de Vereadores aprovação total da Arena e do MDB deste com exceção de apenas dois vereadores, em alguns casos, Jose Carlos de Lacerda e Romeiro Júnior (sic), os outros sempre acompanharam a procissão e são tão responsáveis como quaisquer outros pelo que eles chamam de desmandos da administração

²⁹⁰ O Municipal, 03/11/1972, p. 01.

²⁹¹ O MUNICIPAL, 03/11/1972, p. 03.

Carlos de Medeiros, dos quais querem tirar partido político eleitoreiro, além das vantagens obtidas até aqui²⁹²”.

Essa ação submissa dos vereadores vinha desde a administração Moacyr do Carmo, onde somente carimbavam os desejos do Prefeito. O Jornal do Brasil, em 1975, próximo a fusão do estado do Rio de Janeiro com a Guanabara, analisou de forma crítica a atuação dos políticos na Baixada Fluminense. O jornal afirmava que o MDB e a Arena coexistiam pacificamente e somente havia oposição os interesses de um grupo eram contrariados.

O Jornal do Brasil descrevia como recorrente a prática do clientelismo entre Executivo e Legislativo ao afirmar que *“todo político que preza seu futuro vive atrás de favores das prefeituras e assim se desenvolve o que os grupos mais esclarecidos da população chamam de “política das manilhas, paralelepípedos e bolsas-de-estudo²⁹³”*. O vereador que não seguia os interesses do prefeito, em represália, não tinha os seus pedidos atendidos.

Mesmo envolvido diretamente no clientelismo, O MDB atacou ferozmente o prefeito e a sua péssima administração, segundo o jornal Luta Democrática, em discursos públicos, atribuindo-lhe a culpa pelo estado caótico do município e confiava num crescimento eleitoral e de representação no legislativo municipal. Mesmo assim, a Arena conseguiu crescer mais obteve 13 cadeiras para a Câmara Municipal contra 8 do MDB (ver anexo III). Os resultados eleitorais foram os seguintes:

Votação da Arena e MDB em Duque de Caxias para as eleições de Vereador em 1972

Partidos	Votação	Percentual
Arena	68.362	51,18
MDB	45.265	33,89
Branco	8.258	6,18
Nulos	11.669	8,75
Total	133.554	100

Fonte: Luta Democrática, 29/11/1972, p.06.

Mesmo nesse período de crise da autoridade do prefeito, os resultados foram os mais expressivos do período do bipartidarismo para a Arena municipal, conseguindo o

²⁹² O MUNICIPAL, 03/11/1972, p. 03. Na verdade, o vereador citado era Luis Carlos Jorge Romeiro irmão de Romeiro Júnior que foi deputado estadual cassado, em 1966.

²⁹³ Jornal do Brasil, 02/03/1975, p. 29.

maior percentual de votação (51,18%) e o maior número de cadeiras no legislativo. Os bons resultados eram atribuídos, pelos políticos locais, em primeiro lugar a liderança política do Presidente Médici e depois a liderança estadual do Governador Raimundo Padilha e o prefeito visto anteriormente como mais um possuidor dessa liderança não foi citado em nenhuma declaração dos políticos.

Ainda assim, após as eleições, corriam boatos de que o prefeito pediria demissão, o que não veio a se concretizar. A resposta aos boatos marcou a ruptura do interventor com os meios sociais da localidade, como a Associação Comercial, passando a privilegiar o ele superior da relação, quando afirmou que

“Enquanto continuar merecendo a confiança de S. Exa (o Governador Raimundo Padilha) e do eminente Presidente Garrastazu Médici, prosseguirei em meu trabalho surdo e indiferente à central de boatos que vem funcionando com o objetivo de incompatibilizar-me com meus superiores, únicos a quem devo obediência dos meus atos como prefeito de Duque de Caxias²⁹⁴”.

Nem essa vitória eleitoral minimizou a intensidade das críticas contra o prefeito, em 1973. Jornais da Guanabara faziam sérias denúncias de corrupção sobre o prefeito durante o período em que ele trabalhou em empresas privadas. O deputado federal Peixoto Filho do MDB, com base política em Duque de Caxias, também fez sérias pesadas acusações ao interventor na tribuna da Câmara dos Deputados, pedindo a sua imediata demissão.

O prefeito-interventor adotou, mais uma vez, o silêncio como resposta às críticas, fechando-se cada vez mais no círculo de assessores diretos e confiou mais uma vez nas suas sólidas alianças junto ao governo estadual e federal. Utilizou, também, amplamente da máquina política da prefeitura para cooptar o apoio político dos vereadores, deputados estaduais e federal, incluindo mesmo alguns membros da oposição que não o criticavam e aprovavam tudo o que ele queria.

Tudo isso encontrava como corolário o caos vivido pela cidade com ruas esburacadas e o lixo acumulado pela rua. Essa situação caótica virou motiva de piada, com placas indicando os aniversários dos buracos, slogans com os seguintes dizeres

²⁹⁴ Folha da Cidade, 03/12/1971, p. 01 e Luta Democrática, 07/12/1972, p. 06.

“*Visite Caxias antes que se acabe*²⁹⁵” e que os buracos eram as obras do metrô de Caxias e piadas com o sobrenome do prefeito Marciano passaram a ser comuns.

Os jornais ligados à municipalidade e associações pediam a intervenção das autoridades, principalmente, o Governador para resolver essa questão. A intervenção do Governador veio no final do ano com a nomeação à revelia do prefeito de um economista do Ministério do Planejamento, Nelson Pereira, para a prefeitura que elaborou um relatório da situação financeira do município para o Governador.

Ainda assim, o “Delegado da Revolução” permaneceu na prefeitura. Tentou, em 1974, refazer-se politicamente ao participar dos primeiros comícios para as eleições de deputado estadual e federal, oportunidade em que realizava uma nova inauguração para tentar angariar mais votos para a sua legenda. Na prática, isso surtiu pouco efeito, pois logo o prefeito saiu de cena, deixando a batalha pelo voto a cargo dos políticos locais. O prefeito passou a agir nos bastidores, como destacou o *Jornal do Brasil*, abrindo a Prefeitura para nomeações políticas²⁹⁶.

Nesse pleito, repetindo uma característica nacional, a Arena local perdeu todos os seus deputados estaduais e somente Hydekel de Freitas conseguiu se eleger para deputado federal. Já o MDB local aumentou a sua bancada estadual de 2 para 3 deputados e reelegeu Peixoto Filho para deputado federal.

O ano de 1975 marcou um novo arranjo nas relações políticas a nível estadual, pois foi concretizada a fusão entre os Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Para governar o novo Estado do Rio de Janeiro, o Presidente Ernesto Geisel nomeou o Almirante Faria Lima, um militar de perfil técnico, que ocupara a presidência da PETROBRÁS e deveria indicar o novo interventor para o município.

3. A criação de um novo Estado: a Fusão do Rio de Janeiro e da Guanabara

O final do governo Médici, em 1974, e o início do governo Geisel trouxeram mudanças para a política regional. Aproveitando a inauguração da Ponte Rio-Niterói que integrava os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, o novo governo manifestou, desde o seu começo, o interesse em unir os dois estados.

Marieta de Moraes Ferreira destaca que a versão oficial descreve esse processo, com o objetivo de criar um estado forte, tanto do ponto de vista político quanto

²⁹⁵ Luta Democrática, 13/08/1973, p. 03.

²⁹⁶ *Jornal do Brasil*, 02/03/1975, p. 29.

econômico, que permitisse um melhor equilíbrio da Federação, sendo apresentada como uma medida de caráter puramente técnico e inscrita num plano de desenvolvimento nacional²⁹⁷. Ainda dentro desta versão oficial, Carlos Eduardo Sarmiento observou que esse processo visava também estabelecer as condições ideias para a condução da transição para a democracia de forma “lenta, segura e gradual”²⁹⁸.

No senso comum, o processo da fusão foi visto como uma forma de domesticar o MDB carioca, pois era a Guanabara o único estado em que o partido da oposição saíra vitorioso nas eleições para Governador. Assim, a fusão objetivava diminuir a sua força eleitoral, tendo em vista as eleições marcadas para novembro²⁹⁹.

Assim, a despeito das causas que levaram a união dos dois estados, o mais importante aqui é observar como os políticos fluminenses se readequaram à nova orientação do poder que deixava de ter o seu eixo principal em Niterói para ter como novo eixo a cidade do Rio de Janeiro, a capital do novo estado.

A fusão no seu aspecto político foi conduzida de forma autoritária pelo governo do Presidente Geisel fazendo prevalecer o seu ponto de vista na lei Complementar nº. 20 de 1º de julho de 1974, ou seja, não houve espaço para o debate político em torno desse processo.

Em relação aos políticos, as reações podem ser percebidas de duas formas distintas. Carlos Eduardo Sarmiento demonstra que Amaral Peixoto, principal liderança do MDB fluminense, passou a defender veladamente a proposta da fusão, considerando-a como um ato consumado³⁰⁰. Sua posição foi seguida por seus correligionários, como o candidato ao Senado Afonso Celso Ribeiro de Castro que sobre esse processo observou que deveria ser visto mais como um encontro do que como a criação de um novo estado³⁰¹.

²⁹⁷ Marieta de Moraes Ferreira. O Arquivo Geisel e os bastidores da fusão *In* CASTRO, Celso e D'ARAUJO, Maria Celina (orgs.). Dossiê Geisel. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 160.

²⁹⁸ Carlos Eduardo Sarmiento, *Op. cit.*, p. 226.

²⁹⁹ Marieta de Moraes Ferreira, entre outros historiadores que tratam deste assunto, se contrapõe a essa visão demonstrando que em nenhum momento, o Governador Chagas Freitas representava uma oposição, pois não se envolvia em enfrentamentos com a Ditadura Militar. Além disso, destaca que nesse processo os políticos arenistas não conseguiram obter nenhum ganho político. Ver Marieta de Moraes Ferreira, *Op. cit.*, p. 162. Sobre o processo de fusão entre os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, ver também, Marieta de Moraes Ferreira e Mario Grynszpan. A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro *In*: Rio de Janeiro: uma cidade na história. Rio de Janeiro: FGV, 2000. Marieta de Moraes Ferreira. A fusão: chaguismo x amaralismo *In* Carlos Eduardo Sarmiento (org.). Chagas Freitas. Rio de Janeiro: FGV/Alerj, 1999. Marly Motta. A fusão da Guanabara com o estado do Rio: desafios e desencantos *In* Américo Freire, Carlos Eduardo Sarmiento, Marly Motta (orgs.). Um estado em questão: os 25 anos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

³⁰⁰ Carlos Eduardo Sarmiento, *Op. cit.*, p. 228.

³⁰¹ Luta Democrática, 16/04/1974, p. 03.

Já do lado arenista, a posição não era a mesma. Marieta de Moraes Ferreira, ao analisar os relatórios do SNI no arquivo Geisel, destaca que o diretório fluminense se demonstrou contrário a fusão, acrescentando que segundo o seu presidente, o deputado federal Alair Ferreira, “*as lideranças políticas daquele estado não aceitariam as teses das vantagens da integração do estado do Rio à Guanabara*”³⁰². Nesse processo, o Senador arenista e ex-governador do Rio de Janeiro, Paulo Torres, Presidente do Senado, que alimentava o sonho de se retornar ao Ingá, em declaração à imprensa, se disse surpreso com a fusão já ser um ato consumado e que o assunto deveria ser estudado com mais calma, pois interessava aos dois estados³⁰³.

Mesmo o Governador Raimundo Padilha, político afinado com os militares, se posicionou contra o processo, classificando o processo como a “*vitória da tecnocracia*”³⁰⁴. Isso, contudo, em nenhum momento foi suficiente para reverter o processo ou ampliar a participação dos políticos. A lei complementar foi aprovada pelo Congresso Nacional a toque de caixa.

Para comandar o novo estado, o Presidente Geisel nomeou o Almirante Faria Lima, que era o presidente da Petrobrás. A relação entre ambos pode ser descrita da seguinte forma, por Carlos Eduardo Sarmiento,

*“A aproximação entre Geisel e Faria Lima remontava ao governo Jânio Quadros, no qual Faria Lima exercia a subchefia da Marinha na Casa Militar da presidência, enquanto Ernesto Geisel era o comandante militar do Planalto. Os primeiros resultados desta convivência foi a nomeação, em 1969, de Faria Lima para a diretoria de transportes da Petrobrás, então presidida por Geisel, e a sua escolha para sucedê-lo, quando o general deixou a estatal para assumir a presidência da República. A solução encontrada por Geisel aliava o perfil militar de Faria Lima, moldado para assumir missões e conduzi-las a cabo, ao estreito vínculo de fidelidade deste em relação ao seu comandante, no caso o próprio presidente, reforçando ainda mais o perfil de “interventor” que o primeiro governador do novo estado viria a assumir no exercício do cargo”*³⁰⁵.

³⁰² Marieta de Moraes Ferreira, Op. cit, p. 163.

³⁰³ Luta Democrática, 16/04/1974, p. 03 e 17/04/1974, p. 03.

³⁰⁴ Dicionário Histórico Bibliográfico (DHBB) pós-1930. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

³⁰⁵ Carlos Eduardo Sarmiento, Op. cit, 233-234.

Ao novo governador caberia além de estruturar a administração e a burocracia do novo estado, organizar e acomodar os grupos políticos e nomear os prefeitos da antiga capital (Niterói), da nova capital (Rio de Janeiro), da estância hidromineral (Santo Antonio de Pádua) e dos municípios de Interesse da Segurança Nacional (Volta Redonda, Angra dos Reis e Duque de Caxias).

4. Mudança de perfil: sai o “Delegado da Revolução” entra o “Técnico da Revolução”

A reorganização das forças políticas locais frente a nova situação geopolítica e ao redor do novo governador teve início após as eleições de 1974. Hydekel de Freitas consolidou-se como a maior liderança na Baixada Fluminense depois de se eleger deputado federal. Ao retornar de uma viagem a Brasília, a Luta Democrática, divulgou que o novo deputado federal esteve junto com o futuro Governador Faria Lima, discutindo a situação da região. Hydekel de Freitas declarou ao jornal que “*o novo governador está buscando soluções imediatas para atender as reivindicações do povo, em especial, o abastecimento de água na Baixada Fluminense*”³⁰⁶.

Essa declaração do deputado federal eleito Hydekel de Freitas vinha a contrastar com as reclamações feitas pelo jornal O MUNICIPAL dias antes, em relação, ao novo Governador que havia visitado várias cidades do antigo estado do Rio de Janeiro, mas ainda não tinha visitado Duque de Caxias. O jornal alegava na sua argumentação como a Baixada Fluminense, com o seu potencial econômico e eleitoral e seu peso político e social, para o novo estado poderia ser ignorada pelo novo governador³⁰⁷.

Assim, nesse clima de ansiedade e expectativa frente as ações do novo Governador para a Baixada fluminense e, mais especialmente Duque de Caxias, após a péssima administração do primeiro interventor nomeado era aguardado o nome do novo prefeito indicado. Dessa vez, sem a mesma movimentação anterior por parte dos arenistas do município.

No início de março, o futuro governador Faria Lima divulgou o nome do seu secretariado e juntamente os nomes dos prefeitos nomeados para Niterói, Rio de Janeiro e Santo Antônio de Pádua. Entretanto, não ocorreu a divulgação dos nomes indicados para os municípios considerados “Área de Interesse da Segurança Nacional”. O Globo destacou que isso não ocorreu, pois a lista enviada ao Presidente Geisel ainda não tinha

³⁰⁶ Luta Democrática, 22/02/1975, p. 01 e 03.

³⁰⁷ O MUNICIPAL, 10/01/1975, p. 01.

sido aprovada³⁰⁸. O Jornal do Brasil, por sua vez, afirmou que o nome mais provável para o município de Duque de Caxias era o do Coronel Renato Moreira da Fonseca³⁰⁹, vindo essa informação divulgada pelo jornal se concretizar na posse do novo governador no dia 15 de março que unia oficialmente os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, criando o novo estado do Rio de Janeiro.

O Jornal do Brasil destacou que na cerimônia de posse dos novos prefeitos, o governador Faria Lima dedicou especial atenção aos prefeitos de Duque de Caxias, Rio de Janeiro e Niterói por fazerem parte da região metropolitana, dizendo que esperava “*solucionar o problema da água e da segurança pública*”³¹⁰. Para Angra dos Reis, manteve como prefeito o Almirante Jair Toscano de Brito que foi seu de turma colega no Colégio Militar e para Volta Redonda indicou o Coronel Georges Leonardo.

Logo após ser empossado pelo governador, o novo interventor de Duque de Caxias foi a Câmara Municipal para a transmissão de cargo. Na cerimônia, a Luta Democrática destacou a declaração do novo prefeito de que esperava “*corresponder à confiança depositada nele pelo Governador Faria Lima, bem como atender as reivindicações do povo de Duque de Caxias*”³¹¹. O Jornal do Brasil enfatizou que o interventor transmitiu a promessa feita pelo governador Faria Lima de que melhoraria o abastecimento de água no município³¹². O Globo enfocou a afirmação do prefeito Renato Moreira da Fonseca de que o problema da violência no município era igual ao de outras cidades. Destacou também o planejamento municipal que seria baseado na região metropolitana do Grande Rio e que a sua meta administrativa era o homem. Para isso, afirmou que estava,

*“Certo da complexidade total que o aguardava, inclusive os diversos problemas relacionados com a saúde, obras, educação, transportes e outros mais, mas empolgado e confiante em servir a comunidade com operosidade e honradez”*³¹³.

³⁰⁸ O Globo, 01/03/1975, p. 10.

³⁰⁹ Jornal do Brasil, 01/03/1975, p. 04.

³¹⁰ Jornal do Brasil, 16/3/1975, p. 22.

³¹¹ Luta Democrática, 18/03/1975, p. 03.

³¹² Jornal do Brasil, 16/03/1975, p. 22.

³¹³ O Globo, 16/03/1975, p. 18.

A partir desses aspectos destacados pelos jornais, podemos observar duas características básicas do novo interventor: a primeira e mais importante era a sua ligação e confiança junto ao novo governador e que deveria ser reforçada com o êxito administrativo e superação dos déficits deixados pelo interventor passado, o que caracterizaria a nomeação como uma missão. A segunda estava ligada à primeira e dizia respeito à solução dos problemas básicos do município, principalmente o abastecimento de água, o que só seria possível com o apoio explícito e empenho do governador, além do afinamento entre ambos.

Após essa exposição básica sobre as premissas que baseavam essa nova administração, quatro aspectos são indagados: qual a natureza desse novo interventor, as suas relações políticas, o seu perfil político e o seu comportamento no papel de chefe político-administrativo do município.

Em relação à natureza do novo interventor, ela se igualava ao de seu antecessor, pois como ele era um militar da reserva e não tinha vínculos como o município. As coincidências, entretanto, parecem se encerrar aí, pois enquanto o primeiro interventor tinha um enorme lastro político, o novo apresentava um perfil mais técnico próximo ao perfil do próprio Governador.

Devido ao seu perfil mais técnico, foi difícil traçar as suas relações políticas. Ainda assim, no exame das fontes, foi possível detectar três vértices fundamentais. Um primeiro está ligado ao General Albuquerque Lima, do qual foi chefe de gabinete quando o General foi diretor do Material Bélico do Exército, entre os anos de 1969 a 1971³¹⁴. O segundo vértice era o próprio governador Faria Lima encarregado da sua nomeação e manutenção no cargo. Cabe destacar que essas duas relações políticas iniciais não são excludentes, pelo contrário, as ligações entre o General Albuquerque Lima e a família Faria Lima vinham de longa data e remontavam ao período em que o General foi o Ministro do Interior e o irmão do Governador era prefeito de São Paulo, quando tentaram estabelecer uma aliança para a candidatura de Albuquerque Lima para a presidência da República.

Por último, mas também de fundamental importância, era a relação do prefeito com o seu chefe de gabinete, o ex-deputado federal Márcio Paes, que era membro da executiva fluminense da Arena e ligado ao ex-governador Geremias Mattos Fontes. O Jornal do Brasil, ao noticiar a nomeação dos prefeitos pelo governador, enfatizou que,

³¹⁴ Luta Democrática, 26/08/1975, p. 03.

nesses municípios, o partido de apoio ao governo estava em crise. Para o caso de Duque de Caxias, o jornal afirmou que o prefeito convidou o ex-deputado com a missão de pacificar o diretório municipal³¹⁵. Isso exposto pelo jornal não trazia à tona todo o leque de relações entre o prefeito e o seu chefe de gabinete que passava da esfera política para a pessoal, pois eles eram cunhados.

Assim, alicerçado nessa base política, o novo interventor dava início a sua administração. Na formação da sua equipe de governo, diferentemente do interventor anterior que privilegiou pessoas de fora do município e militares, o novo interventor fez uma composição entre técnicos trazidos por ele de fora do município e os “valores da terra”, cabendo destacar a princípio a nomeação do ex-deputado federal José da Silva Barros (Zuca) para a chefia do Departamento de Informações Cadastrais. Ao longo de seu governo, fez novas nomeações de pessoas ligadas ao município, como o ex-presidente do diretório municipal da arena, Ruyter Poubel, para o cargo de Auditor Geral de Controle Interno e o ex-deputado estadual Ampliato Cabral para a chefia da Divisão de Relações Públicas. Além disso, nomeou ex-vereadores, demonstrando que o interventor concederia as benesses, conforme, o seu tempo e não mediante a vontade dos políticos.

Essa aproximação como os meios locais não ficou restrita somente ao campo da política. Alexandre dos Santos Marques³¹⁶ demonstrou, em sua dissertação de mestrado, que após a nomeação do interventor Coronel Renato Moreira da Fonseca, em 1975, os ativistas culturais do município aproximaram-se do interventor. O canal foi aberto com a nomeação de Stélio Lacerda para o Departamento Municipal de Cultura, o que possibilitou a entrada desses antigos militantes nos aparelhos de poder.

Um ano depois, o governo Renato Moreira da Fonseca instalou os primeiros conselheiros culturais do município. O autor afirma que o prefeito seguindo uma política cultural nacional, buscou o apoio dos intelectuais caxienses ou, pelo menos, daqueles que participavam de alguma rede de influências nos bairros centrais e mais populosos da cidade.

Em termos administrativos, o prefeito revogou atos do seu antecessor, como as nomeações realizadas às vésperas da fusão, deu início ao pagamento dos salários atrasados dos funcionários e dos fornecedores e tomou uma medida bastante popular na

³¹⁵ Jornal do Brasil, 15/03/1975, p. 15.

³¹⁶ Alexandre dos Santos Marques. Militantes de Cultura em uma área periférica: Duque de Caxias (1950-1980). Universidade Severino Sombra: Vassouras, 2005. (Dissertação de Mestrado).

localidade que foi a abolição da taxa de internação cobrada pelos hospitais municipais. Do governo estadual, conseguiu obras emergenciais como a ampliação da oferta de água para o município, sobretudo no 1º distrito e o recapeamento das principais ruas e rodovias do município, destacando-se a Avenida Presidente Kennedy.

Esse primeiro impacto da nova administração atraiu para o interventor o apoio dos meios políticos e sociais da localidade. O deputado federal Hydekkel de Freitas, em pronunciamento na Câmara dos Deputados, enfatizou o sucesso do trabalho do novo prefeito, destacando-o como,

“Um trabalho sério, constante e eficaz, vem empolgando o povo da terra de Lima e Silva, que, graças às sucessivas administrações omissas e insuficientes desacreditada na opinião pública. Hoje, restaura-se a confiança popular no poder. Operou-se o milagre: Caxias encontrou o seu verdadeiro administrador³¹⁷”.

Nesse mesmo discurso, conforme característica demonstrada durante a sua carreira política, o deputado federal aproveitou para elogiar a escolha feita pelo governador Faria Lima para a prefeitura do município, para em seguida, elogiar o Presidente Geisel pela escolha do nome de Faria Lima para governar o novo estado surgido após a fusão.

A partir dessa declaração do deputado federal tem-se um retrato da ação política local, que é a sua rápida recomposição e articulação à volta do interventor, apagando as ligações anteriores, buscando obter deste, em troca, benesses e favores, materializados quase sempre em obras nos seus redutos políticos. A própria Câmara de Vereadores continuaria a agir como antes, ou seja, não impunha restrições aos desejos do interventor, chancelando todos os seus decretos.

Nos meios sociais, o interventor conseguiu crédito. O presidente da Associação Comercial de Duque de Caxias, Eronides Batista afirmava a Luta Democrática que sentia satisfeito por sua associação ter sido a primeira a romper com o prefeito anterior. Em relação ao novo prefeito disse que “mesmo sem um grande resultado prático, tem demonstrado um grande potencial³¹⁸”. O mesmo jornal divulgou que pesquisas

³¹⁷ Luta Democrática, 04 e 05/05/1975, p. 03.

³¹⁸ Luta Democrática, 06/05/1975, p. 02.

realizadas junto a população também davam um crédito de confiança ao prefeito pelas medidas tomadas.

Até mesmo uma figura a margem da política municipal como Tenório Cavalcanti aproveitou as comemorações do Dia da Imprensa para elogiar o novo prefeito, afirmando que *“de tônicos como esses, o povo de Duque de Caxias de há muito está precisando, para melhor sentir que não está sozinho, como vela acesa exposta ao vendaval”*³¹⁹.

Essas ações iniciais não concederam ao interventor apenas um crédito junto a municipalidade, bem como, ampliaram o seu respaldo junto ao governador e seu fiador Faria Lima. Cerca de dois meses depois de empossar o prefeito, o governador esteve em Duque de Caxias para acompanhar o andamento das obras. Essa visita teve ampla cobertura por parte da Luta Democrática. Ao receber o governador, o prefeito,

*“Reafirmou o seu propósito de não desmerecer a confiança que lhe foi depositada, ao ser indicado pelo Governador para a investidura de tão importante cargo, uma vez que o município de Duque de Caxias representa na conjuntura estadual, um dos mais importantes fatores”*³²⁰.

Concluiu o prefeito seu discurso agradecendo ao apoio recebido do deputado federal Hydekel de Freitas, dos deputados estaduais presentes (Walmir Pallis, Silvério e Lázaro de Carvalho) e dos vereadores que se faziam representar pelo presidente da Câmara Municipal, Luiz Brás de Luna.

O Governador iniciou o seu discurso agradecendo a união das classes entorno do prefeito. A seguir enalteceu a ação do interventor que, seguindo as suas determinações, colocou em curso o plano de administrar o município. Por fim, observou que o objetivo de sua visita era verificar o andamento das obras e,

“Dar uma mensagem, primeiro de agradecimento, por todo o trabalho do Prefeito Renato Moreira da Fonseca e todos os seus auxiliares, em termos de recuperação do município de Duque de Caxias. A população do município deve sentir mais do que eu, mais afastado no Rio de Janeiro. Eu tenho tido informações do trabalho de S. Ex^a aqui nesta Prefeitura, que corresponde plenamente à confiança que nele depusitei quando o convidei para esse

³¹⁹ Luta Democrática, 15/05/1975, p. 05.

³²⁰ Luta Democrática, 22/05/1975, p. 08.

*espinhoso cargo de Prefeito de Duque de Caxias, que para muitos não tinha solução para os seus problemas, mas que eu, com certeza, sabia que ele os solucionaria. É com imenso prazer que eu venho aqui dar o meu apoio ao Prefeito de Duque de Caxias e a todas as autoridades presentes*³²¹”.

Dentro desse contexto inicial, o interventor nas duas missões que lhe foram confiadas: a chefia administrativa e a chefia política, desperdiçava maior esforço, em relação à primeira. Com isso, observamos que, diferentemente do primeiro interventor, o atual não abria as portas da prefeitura indiscriminadamente para as nomeações políticas. Elas continuaram, mas se deram ao ritmo do interventor.

Mesmo que o enfoque maior fosse o aspecto administrativo, o interventor deu atenção a política, acima de tudo, no reforço dos seus laços e do chefe de gabinete Márcio Paes, com o Governador Faria Lima. Aproveitou, no ano de 1975, os tradicionais festejos do dia 25 de agosto (Dia do Soldado e de Duque de Caxias) e condecorou com a medalha de Duque de Caxias, grau ouro, quinze autoridades, sendo que nenhuma delas era do município. Nessa solenidade, agraciou com a medalha nove generais, mas o destaque principal foi para a entrega de medalhas para o Governador Faria Lima, o General Albuquerque Lima e o ex-Governador Geremias Fontes.

Nesses festejos, retomou as ações dos governos anteriores que eram a inauguração de obras; em especial, destacamos a inauguração da pavimentação de ruas no “Bairro dos Cavaleiros”, reduto eleitoral do vereador Antonio Monteiro Lopes³²², o que ajuda a confirmar a característica anteriormente citada de atendimento dos pleitos dos vereadores e demais políticos locais, a partir dos interesses do interventor.

Ainda assim, a pouca inclinação política do interventor para exercer o seu posto de chefe político era constantemente questionada pelos setores arenistas municipais que queriam uma maior aproximação sua frente ao partido, já que, em 1976, haveria eleições municipais e o diretório local da Arena, além de querer manter a hegemonia da Câmara de Vereadores, queria se recuperar da derrota nas eleições estaduais de 1974.

Em entrevista coletiva no final do ano, uma das poucas durante o seu mandato, a Luta Democrática destacou que o prefeito ao ser questionado sobre a sua situação política limitou-se a responder que “*ocupa o cargo para cumprir ordens*”³²³. No

³²¹ Idem.

³²² Luta Democrática, 26/08/1975, p. 03 e Folha da Cidade, 31/08/1975, p. 01.

³²³ Luta Democrática, 18/12/1975, p. 03.

restante do seu mandato, as articulações políticas e explicações voltadas para essa área ficaram a cargo do seu chefe de gabinete e homem de confiança, Márcio Paes.

Percebendo que as portas da Prefeitura estavam restritas às benesses até então atendidas indiscriminadamente, os arenistas municipais tentavam veicular as obras da administração municipal ao partido. Um exemplo disso aconteceu durante a inauguração da Rua dos Pedestres, na época o maior calçadão do Brasil, segundo a Luta Democrática. O novo presidente do diretório municipal do partido, o ex-deputado estadual Antonio Carlos Sá Rego, no seu discurso, listou todas as realizações do interventor até o momento e pediu atenção *“do povo de Duque de Caxias para as realizações de um governo arenista, já que até agora só se contabilizava para o partido da Revolução o saldo negativo, mas que era também necessário que se observasse o saldo positivo, tal qual essas obras enumeradas³²⁴”*.

Mesmo essa aclamação de um governo arenista não pareceu mobilizar o prefeito que, ao discursar, não citou nenhuma vez o partido. Pelo contrário, agradeceu os esforços dos seus auxiliares, em especial o chefe de gabinete Márcio Paes, a quem delegava os esforços de realização da obra. Assim, em relação à atuação do chefe de gabinete, observo que, se o interventor não buscava estabelecer alicerces para uma futura carreira política, o chefe de gabinete tentava ocupar os maiores espaços políticos possíveis para capitalizar os ganhos políticos para a sua pessoa.

5. Eleições de 1976: ascensão do MDB e a derrocada da Arena

O interventor nos primeiros meses de governo demonstrou um bom desempenho administrativo ao recuperar as finanças do município, ao passo que, paralelamente, continuou a colocar em segundo plano, as aspirações e o atendimento aos pleitos dos seus virtuais próceres arenistas.

Essa ação política por parte do prefeito, o Coronel Renato Moreira da Fonseca, continuava a ser sentida nos meios políticos locais e causava aflição, devido a proximidade das eleições para a Câmara de Vereadores. Os políticos arenistas tentaram a todo custo exigir uma maior atenção do chefe do Executivo, o que ganhou eco na imprensa local, através do jornal O MUNICIPAL.

³²⁴ Idem.

Logo em janeiro de 1976 o colunista do jornal Francisco Filgueiras – ex- chefe de gabinete do interventor Carlos Marciano de Medeiros – chamava a atenção para as eleições, dizendo que se revelava uma hora difícil para o interventor que deveria “*atender o partido governamental, quando chegamos no momento de uma eleição. O Partido de apoio ao governo tem suas pretensões e os candidatos, acham que é a hora de exigir compensações em pagamento de seus serviços legislativos*”³²⁵.

As compensações se refletiam na manutenção e nos momentos pré-eleição da ampliação das práticas do clientelismo. O próprio colunista acima citado em outro trecho da sua coluna destacava que para o prefeito era embaraçoso deixar de atender “*pedidos de candidatos para colocar parentes e amigos*”³²⁶ em cargos dentro da Prefeitura.

O dono do jornal, Euricles de Aragão, na mesma edição, comentava a decisão do presidente do diretório municipal do partido Sá Rego de que não mais incomodaria o prefeito para assumir a liderança política do partido e se contentaria com a sua integração ao partido. Euricles de Aragão se mostrava satisfeito com a posição do presidente do diretório municipal da Arena dizendo que,

“Como se vê a coisa vai aos poucos se modificando, o que nos deixa a convicção de que a administração não sofrerá solução de continuidade, uma vez que felizmente a política não interferirá na mesma e com isto evita-se a reprodução do que ocorreu com o seu antecessor, que político por excelência, deixou-se envolver de forma a comprometer algo, além de sua administração o que foi deveras lamentável.

Para felicidade geral, tudo indica a coisa não se reproduzirá uma vez que o atual chefe do Executivo não é político militante e está no firme propósito de ajudar o Partido sem no entanto comprometer sua administração e muito menos o seu nome”³²⁷.

Enquanto no partido situacionista a posição do prefeito parecia tomada e que não se envolveria diretamente na campanha, o MDB tinha que superar as suas divergências internas, situada no controle do partido entre os chaguistas e os amaralistas³²⁸ para tentar demonstrar forças nas eleições.

³²⁵ O MUNICIPAL, 23/01/1976, p. 01.

³²⁶ Idem.

³²⁷ Idem, p. 03.

³²⁸ Sobre essa disputa entre chaguistas e amaralistas, ver entre outros, Carlos Eduardo Sarmento. O espelho partido da metrópole – Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983): liderança, voto e

A crise entre as correntes, a nível estadual, levou o deputado estadual e presidente do Diretório municipal do partido em Duque de Caxias, Lázaro de Carvalho a renunciar ao cargo de um dos vice-líderes do partido na Assembléia Legislativa. Uma das justificadas para a saída, em carta enviada, ao líder Cláudio Moacyr foi a expansão dessa crise,

“Para os diretórios municipais, no mesmo diapasão, isto é, levando aos companheiros do interior a mesma arma de ataques pessoais, a desconfiança, a dúvida, a incerteza.

E o meu Diretório, o Duque de Caxias, do qual sou presidente e há vários anos – em ocasiões diferentes – não poderia se constituir em exceção, e teve também que tomar a sua posição, à qual me irmanei, solidário que sempre fui aos meus amigos de Caxias, não só do Diretório, mas com todos aqueles que sempre foram o suporte e o respaldo dos sucessos e insucessos da minha já longa carreira pública.

Fiel a estes companheiros, o meu posicionamento, não pode coexistir com o de seu vice-líder, Cláudio, na Assembléia Legislativa, o que obviamente, me leva a encaminhar-lhe a minha renúncia a tão honroso cargo, a que fui espontaneamente por você indicado, e que será um dos poucos títulos que terei a ornamentar a minha modesta e descolorida vida pública³²⁹”.

A partir deste trecho destacado da carta de renúncia de Lázaro de Carvalho e o fato de ter assumido a liderança do Bloco Parlamentar de Integração Partidária ligada ao amaralismo, bem como, o fato do também deputado estadual caxiense Silvério ter ocupado o cargo de 4º Secretário da Assembléia Legislativa indicava que, nesse momento, ser a tendência majoritária do diretório municipal apoiar Amaral Peixoto no seu confronto com Chagas Freitas que tentava seduzir os políticos caxienses para o seu lado.

Apesar dos problemas, os dois partidos acreditavam poder vencer as eleições municipais. O vereador da arena e Presidente da Câmara Municipal, Luiz Brás de Luna declarou à Luta Democrática³³⁰ que a Arena deveria perder um ou dois vereadores, mas se sustentar como a maior bancada. Ligava à campanha do partido e o seu possível

estruturas clientelísticas. Rio de Janeiro: IFCS (Tese de doutorado), 2002 e Marieta de Moraes Ferreira. A fusão: chaguismo x amaralismo In Carlos Eduardo Sarmiento (org.). Chagas Freitas. Rio de Janeiro: FGV/Alerj, 1999.

³²⁹ Luta Democrática, 28/29/02 e 01/03/1976, p. 03.

³³⁰ Luta Democrática, 15/07/1976, p. 03.

sucesso eleitoral a boa administração do prefeito e as 25 frentes de obras em curso, com a inauguração prevista para agosto, o mês de aniversário do município.

O vereador do MDB, Aloísio Novaes apesar de reconhecer a boa administração do interventor acreditava que o partido elegeria mais três vereadores e se tornaria majoritário na Câmara Municipal. Creditava esse suposto sucesso eleitoral aos maiores problemas do município: a falta de saneamento básico e água e o péssimo fornecimento de energia elétrica para o segundo e o terceiro distrito do município. No entanto, o mais curioso, nessa entrevista concedida a Luta Democrática, foi a forma como o vereador definiu o seu trabalho, dizendo que ele tem “*muita coisa semelhante de despachante*”³³¹. Assim, o jornal descrevia o seu cotidiano,

“O vereador do MDB providencia pedidos de certidão, dá minuciosas e pacientes explicações ao seu eleitorado efetivo ou ainda em potencial. Trata de papéis para casamento”³³².

Enfim, a partir dessa caracterização do expediente do vereador emedebista, podemos perceber que na ausência de possibilidades de grandes obras por parte do prefeito no seu reduto eleitoral e que os beneficiassem, os vereadores oposicionistas utilizavam-se de expedientes mais simples para cativarem a sua clientela. Contavam também como os acontecimentos a nível nacional para tentarem expandir as suas possibilidades eleitorais.

Mesmo com a maior dificuldade dos emedebistas de conseguirem benesses para ampliar as suas bases e possibilidades eleitorais, as eleições deram pela primeira vez a hegemonia no município, nos anos setenta, conforme os dados abaixo,

Partidos nas Eleições de 1976 em Duque de Caxias

PARTIDO	VOTAÇÃO	PORCENTAGEM
MDB	82.308	51,80%
Arena	59.483	37,44%
Nulos	11.699	7,36%
Branco	5.405	3,40%
Total que votaram	158.895	100%

Fonte: O Globo, 18/11/1976, p. 11.

³³¹ Idem.

³³² Idem.

Nessas eleições, a vitória do MDB, que elegeu doze vereadores contra nove por parte da Arena (ver anexo IV) abalou de vez a estrutura do partido governista no município. O deputado federal Hydekel de Freitas mostrou-se contraditório na análise das eleições municipais ao declarar que “*o MDB não teve a votação estupenda que esperava. Logo o partido do governo mostrou-se prestigiado pelo povo de Caxias*”³³³. O deputado federal buscava minimizar os efeitos dessa derrota para a sua liderança pessoal, tanto dentro do partido quanto junto às autoridades estaduais e federais.

Em busca de uma explicação para a reviravolta na distribuição do poder local, O MUNICIPAL³³⁴ listou os seguintes fatores: o reflexo da campanha do Rio de Janeiro (onde o eleitorado de Duque de Caxias passava a maior parte do tempo trabalhando), a fraqueza da legenda arenista, os altos índices de votos brancos e nulos e a competência da alta cúpula do diretório municipal do MDB para organizar a campanha. O jornal cita que nem mesmo a boa administração do interventor e o seu programa de obras foram suficientes para alavancar o partido.

As causas suscitadas pelo jornal parecem ser insuficientes para justificar de forma coerente os motivos que levaram a vitória da oposição municipal. A influência da capital sobre os eleitores remete as eleições anteriores, onde sempre se justifica as derrotas ou vitórias pela proximidade ao anterior Distrito Federal e hoje a atual cidade do Rio de Janeiro, parecendo muito mais ser um senso comum cristalizado do que algo comprovado por meio de estudos. Nem mesmo uma possível expansão do chaguismo para as áreas além da capital estadual permite explicar esse fenômeno avassalador, pois no caso de Duque de Caxias, ele não foi em nenhum momento citado, assim como, o próprio Amaral Peixoto.

Ao ampliarmos o grau de visão a respeito dessas eleições no novo Estado do Rio de Janeiro, observamos em relação à Área Metropolitana a vitória avassaladora do MDB. Além de ser o vencedor na capital Rio de Janeiro, o partido conquistou as prefeituras de Niterói e São Gonçalo, municípios com bastante expressão eleitoral. Conquistou, próximo à Baixada Fluminense, a prefeitura do município de Magé. Na Baixada Fluminense, o MDB recuperou o terreno perdido mantendo a Prefeitura de São João de Meriti, em Nilópolis a família Sessim Davi, ligada à Arena, foi derrotada e em Duque de Caxias – terceiro maior colégio eleitoral do estado – elegeu a maioria dos

³³³ Luta Democrática, 19/11/1976, p. 03.

³³⁴ O MUNICIPAL, 19/11/1976, p. 01.

vereadores. Nova Iguaçu – segundo maior colégio eleitoral do estado – permaneceu sob o domínio arenista.

Assim, a partir dessa descrição, em busca das explicações para compreender essa reviravolta eleitoral, observamos a vitória do MDB a nível nacional primeiramente como o reflexo da crise econômica pela qual estava passando o país. Mesmo assim, a vitória do partido teve o seu nicho nas capitais dos estados e nas áreas urbanas, numa reação que vinha desde as eleições de 1974. Segundo o Jornal do Brasil era a partir desse contexto que,

“As eleições no Estado do Rio confirmaram as expectativas baseadas no movimento mais geral da sociedade que indicavam a preponderância do voto de oposição nas áreas mais desenvolvidas e a vitória arenista nos municípios menores. O sucesso relativo do MDB é claro, tanto quanto apreciado como uma correção de distorções impostas ao pleito de 1972, quanto uma confirmação e consolidação de sua predominância política no Estado sugerida pelos resultados por ele obtido em 1974³³⁵”.

A administração municipal não foi abalada pela derrota, ao contrário, o prefeito parecia se livrar do incomodo que era para ele a Arena. Logo depois das eleições, o chefe de gabinete Márcio Paes disse a imprensa que o Plano de Obras em execução não estava ligado a campanha eleitoral³³⁶.

A própria vitória da oposição municipal não representaria uma maior “dor de cabeça” para o interventor. O seu chefe de gabinete tratou de estabelecer as articulações e negociações políticas. A Luta Democrática noticiou a reunião dos vereadores com o chefe de gabinete, que definiu a tônica da relação entre os poderes ao declarar que “a Arena e o MDB, acentuou, deram ao prefeito tudo o que ele pediu e para orgulho nosso, podemos afirmar que em Duque de Caxias houve compreensão total entre o Legislativo e o Executivo³³⁷”.

No mesmo encontro, o vereador Aloísio Novaes do MDB deu o tom da “nova” relação entre a oposição e o governo municipal ao dizer que “se o prefeito continuar imprimindo ao seu governo a seriedade que o caracterizou nesse período, a Oposição,

³³⁵ Jornal do Brasil, 21/11/1976, p. 26.

³³⁶ O MUNICIPAL, 26/11/1976, p. 01 e 03.

³³⁷ Luta Democrática, 23/12/1976, p. 04.

*que obteve a maioria no ultimo pleito, não será obstáculo a sua administração*³³⁸, ou seja, continuava a se reproduzir a característica política de conciliação e da coexistência pacífica entre os partidos de oposição e situação. Além disso, ficava claro mais uma vez que as posições políticas estavam mais ligadas aos interesses pessoais do que a posicionamentos ideológicos.

Os dois anos seguintes (1977 e 1978) marcaram uma inversão de posicionamentos entre os partidos. Ocorreu o progressivo fortalecimento do MDB e o enfraquecimento da Arena. A disputa de poder entre os grupos emedebistas se refletiu na disputa pelo cargo de Presidente da Câmara Municipal. De um lado, estava o vereador Jose Carlos Lacerda ligado ao deputado estadual e presidente do diretório municipal do partido, Lázaro de Carvalho. Do outro lado estava o vereador Wilson Macedo ligado ao deputado estadual Silvério do Espírito Santo. Numa manobra política, onde contou com o apoio decisivo da Arena, José Carlos Lacerda elegeu-se o presidente.

Pelos lados da Arena, conforme, noticiado pelo O MUNICIPAL estava acontecendo uma verdadeira debandada. Apontava como motivos: a falta de receptividade do povo aos políticos arenistas, o alto custo de vida do país e a falta de benesses por parte da administração municipal³³⁹. Como consequência citava a saída do ex-prefeito Moacyr do Carmo e dos ex-vereadores Durval Gonçalves, Mercês Pereira e Antonio Monteiro Lopes que estariam indo para o MDB. Outro exemplo foi a saída do vereador Luiz Brás de Luna da Arena para o MDB.

Assim, o MDB chegava as eleições estaduais de 1978 fortalecido e buscando ampliar cada vez mais o seu espaço político. Arriscou-se e lançou tanto Peixoto Filho quanto Lázaro de Carvalho candidatos a deputado federal, sendo ambos eleitos. Conseguiu ainda reeleger Henrique Pessanha e Silvério para deputado estadual e José Carlos Lacerda ocupou a vaga de Lázaro de Carvalho na Assembléia Legislativa.

A Arena, esfacelada politicamente, tentou um último suspiro e apostou novamente em Hydekel de Freitas para deputado federal. Para deputado estadual, Ruyter Poubel recusou-se a ser candidato alegando falta de definição do partido e alheamento do Governo na indicação dos nomes³⁴⁰. Abriu-se, então, espaço para a candidatura do chefe de gabinete, Márcio Paes, para o cargo de deputado estadual.

³³⁸ Idem.

³³⁹ O MUNICIPAL, 10/06/1977, p. 01 e 04.

³⁴⁰ O MUNICIPAL, 31/03/1978, p. 01.

Mesmo em crise, a Arena conseguiu reeleger Hydekel de Freitas para deputado federal e Márcio Paes se elegeu deputado estadual.

Porém, o mais importante nessa eleição foi a vitória de Chagas Freitas para Governador do estado, o que faria novamente os grupos políticos locais se organizarem e se rearticularem, esperando o novo interventor que estava por vir para substituir o “Técnico da Revolução”.

Anexo II

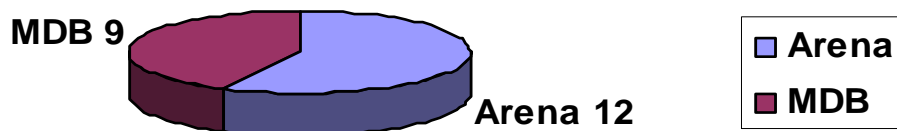
Câmara de Vereadores em Duque de Caxias entre 1971 a 1972

Partidos	Número de Vereadores	Percentual
Arena	12	57,14%
MDB	9	42,86%
Total	21	100%

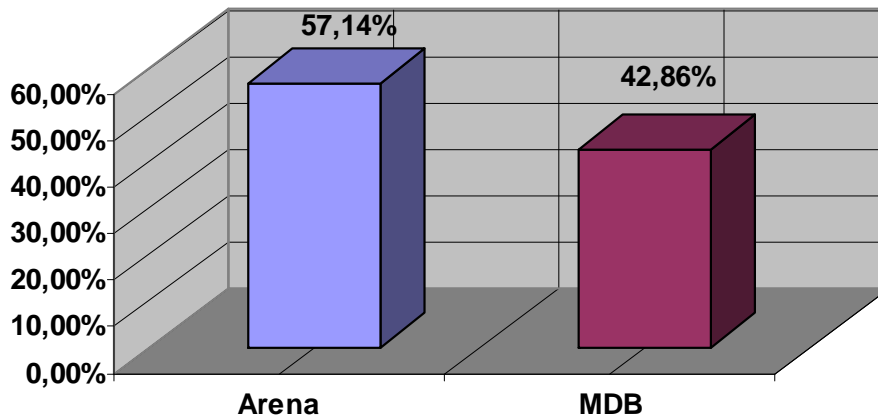
Câmara de Vereadores em Duque de Caxias entre 1971 a 1972

ARENA
Armando Maia de Oliveira
Durval José Gonçalves
Fernando Cezar Antunes Figueiredo
Francisco Estácio da Silva
Jorge Fortunato
José Barreto
José Carlos Lacerda
José Faria
Laury Villar
Luiz Braz de Luna
Manoel Barcelos
Thomé Siqueira Barreto
MDB
Enes Áreas Figueira
José de Jesus
José Ribeiro Neto
José dos Santos Callado
Jovelino Regis Tavares
Luiz Carlos Jorge Romeiro
Luiz Francisco da Silva
Raimundo Milagres
Vilson Campos Macedo

Número de Vereadores da Arena e do MDB em Duque de Caxias nas Eleições de 1971



Percentual dos Vereadores da Arena e do MDB em Duque de Caxias nas eleições de 1971



Anexo III

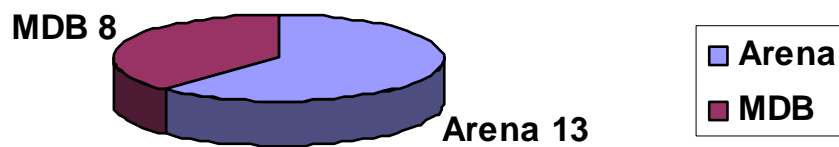
Câmara de Vereadores em Duque de Caxias entre 1973 a 1977

Partido	Número de Vereadores	Percentual
Arena	13	61,9%
MDB	8	38,1%
Total	21	100%

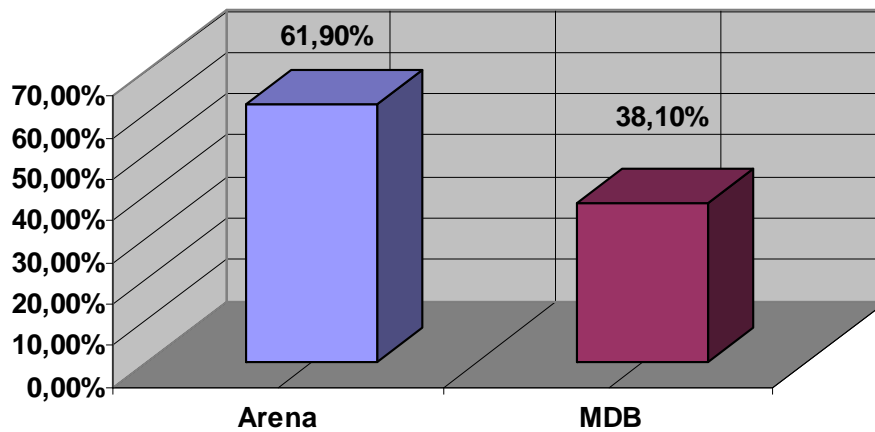
Câmara de Vereadores em Duque de Caxias entre 1973 a 1977

ARENA
Antonio Monteiro Lopes
Armando Maia de Oliveira
Durval José Gonçalves
Fernando Figueiredo
Francisco Estácio da Silva
José Barreto
José Faria
José Wagner
Laury Villar
Luiz Braz de Luna
Mercês Pereira
Neuber Machado Dutra
Saulo da Costa
MDB
Aloísio Novaes
José Callado
José Carlos Lacerda
José Domingos Santana
Jovelino Regis Tavares
Luiz Carlos Jorge Romeiro
Luiz Francisco da Silva
Vilson Macedo

Número de Vereadores da Arena e do MDB em Duque de Caxias nas Eleições 1972



Percentual dos Vereadores da Arena e do MDB em Duque de Caxias nas Eleições de 1972



Anexo IV

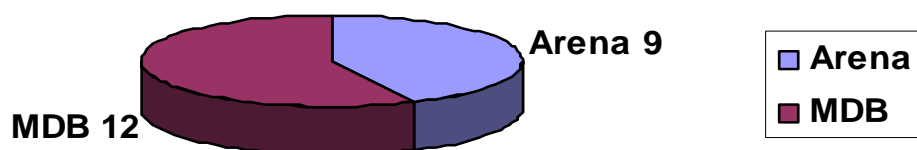
Câmara de Vereadores em Duque de Caxias entre 1977 a 1982

Partido	Número de Vereadores	Percentual
Arena	9	42,86%
MDB	12	57,14%
Total	21	100%

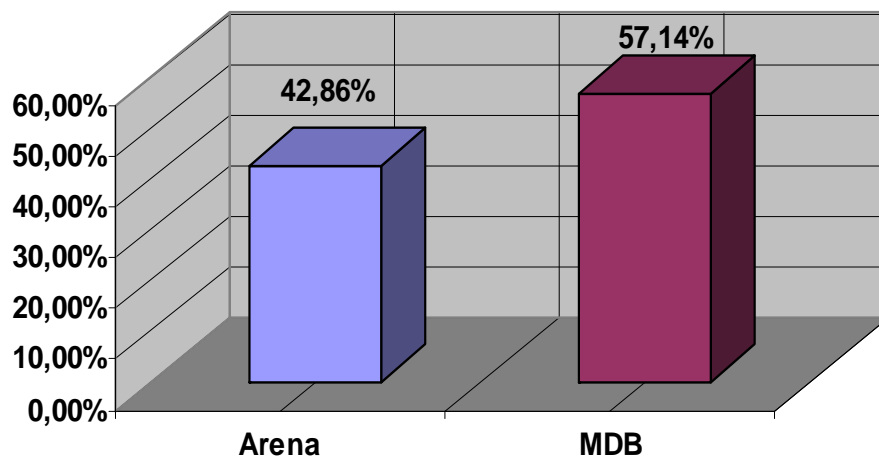
Câmara de Vereadores em Duque de Caxias entre 1977 a 1983

ARENA
Armando Maia de Oliveira
Francisco Estácio da Silva
José Barreto
José Rodrigues
José Wagner
Laury Villar
Luiz Braz de Luna
Messias Soares
Neuber Machado Dutra
MDB
Aloísio Novaes
Amadeu Lopes
Francisco Libório
João Baptista Guedes
João Luiz Borges
José Carlos Lacerda
José dos Santos Callado
Juberlan Barros de Oliveira
Luis Carlos Jorge Romeiro
Luis Francisco da Silva
Tomé Siqueira Barreto
Vilson Campos Macedo

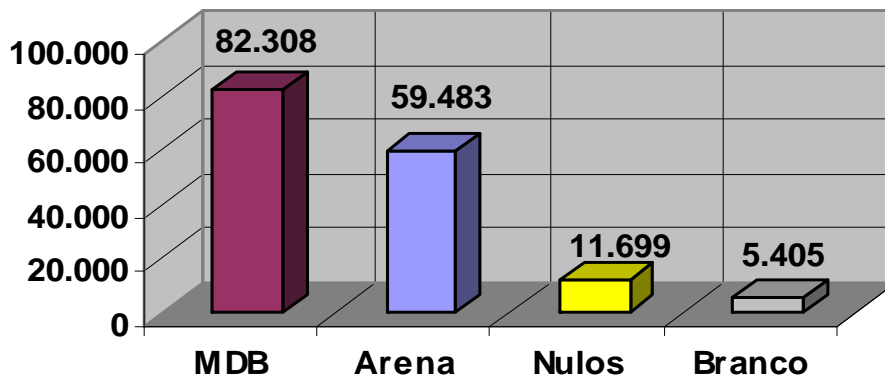
Número de Vereadores da Arena e do MDB em Duque de Caxias nas eleições de 1976



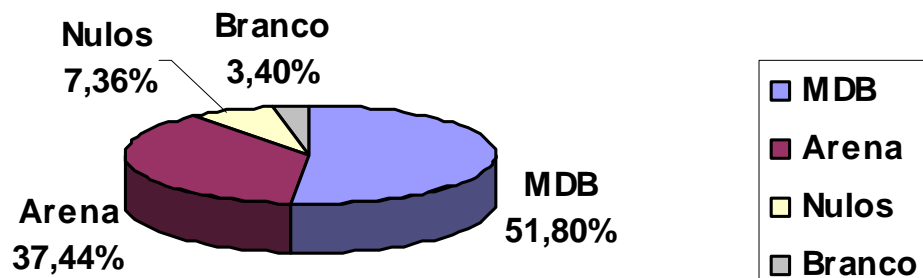
Percentual dos Vereadores da Arena e do MDB em Duque de Caxias nas eleições de 1976



Votação dos Partidos nas Eleições de 1976 em Duque de Caxias



Percentual dos Partidos nas Eleições de 1976 em Duque de Caxias



CAPÍTULO IV

Ato final: a busca pela autonomia municipal (1979-1985)

Novamente chegava o momento da mudança política estadual e que por consequência interferiria na esfera municipal, por ser o novo interventor indicado diretamente pelo Governador com o aval da presidência da República. Agora, ao contrário dos anos anteriores, quando foi eleito ou indicado um Governador ligado a Arena, assumiu o poder no estado do Rio de Janeiro, Chagas Freitas do MDB.

Assim, nessa conjuntura política iniciada com a nomeação dos interventores nos municípios da “Área de Segurança Nacional”, os políticos emedebistas locais viam ampliados os seus espaços de interferência e acessos à máquina pública, ampliando-lhes os instrumentos de barganha junto à população, ou seja, conseguiriam reforçar as práticas clientelísticas que estiveram durante anos disponíveis para a Arena. Duque de Caxias não escapou a esse padrão político.

Além disso, os efeitos do clima político, econômico, e social passaram a influenciar de forma decisiva a conduta dos políticos desde o nível municipal até o federal. No âmbito econômico, o país se arrastava numa profunda crise econômica, iniciada durante o Governo Geisel e que se ampliou cada vez mais durante o Governo Figueiredo³⁴¹. Na esfera política e social, viam-se renascer as greves dos trabalhadores por melhores salários e pelo final da Ditadura Militar, o chamado “novo sindicalismo”³⁴². Também ocupava amplo espaço político o movimento pela anistia política e a volta dos exilados políticos³⁴³.

Esses aspectos não deixaram de ter ressonância nas ações dos políticos duquecaxienses. No mês de março 1979, no final do governo do interventor, o Coronel Renato Moreira da Fonseca, ocorreu uma manifestação que pedia a volta das eleições diretas para prefeito no município, o que na prática representaria a exclusão do município da

³⁴¹ Sônia Regina de Mendonça. Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

³⁴² Ver, entre outros, Ricardo Antunes. O novo sindicalismo. São Paulo: Scritta, 1991. Marcelo Badaró Mattos. O sindicalismo brasileiro após 1930. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2003, 3ª edição e Marco Aurélio Santana. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990 *In* Jorge Frreira e Lucilia Neves Delgado. (orgs.). O Brasil Republicano: O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, vol. 4, pp. 285-313.

³⁴³ Francisco Carlos Terixeira da Silva. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985 *In* Jorge Frreira e Lucilia Neves Delgado. (orgs.). O Brasil Republicano: O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, vol. 4, pp. 243-282.

“Área de Interesse da Segurança Nacional”. O protesto repercutiu nos meios de comunicação de circulação nacional, como os jornais, O GLOBO e o Jornal do Brasil.

Durante a cobertura, os jornais destacaram que a manifestação teve início na porta da Câmara Municipal, sendo organizada por políticos do MDB – 9 vereadores, com o apoio do deputado federal Peixoto Filho e do deputado estadual Henrique Pessanha. Participaram ainda desse protesto o presidente da subseção local da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o ex-deputado estadual e político cassado, Waldyr de Souza Medeiros, associação de bairros e entidades de classe e religiosas. O número estimado de manifestantes tanto pelo O GLOBO quanto pelo Jornal do Brasil foi entre 400 a 500 pessoas³⁴⁴.

Os manifestantes marcharam da Câmara Municipal para a Praça da Emancipação com cartazes que tinham os seguintes dizeres: “*Eleições para Caxias*”, “*Anistia para Caxias*” e “*Anistia+Eleições=Democracia*”³⁴⁵. Antes de chegarem à Praça da Emancipação, onde pretendiam ler uma carta de protesto, os policiais do 15º Batalhão da Polícia Militar, cumprindo ordens da secretaria de segurança, entrevistaram e tomaram os cartazes dos manifestantes. No entanto, não os impediram de prosseguir até a praça.

O Jornal do Brasil destacou que, vestidos de civis e infiltrados no meio dos manifestantes estavam agentes do Departamento de Polícia Política e Social (DPPS). Os agentes da DPPS, juntamente com os policiais militares, cercaram a Praça da Emancipação e a invadiram quando os manifestantes iniciaram a leitura da “carta reivindicatória pró-autonomia do município”. Essa invasão gerou novos tumultos que culminaram com a prisão do Presidente da Câmara Municipal, o vereador José Callado ou como noticiou O GLOBO, de forma irônica, o vereador foi “convidado” pelo Sargento da Polícia Militar a acompanhá-lo até os seus superiores para “prestar esclarecimentos”³⁴⁶.

Mesmo com a prisão do vereador José Callado e o tumulto criado pela Polícia Militar e pelo DPPS na Praça da Emancipação, a carta foi lida na porta da Câmara Municipal. Após a manifestação, o presidente da Câmara Municipal, José Calado declarou ao Jornal do Brasil que estava satisfeito com a manifestação porque

³⁴⁴ O GLOBO, 30/03/1979, p. 13 e Jornal do Brasil, 30/03/1979, p.22.

³⁴⁵ Idem.

³⁴⁶ O GLOBO, 30/03/1979, p. 13.

*“consequimos o nosso objetivo, que era mostrar para o povo de Duque de Caxias que precisamos ter eleições diretas para a escolha do nosso prefeito”*³⁴⁷.

A integra desse documento foi publicado pelo próprio Jornal do Brasil. Na carta, é possível destacar as características da manifestação. Primeiramente, a carta foi marcada por um tom moderado – elemento comum das manifestações locais contra a Ditadura Militar, desde 1968, quando o município foi declarado “Área de Segurança Nacional” – não sendo atacada nenhuma autoridade da esfera estadual ou federal.

Em seguida, retomaram a causa citada pelas autoridades para a intervenção federal no município que é a presença da Refinaria Duque de Caxias (Reduc). Afirmavam ter orgulho do parque industrial, mas que ele não poderia servir como pretexto para a intervenção pela qual o município passava.

A crítica mais incisiva recaiu sobre os interventores nomeados. Sobre eles, a carta dizia que *“as nomeações tem recaído ao longo destes anos, sobre homens completamente desvinculados de nossos problemas e de administrar atendendo os melhores interesses da nossa comunidade”*³⁴⁸. Ou seja, mais do que o fato do Executivo municipal ser administrado por interventores, o principal problema é que esses interventores eram de fora do município.

Logo, em seguida, destacava a carta a permanência dos velhos problemas que afligiam a municipalidade, mesmo com o poder nas mãos dos interventores. Apontava como a solução para os problemas a recuperação do poder pelos políticos locais e a volta das eleições diretas, como expresso no final da carta, *“é hora de reivindicar, de dizer alto, em bom tom, que o povo de Duque de Caxias, tem competência para escolher seu prefeito pelas urnas, pois o poder livre deve emanar do povo, e em seu nome ser exercido”*³⁴⁹. Assim, dentro desse contexto cada vez mais incandescente, é que se deu a nomeação do novo interventor de Duque de Caxias, o Coronel Américo de Barros Gomes Filho.

1. O poder estilhaçado: o enfraquecimento do interventor e as disputas pelo controle político municipal entre 1979-1982.

A indicação do nome do Coronel Américo Gomes de Barros Filho demorou a ser concretizada, pois precisava do aval do Governo federal. Consultado pelo Ministério da

³⁴⁷ Jornal do Brasil, 30/03/1979, p. 22.

³⁴⁸ Jornal do Brasil, 30/03/1979, p.22.

³⁴⁹ Idem.

Justiça, o Serviço Nacional de Informações (SNI) informou “*nada ter contra o indicado*”³⁵⁰. Assim, o seu nome foi aceito, no dia 18 de abril, pelo Presidente João Figueiredo.

A transmissão de cargo acompanhou a liturgia dos interventores anteriores, com o Coronel Américo de Barros sendo empossado junto com os interventores de Angra dos Reis e Volta Redonda pelo Governador Chagas Freitas e depois indo para Duque de Caxias, assumindo o cargo na Câmara de Vereadores.

Na cerimônia, o novo interventor explicitou quais seriam os dois pontos básicos de sua administração. Em termos administrativos, buscava aperfeiçoar as condições sociais da região, dando ênfase à habitação. Já no aspecto político, prometeu aos vereadores “*toda a autonomia para exercerem seus mandatos e colaborarem na administração do município*”. Como destaque, na transmissão de cargo, a presença do Secretário Estadual de Justiça Erasmo Martins Pedro, um dos auxiliares mais próximos do Governador³⁵¹.

Diferentemente dos dois interventores anteriores, no caso de Américo de Barros não foi possível traçar as suas relações políticas anteriores ao cargo. Mesmo assim, podemos concluir que era um militar próximo ao círculo político do Governador Chagas Freitas para conseguir a indicação e que se ligava mais a ele do que ao Governo Federal, pois nem o interventor ou o Governador eram arenistas, apesar do bom convívio de Chagas Freitas com os militares.

O interventor Américo de Barros manteve o estilo do interventor anterior na composição do seu secretariado, trazendo técnicos de fora do município e mesclando com pessoas da localidade, principalmente políticos. Com a sua nomeação, o grupo político emedebista ganhou mais força por possuir maior acesso a prefeitura e, conseqüentemente, poder ampliar as práticas clientelísticas. Dos seis deputados do município, cinco estavam ligados a máquina chaguista. Eram eles: os deputados federais Peixoto Filho e Lázaro de Carvalho e os deputados estaduais Silvério do Espírito Santo, José Carlos Lacerda e Henrique Pessanha. Somente o deputado federal Hydekel de Freitas se manteve fiel à Arena.

Agora, as disputas políticas internas anteriormente ligadas a Arena passaram para o MDB, com os deputados querendo exercer cada vez mais influência junto ao

³⁵⁰ Fundo DSI, Processo nº 1005395, 19/04/1979.

³⁵¹ O GLOBO, 25/04/1979, p. 10.

prefeito Américo de Barros, para poderem maximizar o acesso a recursos e ampliarem o clientelismo, por meio de obras e concessões a população.

Com isso, a nomeação do novo interventor mudou o perfil da administração. Se o interventor anterior manteve-se quase que totalmente alheio à política durante o seu mandato, o atual interventor integrou-se a política rapidamente, se assemelhando ao primeiro interventor nomeado, o General Carlos Marciano de Medeiros. No final do ano de 1979, o colunista e dono do jornal O MUNICIPAL, Euricles de Aragão fez um balanço da nova administração. Disse que o novo prefeito não teve nenhum grande feito administrativo, pois estava com o orçamento empenhado. Porém, o destaque conferido pelo colunista se referiu a parte política. Euricles de Aragão escreveu que não tinha confiança no novo prefeito, por causa de sua assessoria e porque,

“Político não tem entranhas, só pensa em não perder o mandato. É preciso ter-se em mente que a atual administração é uma administração política e que nela só estão integrados os que tem espírito político, fora disto é lutar contra a maré”³⁵².

Ao ser caracterizado o perfil político da nova administração, constata-se que o interventor rapidamente buscou se integrar ao município que administrava e criar uma boa imagem. Para isso, no final do ano de 1979 e , em 1980, publicou matérias nos jornais locais a respeito da sua administração. Por meio do jornal O MUNICIPAL³⁵³ pode-se observar a construção da sua imagem a partir de três aspectos. O primeiro é a busca do Prefeito em se aproximar do povo para com o povo construir as soluções para os problemas municipais. Nesse aspecto, observo que o interventor tentou construir elementos que lhe permitissem se sustentar politicamente e conseguir ganhos posteriores, ou seja, uma eleição para algum cargo, como fizera anteriormente o chefe de gabinete do interventor Renato Moreira da Fonseca, Marcio Paes que se elegeu deputado estadual, em 1978.

O segundo aspecto é referente a relação do interventor Américo de Barros com os empresários locais. O Prefeito tentou passar a imagem de uma aproximação e de

³⁵² O MUNICIPAL, 14/12/1979, p. 03. Grifo meu.

³⁵³ Idem, p. 01.

diálogo franco entre as partes, o que possibilitava o crescimento municipal. Por último, na política, a matéria descrevia a situação da seguinte forma,

*“Um perfeito entrosamento foi mantido entre a representação da política federal, estadual e municipal, onde dentro de um critério de equilíbrio e imparcialidade, todas as reivindicações foram atendidas na medida do possível”*³⁵⁴.

O atendimento das reivindicações levava necessariamente à manutenção do clientelismo como o alicerce das relações e alianças políticas, o que jogava por terra, a pretensa autonomia do Legislativo que o interventor anunciou em sua posse. A princípio, essa política parecia ser eficaz, levando a declarações de apoio por parte dos políticos locais, como o vereador Vilson Macedo – líder do governo e afilhado político do deputado estadual Silvério – que elogiou a administração, afirmando que o prefeito estava imprimindo uma nova sistemática administrativa³⁵⁵.

Se no começo, o clientelismo uniu os grupos aliados de Chagas Freitas, no município, em torno do Prefeito, posteriormente, esses grupos começaram a se digladiar e a contestar a autoridade do próprio interventor, abrindo uma grave crise política. Diferentemente de seus antecessores, o contexto político e social nacional serviu como um elemento de enfraquecimento e contestação da autoridade municipal.

Ainda no ano de 1979, o Prefeito teve que lidar com o crescimento das manifestações dos vereadores para a saída do município da “Área de Segurança Nacional”. Depois do protesto do mês de março, no final do ano, nove vereadores criaram um bloco parlamentar. Um dos seus objetivos seria “valorizar a atuação do Poder Legislativo de Duque de Caxias que no entender desses vereadores não está sendo devidamente prestigiado em suas reivindicações pelo Poder Executivo”³⁵⁶.

A partir dessa passagem, concluímos que esses vereadores não tinham acesso as benesses esperadas do Executivo traduzidas, geralmente, em obras em seus redutos eleitorais e indicações políticas. Esses vereadores definiram como luta a,

³⁵⁴ Idem.

³⁵⁵ O MUNICIPAL, 07/12/1979, p. 01 e 03.

³⁵⁶ Idem, p. 01 e 05.

“Retirada da Área de Segurança Nacional, do Município de Duque de Caxias, a fim de que o povo possa eleger de forma direta o seu Prefeito, livre de influências das nomeações indicadas pelos Governadores, em sua maioria, não identificados com os anseios populares”³⁵⁷.

O tema da retirada do município da Área de Segurança Nacional retornaria, assim, com força no cenário político municipal, interessando até os aliados do Prefeito, como o deputado federal Lázaro de Carvalho que declarou, em meados de 1980, ao jornal O MUNICIPAL³⁵⁸ que o Presidente João Figueiredo encaminharia um projeto devolvendo a autonomia a 80% dos municípios da Área de Segurança Nacional, fato que não veio a ocorrer, mas que seria bastante explorado pelos políticos até 1985.

A reaparição da discussão da Área de Segurança Nacional estava vinculada à mudança política em curso no país. Rogério Schmitt³⁵⁹ destaca que dois fatos ocorridos em 1979 ajudaram a alterar o quadro político nacional. O primeiro foi a decretação da anistia com o conseqüente retorno dos exilados políticos e o segundo foi a Emenda Constitucional nº. 11 que revogava os Atos Institucionais e Complementares, devolvendo os direitos políticos para os cassados. O segundo fator foi que, em conseqüência, se tornou impraticável a manutenção do bipartidarismo no cenário político, sendo extinto pela Lei nº. 6767 de 20 de dezembro de 1979 que reformulou vários dispositivos da Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

O final do bipartidarismo levou a uma corrida por parte dos vereadores e dos deputados em busca de novas legendas. Nesse processo de organização local dos partidos, a atuação do interventor Américo de Barros foi secundária. O deputado federal Hydekel de Freitas, que esteve na Arena até o seu final, manteve os seus laços com o Governo federal ao ingressar no PDS, que, no Rio de Janeiro, estava sob a liderança de Amaral Peixoto. Outros vereadores e o deputado estadual Henrique Pessanha se posicionaram nas demais legendas como o PDT, o PTB e o PMDB.

A maioria dos políticos locais rumaram para o partido do Governador Chagas Freitas, o PP, ficando como definiu o jornal CaxiasHoje enforcados pela *“corda venenosa do chaguismo”*³⁶⁰. O partido conseguiu o ingresso de dois deputados federais

³⁵⁷ Idem.

³⁵⁸ O MUNICIPAL, 02 a 16/05/1980, p. 03.

³⁵⁹ Rogério Schmitt. Partidos Políticos no Brasil (1945-2000). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005, 3ª edição, p. 47.

³⁶⁰ CaxiasHoje, 15/02/1980, p. 09.

do município – Lázaro de Carvalho e Peixoto Filho –, dos dois deputados estaduais – Silvério do Espírito Santo e José Carlos Lacerda – e de 12 vereadores. Para isso, foi essencial a intervenção do próprio Governador Chagas Freitas e do seu homem de confiança e herdeiro político, o deputado federal Miro Teixeira.

Essa ação do Governador e do deputado federal Miro Teixeira tinha como objetivo construir uma sólida base política já pensando no próximo pleito para Governador, sendo o próprio Miro Teixeira, candidato natural a sucessão de Chagas Freitas. Tanto Chagas Freitas quanto Miro Teixeira possuíam como trunfo, nesse processo político, a prefeitura que estava nas mãos de Américo de Barros que ao atender aos pedidos políticos reforçaria a base chaguista, em Duque de Caxias.

No transcurso desse realinhamento e das disputas políticas travadas, o interventor Américo de Barros teve que lidar com uma situação inusitada nos últimos anos que foram as sucessivas greves dos professores da rede municipal, em busca da melhoria salarial, em 1980. A greve mais longa, no final desse ano, encontrou apoio do deputado estadual Henrique Pessanha³⁶¹ e até mesmo dentro do PP, por parte do vereador Messias Soares. O Prefeito, por suas vez, disse que não tinha meios de melhorar os salários e ameaçou os grevistas com a demissão e a substituição, o que não os intimidou. A greve somente foi debelada no final do ano, com a promessa do abono das faltas dos grevistas e melhorias salariais³⁶².

No começo de 1980, após o final do bipartidarismo e com as esperanças dos políticos locais de eleições para prefeito, o interventor Américo de Barros teve que lidar com uma série de pré-candidatos à prefeitura, sendo muitos deles do seu secretariado. Miro Teixeira ensaiou lançar o seu mais novo aliado político, o vereador Messias Soares como candidato, faot que desagradava o deputado estadual José Carlos Lacerda, vice-líder do governo e um dos aliados de Miro Teixeira no município. Ruyter Poubel, secretário municipal de serviços públicos também se ensaiava candidato a prefeito.

Além deles, havia outros pré-candidatos como o ex-prefeito Moacyr do Carmo, o presidente da Associação Comercial Getulio Gonçalves e o vereador do PMDB Luis Carlos Jorge Romeiro. Entretanto, essas supostas candidaturas dependiam de dois fatores: o primeiro era a confirmação das eleições municipais e o segundo e mais importante era a saída do município como Área de Segurança Nacional.

³⁶¹ O MUNICIPAL, 14 a 21/11/1980, p. 01.

³⁶² Luta Democrática, 15/10/1980, p. 03; 25/10/1980, p. 02; 26 e 27/10/1980, p. 03 e 06/12/1980, p. 03.

Entre os anos de 1980 e 1981, o que podemos constatar foi o acirramento da rivalidade intra-partidária, principalmente, entre os deputados Lázaro de Carvalho e Silvério do Espírito Santo pelo controle das indicações, nomeações e obras junto ao interventor Américo de Barros. Secundando essa disputa estavam os também deputados Peixoto Filho e Jose Carlos Lacerda.

Numa manobra política, o Governador Chagas Freitas e o deputado federal Miro Teixeira tentaram levar o deputado federal Hydekkel de Freitas para o PP, o que não ocorreu. Essa tentativa de Chagas Freitas de ampliar cada vez mais o seu poder no município gerou o seguinte comentário do jornal CaxiasHoje, no aniversário do primeiro ano do interventor Américo de Barros no cargo,

“A administração Américo Gomes, a propósito completando um ano, está enfraquecida. A culpa, segundo as justificativas dos que lhe são chegados, é do Governo estadual, que é eminentemente político. O coronel Renato Moreira da Fonseca teve na almirante Faria Lima um administrador de pouca habilidade política mas que se atinha mais dos problemas de cada município em que o prefeito era da Arena. Chagas, entretanto, quer controlar todo mundo”³⁶³.

Essa análise feita pelo jornal CaxiasHoje se assemelha ao comentário do dono do jornal O MUNICIPAL, Euricles de Aragão de que o governo municipal era de caráter político e dominado pelos políticos locais, o que levou a uma intensa disputa nesses anos de 1980 e 1981.

Nesse processo, com a intervenção do Governador, o prefeito não conseguia desenvolver o seu papel de chefe político, que era uma das atribuições do seu cargo, não obtendo, assim, o reconhecimento dos demais grupos a sua liderança política. O jornal CaxiasHoje noticiou que a Comissão Executiva Provisória PP foi criada a revelia do Prefeito. Indagado a respeito, o deputado estadual José Carlos Lacerda disse reconhecer apenas políticos como mandatos eleitos³⁶⁴. Ainda assim, os deputados e vereadores continuavam a se alimentar do clientelismo, como Lázaro de Carvalho que indicou o seu genro, o médico Pedro Cyrillo diretor do Hospital Municipal Duque de Caxias.

³⁶³ CaxiasHoje, 28/04/1980, p. 08.

³⁶⁴ CaxiasHoje, 23/05/1980, p. 04.

O clímax dessa disputa política veio no mês de junho de 1980, quando os deputados duque-caxienses do PP e o deputado estadual do PTB Henrique Pessanha romperam com o interventor, exceto Silvério do Espírito Santo e seu grupo de vereadores que continuou a apoiar o Prefeito. Além dos deputados, seis vereadores e três secretários municipais romperam com o interventor. Na tentativa de contornar a crise, o Governador e seu braço-direito, o deputado federal Miro Teixeira se reuniram com os dissidentes que exigiam a saída da Secretária de Governo, Edith Arroyo, do Procurador Geral, Roberto Felinto e do Secretário Municipal de Fazenda, Jayme Batista Vieira, todos de fora do município.

Após três meses de crise administrativa, o jornal CaxiasHoje noticiou que a crise tinha acabado de forma melancólica, pois o acordo entre os dissidentes e o deputado federal Miro Teixeira não foi cumprido³⁶⁵. Dessa crise, podemos notar que o interventor estreitou a sua aliança política com o deputado estadual Silvério do Espírito Santo, em detrimento, do deputado federal Lázaro de Carvalho que perdia cada vez mais espaço.

A crise ainda teve continuidade com o pedido de exoneração do secretário municipal de fazenda, Jayme Baptista Vieira, que estava no cargo desde a interventoria de Renato Moreira da Fonseca. Segundo a Luta Democrática, o secretário alegou que estava sendo pressionado pelos deputados federais Lázaro de Carvalho e Peixoto Filho e pelo deputado estadual José Carlos Lacerda, o que não o permitia exercer tranquilamente as suas funções³⁶⁶.

Dentro desse contexto, o próprio PDS começava a ressurgir das cinzas no município. O Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, esteve em Duque de Caxias para dar o seu apoio e do Governo federal ao deputado federal Hydekkel de Freitas. Abi-Ackel disse que Hydekkel de Freitas era “*a única voz de Duque de Caxias ouvida no Planalto*”³⁶⁷. O Ministro da Justiça intimou os meios políticos locais a cerrarem fileiras entorno do deputado federal. Nesse momento, o deputado federal Hydekkel de Freitas, sempre omissivo no que se referia à saída do município da Área de Segurança Nacional buscou se construir junto ao Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel como um defensor da saída do município da Área de Segurança Nacional. O jornal O MUNICIPAL

³⁶⁵ CaxiasHoje, 03/09/1980, p. 04.

³⁶⁶ Luta Democrática, 22/10/1980, p. 03.

³⁶⁷ CaxiasHoje, 22/09/1980, p. 04.

criticou Hydekel de Freitas, dizendo que ele havia aprendido com seu sogro, Tenório Cavalcanti, a se apropriar dos feitos dos outros³⁶⁸.

Enquanto o deputado federal Hydekel de Freitas começava a reafirmar e a expandir sua liderança local, com o apoio do Senador Amaral Peixoto e do Governo federal, a disputa política municipal ia de mal a pior. A aposta política do governo estadual, como base de apoio político ao interventor Américo de Barros já estava feita. Essa aposta política foi destacada por um representante do Governador durante uma inauguração no município,

“O Governador Chagas Freitas está tranqüilo e satisfeito com referência ao Município de Duque de Caxias, onde, administrativamente, o Prefeito Américo de Barros vêm realizando uma grande obra, e politicamente bem conduzido pelas lideranças dos Deputados Peixoto Filho e Silvério Espírito Santo, que representam a presença do Partido Popular, em Duque de Caxias”³⁶⁹.

Essa situação política do município foi também destacada por Euricles de Aragão no jornal O MUNICIPAL que escreveu da insatisfação do deputado Lázaro de Carvalho com a negação das suas exigências políticas por parte do Prefeito Américo de Barros, o afastamento de indicados por parte do deputado e a perda da hegemonia na Câmara Municipal para Silvério, que aparecia cada vez mais como o homem forte do Governo estadual no município. Essa situação não permaneceria assim por muito tempo, pois estavam se aproximando as eleições gerais de 1982.

2. O avanço pedessista e derrocada do chaguismo nas Áreas de Interesse da Segurança Nacional

O ano de 1982 havia chegado e com ele, as eleições gerais para governadores, prefeitos, exceto capitais, áreas de segurança nacional e estâncias hidrominerais, senadores, deputados federais e estaduais e vereadores. A movimentação política, segundo João Trajano Sento-Sé, era intensa desde o ano de 1981, quando no começo de 1982, o Governo federal baixou o chamado “pacote de novembro”. Pela nova legislação

³⁶⁸ O MUNICIPAL, 24 a 30/10/1980, p. 03.

³⁶⁹ O MUNICIPAL, 06 a 12/03/1981, p. 01.

eleitoral ficavam proibidas as coligações políticas e estabeleceu-se o voto vinculado para os cargos em disputa. Na visão de Sento-Sé, o objetivo desse pacote era claramente beneficiar o PDS e preparar a estratégia para a sucessão presidencial³⁷⁰.

Somente uma alteração na legislação eleitoral não seria suficiente para fortalecer o partido do Governo. Paralelamente a isso, novos instrumentos seriam lançados, desde 1981. Nesse ano ocorreu uma crise política entre o Governador do Pará, Alacid Nunes, e o Senador Jarbas Passarinho, um dos principais artífices do Governo federal e Presidente do Senado. O Presidente João Figueiredo, apoiando Jarbas Passarinho, exonerou todos os prefeitos nomeados pelo governador para os municípios da Área de Segurança Nacional. Através do Decreto-lei 1866 de 9 de março de 1981 criou a figura do prefeito *pro-tempore*, o que permitiu ao Presidente da República nomear diretamente os interventores, retirando, assim, o poder dos Governadores de indicar os interventores.

A figura do prefeito *pro-tempore*, também, permitiria ao Presidente fortalecer o PDS nos estados em que o partido não fosse maioria ou não tivesse o governador, caso do Rio de Janeiro que era governado por Chagas Freitas que retornou ao PMDB após a fusão com o PP.

Rapidamente, a ofensiva pedessista se instalaria no Rio de Janeiro, em busca das prefeituras de Angra dos Reis, Volta Redonda e Duque de Caxias, buscando, com isso, enfraquecer o domínio chaguista. Ainda no final de 1981, o Governador, pressionado pelo PDS em Angra dos Reis, exonerou o Comandante Roberto Carlos do Vale Ferreira e reconduziu o Almirante Jair Toscano de Brito pela terceira vez ao cargo de interventor.

A ofensiva pedessista somente estava começando e ganhou maior intensidade, em 1982, principalmente nos meses de abril e maio. O estremecimento das relações entre o Governador e o Presidente veio com a exoneração do prefeito de Volta Redonda, o Coronel Aluisio Costa que estava prestes a se filiar ao PDS. Poucos dias depois, em resposta, o Presidente assinou o Decreto-lei 1937 de 27 de abril de 1982 retirando, agora, todos os poderes dos Governadores nas exonerações dos prefeitos dos municípios da Área de Segurança Nacional. Esses interventores seriam exonerados a partir do momento em que decaíssem da confiança do Presidente da República.

O Jornal do Brasil destacou a declaração oficial do Governo federal de que “*a medida evitará no futuro desentendimentos com possíveis dirigentes estaduais*”

³⁷⁰ João Trajano Sento-Sé. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 217.

oposicionistas”³⁷¹. No entanto, o próprio jornal destacou o peso das eleições nessa decisão do Presidente, ao noticiar que,

*“Com a proximidade das eleições e a existência de mais de 100 municípios de interesse de segurança nacional, em todo o país, conforme o assessor do Planalto, especialmente nas áreas de fronteiras, zonas militares e portos, o Presidente da República decidiu acrescentar três parágrafos no decreto-lei anterior, dispondo, especificamente, sobre a exoneração dos prefeitos”*³⁷².

Os dirigentes do PDS buscavam tirar proveito político da situação. O ex-deputado federal e procurador-geral do partido no Rio de Janeiro Luiz Braz afirmou ao Jornal do Brasil que foi o Governador Chagas Freitas que provocou por parte do Presidente o Decreto-lei, ao exonerar o prefeito de Volta Redonda.

Chagas Freitas tentou resistir as pressões sem, entretanto, mudar a sua postura política de procurar o não enfrentamento com o Governo federal. Indagado pelo Jornal do Brasil da crise com o Governo Federal e o Presidente João Figueiredo pela demissão do interventor de Volta Redonda, o Governador negou a existência de qualquer tipo de crise entre ele e o Presidente e disse ser amigo e admirador de João Figueiredo³⁷³.

Para Volta Redonda, o Presidente indicou para prefeito *pro-tempore* o ex-deputado Benevenuto dos Santos Neto que integrava a lista tríplice entregue pelo presidente do diretório do PDS no Rio de Janeiro, Amaral Peixoto ao Ministro Leitão de Abreu. Na cerimônia de posse, o Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, disse que a escolha ocorreu *“em razão da confiança pessoal do Presidente da República e que a escolha se deveu aos seus méritos pessoais e a sua posição política de fidelidade ao governo”*³⁷⁴. Além disso, o novo interventor de Volta Redonda era irmão dos coronéis Dílson dos Santos e José Rodrigues dos Santos, amigos do Presidente João Figueiredo.

O ataque do PDS ainda não havia terminado. O Jornal do Brasil chamou a atenção, em editorial, para o que estava ocorrendo no Rio de Janeiro. O subeditor de política do jornal, Rogério Coelho Neto, citava que o Governo federal estava realizando há quatro meses um cerco administrativo a Chagas Freitas que deixava de ser tratado de

³⁷¹ Jornal do Brasil, 28/04/1982, p. 05.

³⁷² Idem, p. 01.

³⁷³ Jornal do Brasil, 30/04/1982, p. 06.

³⁷⁴ Idem, p. 03

forma cordial pelo Presidente. Os motivos indicados pelo jornalista foram a pressão do PDS pelo apoio do Presidente e a recusa de Chagas Freitas antes e depois da fusão do PP e PMDB de ingressar as hostes governistas.

Por fim, o editorial comparava a situação de Chagas Freitas a do Governador do Pará, Alacid Nunes, no início do ano anterior, resumindo a situação da seguinte forma,

“No início de 1981, o Deputado João Meneses arriscou-se a revelar que as três Prefeituras fluminenses de municípios considerados de interesse da segurança nacional acabariam sendo tomadas de Chagas por um PDS sedento de poder. O parlamentar paraense. Raciocinava simplesmente, em cima do exemplo do seu próprio Estado, onde, para dar a Passarinho o comando estratégico de sete importantes municípios, incluídos na área de “segurança nacional”, o Governo federal chegou a criar a figura do prefeito pro-tempore. Um expediente que permite ao Presidente da República, rompendo com o ritual de lei estabelecido para a nomeação dos prefeitos de áreas de segurança, dispensar os Governadores de qualquer participação no processo de escolha. Chagas perdeu, inicialmente, Angra dos Reis, já vê fugir do seu controle Volta Redonda; e sabe que daqui a pouco terá de ceder também o município de Duque de Caxias – de grande importância política e eleitoral da Região Metropolitana do Grande Rio – ao voraz apetite dos pedessistas”³⁷⁵.

Já nesse momento, dos três municípios citados, somente o de Duque de Caxias ainda era controlado por Chagas Freitas, através do interventor Américo de Barros e do deputado estadual Silvério do Espírito Santo, mas isso não perdurou muito tempo.

3. Puxando o tapete e assumindo o poder: a queda do interventor Américo de Barros e a posse de Hydekel de Freitas.

Para a ação avassaladora do PDS restava ainda um último alvo, que era Duque de Caxias. O deputado pedessista Ítalo Bruno deixava isso bem claro ao dizer que,

“O Partido vai tentar tirar o Prefeito de Duque de Caxias, Coronel Américo de Barros, o único dos três que Chagas nomeou para os

³⁷⁵ Jornal do Brasil, 29/04/1982, p. 11.

*municípios de interesse da segurança nacional que continua no cargo*³⁷⁶.

O próprio Amaral Peixoto se empenhou pessoalmente na derrubada do interventor Américo de Barros, indo até Brasília para reivindicar a nomeação de um prefeito *pro-tempore* pedessista para o município. Assim, o partido acabou conseguindo a exoneração do interventor, por decair da confiança do Presidente, o que acabaria dando de bandeja ao partido o controle da segunda cidade mais importante da baixada Fluminense e do quarto maior, colégio eleitoral do estado do Rio de Janeiro, com cerca de 260 mil eleitores.

Com a exoneração do interventor Américo de Barros por parte do Governador Chagas Freitas, assumiu interinamente a prefeitura, o vereador Vilson Macedo que era o Presidente da Câmara Municipal. O Governador Chagas Freitas disse à imprensa que iria encaminhar ao Presidente João Figueiredo “*o nome de uma figura tradicional da cidade não comprometida com nenhum dos Partidos Políticos*”³⁷⁷.

O Governador não seguiu exatamente o que dissera. Indicou para o cargo de prefeito, os seguintes nomes: João Figueiredo (presidente do sindicato dos Varejistas de Duque de Caxias e juiz do Tribunal do Trabalho do Rio de Janeiro), Ely Combat (fundador do Colégio Duque de Caxias e ex-diretor da Câmara Municipal) e Ruyter Poubel (ex-vice-prefeito e que era o presidente do diretório municipal do PMDB).

As chances de algum dos indicados assumirem ao cargo eram nulas, pois o Decreto-lei 1866 depositou nas mãos do Presidente a indicação do novo prefeito. O próprio deputado federal Lázaro de Carvalho afirmou que a indicação era apenas para “constar”, já que como em Volta Redonda, o Presidente faria prefeito de Duque de Caxias, um político do PDS³⁷⁸.

A nomeação veio a recair sobre o deputado federal Hydekkel de Freitas, genro de Tenório Cavalcanti e que era o principal nome do pedessista na Baixada Fluminense. De forma indireta, parecia a concretização do sonho de Tenório Cavalcanti de comandar politicamente o município, mesmo que seu genro declarasse a respeito que,

³⁷⁶ Jornal do Brasil, 28/04/1982, p. 05.

³⁷⁷ Jornal do Brasil, 02/05/1982, p. 07.

³⁷⁸ Idem.

“Sua indicação não se deu pelo fato de ser genro de Tenório Cavalcanti, candidato a senador pelo PDS, mas pelo entendimento geral do Partido, incluído nesse acerto o Senador Amaral Peixoto, presidente do Diretório do Rio”³⁷⁹.

O PDS, nesse momento, tinha no município apenas quatro vereadores e seria a função política do novo prefeito *pro-tempore* fortalecer o partido para as eleições gerais de novembro. Os vereadores do PDS prepararam uma festa para recepcionar o novo prefeito. Segundo do Jornal do Brasil, a festa teve a participação de cerca de 3 mil pessoas. O jornal destacou as faixas de agradecimento ao Presidente, colocadas pelos pedessistas, por nomear um caxiense para prefeito. Autoridades se fizeram presentes a festa, como o Ministro do Interior Mario Andreazza que, em discurso, garantiu ao prefeito nomeado *“todo o apoio do Governo federal para cumprir a sua missão”*³⁸⁰.

A posse do novo interventor levou a uma cena, no mínimo, inusitada e que somente a política poderia realizar que foi Tenório Cavalcanti e Amaral Peixoto dividindo o mesmo palanque. Tenório Cavalcanti ao discursar disse que *“estava alegre de estar hoje de braços dados com meu adversário de ontem, Amaral Peixoto”*³⁸¹.

O novo interventor Hydekel de Freitas explicitou, em discurso, a missão dada pelo Presidente João Figueiredo que era unir as classes políticas de Duque de Caxias e conciliar os Partidos. Já na cerimônia de posse, o interventor mostrou a sua força política, com o ingresso do deputado federal Lázaro de Carvalho no PDS. O deputado explicou da seguinte forma a sua troca de legenda,

*“Eu me propus a substituir o Hydekel dentro do PDS e, juntos, lutaremos para reconstruir este município, dilapidado pela administração que há pouco saiu”*³⁸².

A ação de Hydekel de Freitas na Prefeitura, no sentido de fortalecer o PDS, pareceu ser bem-sucedida, pois o partido saiu de quatro vereadores para treze próximo às eleições. Assim, o interventor usava muito bem os seus expedientes, sobretudo o

³⁷⁹ Jornal do Brasil, 06/05/1982, p. 05.

³⁸⁰ Jornal do Brasil, 14/05/1982, p. 01.

³⁸¹ Idem, p. 04.

³⁸² Idem.

clientelismo. Porém, a vinculação do voto, nas eleições de 1982, e a ascensão do brizolismo no cenário político estadual levou a derrubada das tradicionais lideranças, segundo O GLOBO, no caso de Duque de Caxias, a liderança de Hydekel de Freitas e Tenório Cavalcanti³⁸³, pois o PDT veio a ter a maior votação e a maior bancada de vereadores no município (ver anexo V), conforme os dados abaixo.

Partidos nas Eleições de 1982 em Duque de Caxias

PARTIDO	VOTAÇÃO	PORCENTAGEM
PDT	68.921	36,04%
PDS	46.416	24,27%
PMDB	21.391	11,19%
PTB	15.261	7,98%
PT	4.727	2,47%
Branco	20.929	10,94%
Nulos	13.602	7,11%
Total	191.247	100%

Fonte: O Globo, 21/11/1982, p. 14.

Mesmo com essa derrota municipal, o interventor Hydekel de Freitas conseguiu reeleger Lázaro de Carvalho como deputado estadual e Messias Soares e Ampliato Cabral para deputado estadual, pelo PDS. Como a sua nomeação estava vinculada ao Presidente da República, a vitória de Leonel Brizola para Governador não alterou a sua situação política. Hydekel de Freitas deu continuidade às políticas anteriores que privilegiavam a realização de obras, em especial, o calçamento de ruas, ladeadas por pomposas inaugurações.

O interventor tentou se aproximar dos novos vereadores eleitos. O jornal Folha da Cidade noticiou um jantar dado pelo Prefeito aos novos vereadores, com a participação de deputados estaduais, federal e secretários municipais³⁸⁴.

Ao discursar, o deputado estadual Ampliato Cabral do PDS tentou reafirmar a liderança de Hydekel de Freitas, destacando a necessidade dos grupos políticos caxienses se unirem entorno do Prefeito que desejava o desenvolvimento do município. O deputado estadual Juberlan de Oliveira, eleito com a segunda maior votação do PDT para deputado estadual, marcou o tom da pauta política, desse momento em diante, que

³⁸³ O GLOBO, 21/11/1982, p. 14.

³⁸⁴ Folha da Cidade, 14/01/1983, p. 02.

era a volta da autonomia política de Duque de Caxias, afirmando acreditar que o Prefeito era a seu favor.

O Prefeito Hydekel de Freitas dando continuidade a missão dada pelo Presidente João Figueiredo de unir e liderar as classes políticas, ao discursar, solicitou a participação dos políticos no seu governo, principalmente dos novos vereadores, afirmando para os mesmo que,

“Não abandonem seus partidos nem seus ideais, mas não abandonem também a sua cidade. Ajudem-me a governá-la ... Me levem aos seus bairros e me mostrem as suas deficiências, pois estou disposto a ajudá-los no que me for possível. Não deixem que as pendências partidárias, e elas irão agir, atrapalhem o nosso desejo de ver progredir essa cidade, que todos nós amamos”³⁸⁵.

O Prefeito no discurso ao conclamar a união pelo progresso municipal deixava clara a possibilidade de contemplar os novos vereadores com benesses, ou seja, estender até eles o clientelismo. Antigos aliados que foram derrotados nas eleições de 1982 recebiam como recompensas cargos na prefeitura.

A Folha da Cidade noticiou que os vereadores derrotados José Faria e Juarez Távora, ambos do PDS iriam assumir cargos na prefeitura. O primeiro foi nomeado coordenador de Transportes da Prefeitura e o segundo ocupou a chefia da Divisão de Limpeza Urbana. Ao mesmo tempo, o Prefeito tentava cooptar elementos da oposição como o vereador Gilberto Silva, sondado para ocupar um cargo. Em resposta, o vereador afirmou que *“não foi convidado. Se for não aceito! Nós do PDT, estamos conscientes de que fomos eleitos para legislar e não para servirmos ao Executivo”³⁸⁶.*

Ao mesmo tempo na comemoração do segundo ano da sua administração, em 1984, o prefeito veiculou matérias no jornal O GLOBO exaltando a sua administração. A matéria afirmava, entre outras coisas, que o modelo administrativo do município estava sendo copiado por outros municípios. Aproveitou a inauguração de mais uma obra para agradecer a ajuda prestada pelo Presidente ao município e a confiança depositada em seu nome³⁸⁷.

³⁸⁵ Folha da Cidade, 14/01/1983, p. 02.

³⁸⁶ Folha da Cidade, 14/01/1983, p. 02.

³⁸⁷ O GLOBO, 05/05/1984, p. 07 e 15/05/1984, p. 05.

Mas, após as eleições de 1982, o tema da autonomia municipal veio a monopolizar o cenário político da cidade, entre 1983 e 1984, ligando-se diretamente as pressões para as eleições diretas para a sucessão do Presidente João Figueiredo.

A Folha da Cidade destacava que 5 vereadores de Foz do Iguaçu fizeram greve de fome pela retirada do município da “Área de Segurança Nacional”. Sobre o tema, o jornal fez o seguinte comentário,

“A intervenção federal nos municípios só terá fim quando as elites dirigentes deixarem de ser omissas, acomodadas e comprometidas e decidirem reagir com força moral e intensidade política acima de nomes, de Partidos e de interesses de grupos ou de pessoas!”³⁸⁸.

Esse comentário do jornal Folha da Cidade parecia ser contraditório, já que o seu proprietário, Ruyter Poubel, durante vários anos se beneficiou diretamente da máquina política montada pela Ditadura Militar, em Duque de Caxias, por intermédio dos interventores. Entretanto, a contradição deixa de existir ao considerarmos a plasticidade característica dos grupos políticos caxienses, que era a facilidade de apagarem os laços políticos anteriores e se alinharem as novas situações políticas. Nesse caso, pesava ainda a volta da possibilidade dos políticos municipais de ocuparem a prefeitura.

Durante as mobilizações pela saída do município da “Área de Segurança Nacional”, com o retorno das eleições municipais foram colocadas urnas em vários locais de Duque de Caxias para se saber a opinião da população. Todas as parciais divulgadas deram ampla vantagem a favor do retorno das eleições municipais para Prefeito³⁸⁹.

Os grupos municipais envolvidos diretamente na campanha pelas eleições diretas – partidos políticos (PDT, PMDB, PTB e PT) e movimentos de bairros, como o MUB – organizaram caravanas para participarem dos comícios pelas Diretas. O fim do município como Área de Segurança Nacional já parecia ser dado como certo, pois o jornal Folha da Cidade especulava sobre o futuro político do Prefeito Hydekel de Freitas, afirmando serem duas as saídas: a primeira era Hydekel de Freitas ser

³⁸⁸ Folha da Cidade, 10/02/1984, p. 02.

³⁸⁹ Folha da Cidade, 10/02/1984, p. 02 e 11/02/1984, p. 06.

novamente candidato a Prefeito, o que parecia difícil devido a legislação eleitoral e a segunda saída era a sua candidatura a deputado federal, em 1986³⁹⁰.

Para o desagrado e decepção dos políticos municipais, a Emenda Dante de Oliveira não contemplava os municípios, com eleições diretas, mas somente o cargo de Presidente da República. Ruyter Poubel expressou a sua insatisfação e, possivelmente, de toda a classe política de Duque de Caxias que ansiava retomar o controle político do município, num editorial do seu jornal, em que afirmou,

“A permanência de 105 municípios como áreas de segurança nacional, como faz crer a omissão sobre o assunto na mensagem do Governo, exemplifica que a promessa do Presidente de transformar este País numa democracia, não merece o nosso crédito e a nossa confiança. As conquistas alcançadas até agora, o foram pela pressão e pelas manifestações da sociedade, que tem lotado as praças públicas de norte a sul do Brasil. Se dependesse da vontade do Governo é provável que só tivéssemos eleições no ano 2000!

A proposta está aí: eleições de Presidente em 1988, eleição para prefeitos das capitais em 1986, eleição para as cidades que são estâncias hidrominerais, em setembro de 1985. Quanto as áreas de segurança nacional, estas permanecem nas mãos dos protegidos do sistema, como última gota do autoritarismo, que se exaure, que se acaba e que se apodrece, enxotado pelo povo, mas tentando se segurar ainda nas últimas tetas de uma vaca que está magra e não tem mais leite³⁹¹”.

Assim, a situação de Hydekel de Freitas como prefeito pro-tempore de Duque de Caxias parecia assegurada, mesmo que no final do ano de 1984, pelo Decreto-lei n°. 2.183 foram descaracterizados 74 municípios, permanecendo 31 – entre eles Duque de Caxias – como de interesse da segurança nacional.

. No entanto, a situação de Hydekel de Freitas mudou com a saída de João Figueiredo e a entrada de José Sarney na presidência da República, em março de 1985. No mês de julho foi aprovada a lei n°. 7332 que estabelecia para novembro de 1985 eleições para os municípios da Área de Interesse da Segurança Nacional, as capitais de estado e as estâncias hidrominerais.

³⁹⁰ Folha da Cidade, 29/03/1984, p. 02.

³⁹¹ Folha da Cidade, 18/04/1984, p. 02.

Hydekel de Freitas, então filiado ao PFL, tentou aprovar uma lei que permitisse a reeleição dos prefeitos das cidades consideradas Áreas de Segurança Nacional, o que não conseguiu tanto pelo pouco empenho de seus correligionários no Congresso quanto pela decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que tornou os prefeitos inelegíveis³⁹². Assim, nessas eleições, os interventores não puderam ser candidatos ao cargo. Em Duque de Caxias, isso ajudou ainda mais na vitória do candidato pedetista, o deputado estadual Juberlan Barros de Oliveira tendo Wilson Gonçalves como o seu vice-prefeito. Essa vitória é analisada como um resquício do fenômeno brizolista na região das eleições de 1982.

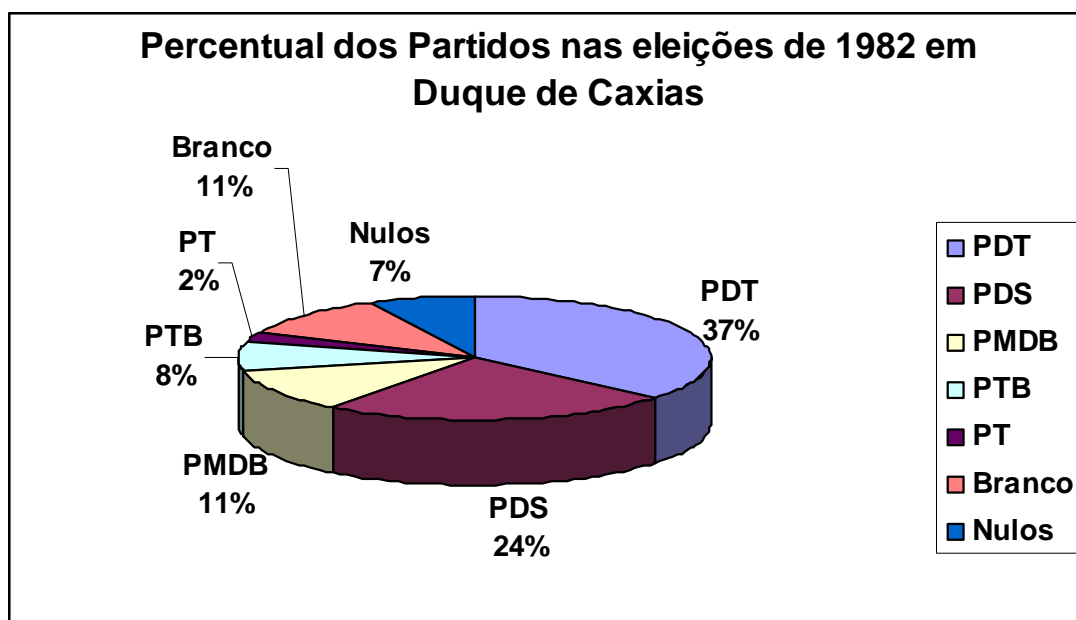
³⁹² Dicionário Histórico e Bibliográfico Brasileiro pós-1930 (DHBB). Rio de Janeiro: FGV, 2006.

Anexo V

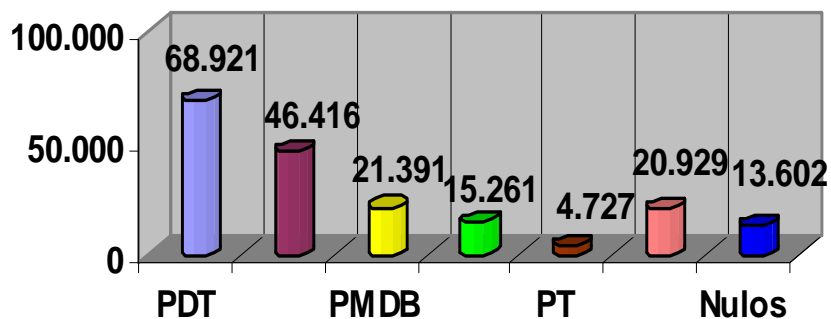
Cadeiras ocupadas pelos Partidos na Câmara de Vereadores nas Eleições de 1982

Partido	Número de Vereadores	Percentual
PDT	10	47,6%
PDS	6	28,6%
PMDB	3	14,3%
PTB	2	9,5%
PT	0	0,0%
Total	21	100%

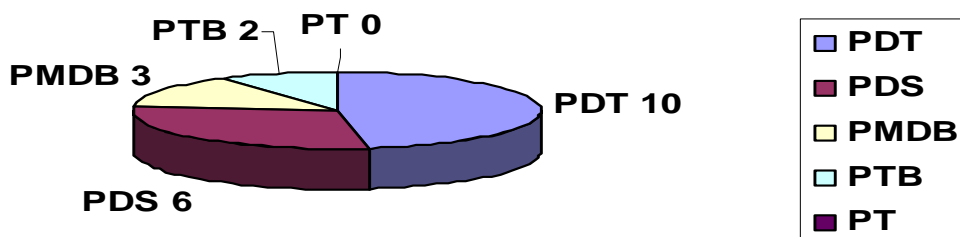
Fonte: O Globo, 21/11/1982, p. 14.



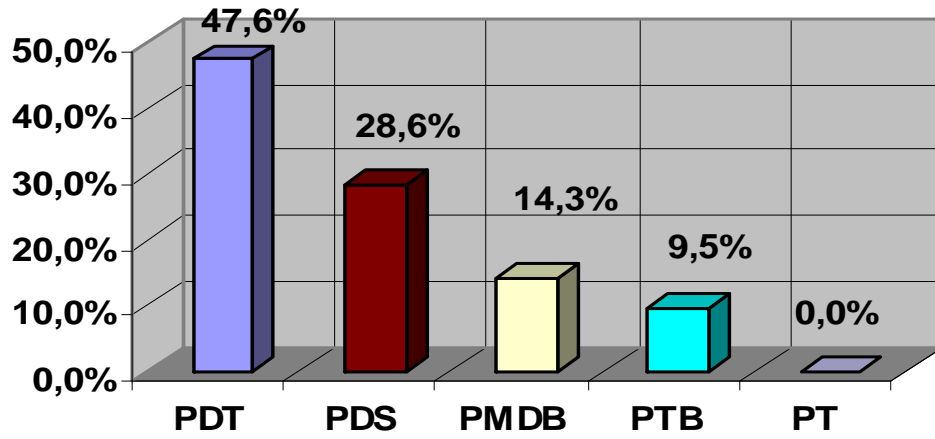
Votação dos Partidos em Duque de Caxias nas Eleições de 1982



Cadeiras ocupadas pelos Partidos na Câmara Municipal de Duque de Caxias nas Eleições de 1982



**Percentual de representação dos Partidos na
Câmara Municipal de Duque de Caxias nas
Eleições de 1982**



CONCLUSÃO

Desde a sua emancipação política, em 1943, Duque de Caxias acompanhou o crescimento do país, destacando-se como uma das principais áreas urbano-industriais do estado do Rio de Janeiro, tanto antes quanto depois da fusão. O crescimento municipal, entretanto, não foi suficiente para mudar as relações políticas, calcadas, sobretudo, no clientelismo.

Essa cultura política predominante parecia estar com os dias contados após 1964. A intervenção realizada pela Ditadura Militar claramente levou a uma mudança na dinâmica política e social nacional, com claros reflexos em Duque de Caxias, que foi o objeto da análise desse trabalho. Essa mudança se deu principalmente por meio de cassações, suspensões de direitos políticos e prisões.

No campo político, a principal intervenção realizada por parte da Ditadura Militar foi a cassação de Tenório Cavalcanti durante a vigência do Ato Institucional Número 1. Tenório Cavalcanti representava a força política mais destacada no município, conseguindo desde meados da década de 50 projeção nacional.

A máquina política tenorista, composta pela violência, política, clientelismo e pelo jornal Luta Democrática impulsionava cada vez mais na sua carreira política e lhe proporcionou altíssimas votações para Governador nos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, na década de 60.

Assim, mediante a nova conjuntura política do país, mais importante do que cooptar essas lideranças locais e regionais era reestruturar o cenário político desses locais, através da cassação, caso da Baixada Fluminense que vivia intensamente os temas em debate no cenário nacional, como a reforma agrária. Isso permitiu a Ditadura Militar subordinar as novas lideranças que surgissem aos seus interesses, valendo-se das práticas políticas já realizadas, como o clientelismo.

Nessas ações empreendidas pela ditadura Militar, no que tange Duque de Caxias, somente as cassações políticas não foram suficientes para dar o controle do campo político aos elementos afinados com a Ditadura Militar. Então, em 1968, o município foi enquadrado como “Área de Segurança Nacional” pela Lei 5449/68. Entre os motivos cristalizados na memória política local dois se destacaram: a força eleitoral do MDB que tinha vencido as eleições municipais de 1967 e a presença da Refinaria Duque de Caxias (Reduc).

Não nego a influência e o peso desses argumentos, mas penso que não dão conta da totalidade desse processo. A cooptação dos grupos políticos opositoristas poder-se-ia tranquilamente ser feito pelo Governador, a época, Geremias Fontes associada as pressões que a Vila Militar de Deodoro desenvolvia sobre os prefeitos da Baixada Fluminense.

Ao recuarmos mais um pouco no tempo, podemos observar que o enquadramento do município na “Área de Segurança Nacional” estava ligado a visão que os militares desenvolveram do município após o saque de 1962. Depois desse evento, Duque de Caxias passou a ser visto como um local explosivo. Some-se a isso que no início dos anos 60, o município era um dos principais palcos das lutas entre posseiros e grileiros no estado do Rio de Janeiro.

A questão da violência que sempre afamou o município também contribuiu nesse processo, mas não teve o peso essencial dos dois aspectos anteriormente citados. Ainda verifico que a posição eleitoral e financeira do município contribuiu nesse processo, pois Duque de Caxias tinha o segundo maior eleitorado e a segunda maior arrecadação do estado do Rio de Janeiro. Por último, um elemento essencial para o enquadramento do município era a ausência de um nome (ou nomes) na Arena que pudessem simbolizar uma liderança firme e que pudesse levar o partido da situação a vitória. Hydekkel de Freitas somente conseguiu se consolidar como o principal nome arenista e depois pedessista em Duque de Caxias, a partir dos anos 70, quando venceu as disputas internas com outros grupos e conquistou a hegemonia no partido.

Com o enquadramento do município na “Área de Segurança Nacional”, a esfera de poder estadual e, principalmente, federal tomavam para si a tarefa de indicar o novo prefeito, um interventor. Os novos prefeitos nomeados entre 1971 a 1982 tiveram como características o fato de serem militares e não possuírem nenhuma relação direta com o município. Somente Hydekkel de Freitas nomeado prefeito pro-tempore, em 1982, era um político ligado ao município.

A nomeação de interventores aparentemente mudaria a cultura política local. A eleição de um novo Prefeito marcava o momento de repactuação entre as classes políticas locais. O elemento solidificador dessas alianças políticas que se construíam era o clientelismo. O Prefeito que conseguia distribuir o maior número de benesses entre os mais variados grupos políticos composto, essencialmente, pelos deputados e vereadores, recebia, em troca, além de apoio político o reconhecimento do seu papel de liderança

municipal, num misto da troca mercantil e simbólica que marca as relações clientelísticas.

Exceto Tenório Cavalcanti, o reconhecimento para os prefeitos dessa liderança política municipal era essencial para a sua projeção política, para além dos limites do município, onde geralmente se candidatavam ao cargo de deputado estadual. Também, poderiam dentro dos seus partidos controlar os candidatos a sucessão.

Com os interventores, essa prática política calcada no clientelismo parecia estar encerrada e a conduta política municipal se amoldaria aos ditames do novo regime imposto após 1964, que era a racionalidade técnico-burocrática.

Na prática, foi possível perceber que essa mudança política não aconteceu, muito pelo contrário, nos quatorze anos de interventoria em Duque de Caxias, o que constatamos foi o uso constante do clientelismo para estruturar as relações política. O clientelismo era materializado, principalmente, na concessão de bolsas de estudo, indicações políticas para ocupação de cargos na Prefeitura e obras nos redutos eleitorais dos políticos, sobretudo próximo as eleições.

Os políticos que não eram da Arena não ficavam totalmente excluídos do acesso aos favores, obtendo-os numa proporção bem menor. A distribuição dessas benesses por parte dos interventores servia como estratégia de enfraquecimento de qualquer oposição baseada numa ação ideológica, bem como, transformava a filiação partidária num mero jogo de interesses. A Câmara de Vereadores impreterivelmente aprovada todas as propostas enviadas pelo interventor.

No entanto, diferentemente dos prefeitos eleitos até 1971, os intervenientes, principalmente, os militares serviam como um elemento de ligação entre os dois elos da cadeia política. A esfera superior formado pelo poder estadual e federal e a esfera municipal, agindo como intermediários políticos. Por um lado, precisavam subordinar os políticos locais lançando mão do clientelismo e por outro lado deveriam manter a confiança dos seus superiores, pois senão decaíam e perdiam o cargo.

Assim, o interventor tinha uma dupla função: deveria cuidar tanto da administração quanto da política local, desempenhando o papel de líder. Mesmo que a hipótese central do trabalho esteja comprovada, ou seja, os políticos municipais se articulavam a volta do interventor e estavam subordinados a ele, esse processo precisa ser pormenorizado.

A subordinação não implicava uma anuência total a vontade do interventor. Muitas vezes quando o interventor não estava exercendo a sua função administrativa

corretamente, caso do General Carlos Marciano de Medeiros, isso gerava críticas dos políticos locais, o que implicava por parte do interventor a ampliação do uso do clientelismo para silenciar as críticas e manter o controle político, ficando preso numa ciranda.

Caso ocorresse o contrário, ou seja, o interventor valorizasse o aspecto administrativo em detrimento do político, caso do Coronel Reanato Moreira da Fonseca, os políticos locais reclamavam da ausência do clientelismo. Este fato não era verdadeiro, conforme, demonstrado durante a dissertação, o que veio a ocorrer foi que o interventor não atendeu aos pedidos dos políticos quando eles queriam, mas sim quando ele queria. O destaque a ser dado foi que este interventor, em especial não buscou fazer uso de sua liderança política, atribuindo-a a seu chefe de gabinete Marcio Paes que construiu relações políticas capazes de lhe assegurar a eleição para deputado estadual, em 1978.

Por fim, se o interventor tivesse tolhida a sua função chefe político pela intervenção direta de uma liderança maior, como o Governador, caso do Coronel Américo de Barros, afluíam as rivalidades internas dos políticos aliados ao interventor quem nem mesmo o uso cada vez mais amplo do clientelismo podia solucionar. Aliava-se a isso o fato das mudanças políticas que estavam ocorrendo no país e que tendiam a tornar mais instável a situação do interventor.

Assim, mesmo subordinados aos interesses dos interventores, por intermédio do clientelismo, os políticos locais buscavam resguardar uma mínima autonomia, tirando o máximo de proveito do clientelismo em prol dos seus interesses pessoais, o que tornava relativa a filiação partidária. Os laços políticos apresentavam um alto grau de plasticidade, podendo ser recriados em face dos interesses pessoais, onde sem nenhum pudor novas posições eram assumidas e antigos aliados eram criticados. A filiação partidária estava, assim, condicionada, a manutenção e possibilidades de ampliação do clientelismo e não a qualquer projeto político-partidário ou a alguma vinculação ideológica, fato este mantido e explorado tanto pela Ditadura Militar quanto pelos políticos de Duque de Caxias.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

1. JORNAIS

FOLHA DA CIDADE. 1970 (dezembro), 1971 (dezembro), 1972, 1973 (janeiro e dezembro), 1974 (maio-agosto e outubro), 1975 (agosto), 1983 (janeiro, março e novembro), 1984 (janeiro-maio).

LUTA DEMOCRÁTICA. 1961 (janeiro), 1962 (julho), 1964 (janeiro-julho), 1965 (julho-dezembro), 1967 a 1977, 1978 (janeiro-junho), 1980 (outubro-dezembro), 1981 (janeiro-março).

O MUNICIPAL. 1962 (julho), 1964-1969, 1970 (janeiro-junho), 1971 (outubro), 1972 (novembro), 1975 (janeiro), 1976 (janeiro, março, maio, setembro, novembro), 1977 (maio, julho), 1978 (março, agosto-outubro, dezembro), 1979 (dezembro), 1980 (maio, julho, agosto, outubro, novembro), 1981 (janeiro-março).

CAXIAS HOJE. 1980 (fevereiro-dezembro).

O GLOBO. 1962 (julho), 1971 (julho), 1975 (março), 1976 (novembro), 1979 (março-abril), 1982 (abril, maio e novembro), 1985 (novembro).

JORNAL DO BRASIL. 1962 (julho), 1971 (julho), 1972 (novembro), 1975 (março), 1976 (novembro), 1979 (março-abril), 1982 (abril, maio e novembro), 1985 (novembro).

2. ARQUIVO NACIONAL

FUNDO DSI (DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES)/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Projeto de lei que descaracterizou o município como de interesse da segurança nacional;

Projeto de lei que cria a Região Metropolitana do Grande Rio;

Legislação –Área de Segurança Nacional;

Lei nº. 7136, de 27 de outubro de 1983;

Processo Gab. Nº. 100539/79;

Processo Gab. Nº. 100025/82.

3. LEGISLAÇÃO FEDERAL

Ato Institucional Número 1;

Ato Institucional Número 2;

Ato Institucional Número 5;

Lei 4.740/65;

Lei 5.130/66;

Lei 5.449/68;

Lei 5.682/71;

Lei 5.697/71;

Lei 6.767/79;

Lei 7.332/85;

Decreto-Lei Nº. 314/67;

Decreto Nº. 64.124/69;

Decreto-Lei Nº. 560/69;

Decreto Nº. 672/69;

Decreto Nº.894/69;

Decreto-Lei Nº. 435/69;

Decreto-Lei Nº. 1.105/70;

Decreto-Lei Nº. 1.273/73;

Decreto-Lei Nº. 1.225/75;

Decreto-Lei Nº. 1.866/81;

Decreto Nº. 1.937/82;

Decreto-Lei Nº. 2050/83.

4. ENTREVISTA

Ruyter Poubel. Entrevista concedida a Antonio Augusto Braz e Odemir Capistrano Silva. E publicada na Revista Pilares da História. Duque de Caxias: Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto/ Câmara Municipal de Duque de Caxias/ Associação dos Amigos do Instituto Histórico, ano II, nº 3, dezembro/2003, p. 75.

BIBLIOGRAFIA

1. Bibliografia Geral:

ANTUNES, Ricardo. O novo sindicalismo. São Paulo: Scritta, 1991

ABREU, Alzira Alves de. Acontecimento e mídia *In* NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das e MOREL, Marco (orgs.). Colóquio História e Imprensa. Rio de Janeiro: IFCH/UERJ, 1998.

_____, LATTMAN-WELTMAN, Fernando e KORNIS, Mônica Almeida. Mídia e Política no Brasil: jornalismo e Ficção. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

_____. A modernização da imprensa (1970-2000). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____ e BELOCH, Israel (orgs.). Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2006.

AVELINO FILHO, George. “Clientelismo e política no Brasil: revisitando velhos problemas”, NOVOS ESTUDOS CEBRAP, São Paulo, nº.38, 1994, p. 255-240.

ALVES, José Cláudio de Souza. Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Duque de Caxias, 2003.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades *In* NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das e MOREL, Marco (orgs.). Colóquio História e Imprensa. Rio de Janeiro: IFCH/UERJ, 1998.

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública *In* RÉMOND, René. (org.). Por uma História Política. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

BERSTEIN, Serge. L'historien et le culture politique. Vingtième siècle. Revue d'histoire, nº 35, 1992.

_____. Cultura política *In* RIOUX, Jean Pierre e SIRINELLI, Jean (org.). Para uma história cultura. Lisboa: Estampa, 1998.

BEZERRA, Marcos Otávio. Em nome das “bases”: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIN, Alain. A questão local. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique. O modelo político brasileiro e outros ensaios. São Paulo: Difel, 1971.

CARVALHO, José Murilo. Pontos e Bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

_____. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASTRO, Mônica Mata Machado de. Eleições: Quem decide o quê? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº. 20, 1992, pp. 7-20.

CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. Amaralismo e pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto. Rio de Janeiro: UFF, Tese de Doutorado, 1996.

CODATO, Adriano Nervo. “O Sacerdote e o Feiticeiro”: uma análise da História Política e Militar do Brasil pós-64 *In* MARTINS FILHO, João Roberto. O Golpe de 1964 e o Regime militar: novas perspectivas. São Paulo: Edufscar, 2006.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações *In*: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Pato Sá (orgs.). O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-1984). São Paulo: Edusc, 2004.

DINIZ, Eli. Voto e Máquina Política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. Clientelismo Urbano. Ressuscitando um antigo fantasma? *NOVOS ESTUDOS CEBRAP*, São Paulo, nº. 4, 1982, p. 21-26.

_____. Máquinas Políticas e Oposição: o MDB no Rio de Janeiro. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol. 23, nº. 3, 1980, pp. 335 a 357.

DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FARIAS, Francisco Pereira. Clientelismo e Democracia Capitalista: Elementos para uma abordagem alternativa *In* *Revista de Sociologia e Política*, nº 15, p. 49-65 NOV. 2000.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

FERREIRA, Jorge Luis (org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O Arquivo Geisel e os bastidores da fusão *In* CASTRO, Celso e D’ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). Dossiê Geisel. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

FICO, Carlos. Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina. Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GONÇALVES, Márcia de Almeida, REZNIK, Luís e FIGUEIREDO, Haydée. Entre moscas e monstros: construindo escalas, refletindo sobre a história local *In Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História/Departamento de Ciências Sociais*. IJUÍ: Unijuí, 2000.

GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Nacional Renovadora (ARENA)*. Niterói: UFF (Tese de Doutorado), 2004.

_____. Uma memória política sobre a Arena: dos “revolucionários de primeira hora” ao “partido do sim senhor” *In*: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Pato Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-1984)*. São Paulo: Edusc, 2004.

GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado Pelo Museu Nacional, 1987.

_____. Os Idiomas da Patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti *In Revista de Ciências Sociais*, nº14. Rio de Janeiro: Vértice/ANPOCS, 1990, pp. 73-90.

_____. Ação Política e Atores Sociais: Posseiros, Grileiros e a Luta pela Terra na Baixada. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol. 33, nº2, 1990, pp. 285 a 310.

_____. Luta política, gênese de atores e reconfiguração do espaço. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, nº 12, 1996, pp. 113-132.

JEANNENEY, Joan-Noel. *A mídia* *In* RÉMOND, René. (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

KUSCHNIR, Karina. *O cotidiano da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

_____. *Eleições e representação no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1997.

_____, PIQUET-CARNEIRO, Leandro. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, nº. 24, 1997, pp. 227-250.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando, CARNEIRO, José Alan Dias e RAMOS, Plínio de Abreu. *A Imprensa faz e desfaz um presidente: o papel da imprensa na ascensão e queda do “Fenômeno” Collor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

_____. O Coronelismo e o Coronelismo de cada um. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol. 23, nº. 1, 1980, pp. 11 a 15.

MARTINS FILHO, João Roberto. O palácio e a caserna. A dinâmica militar das crises políticas brasileiras: 1964-1969. São Paulo: Edufscar, 1995.

MASTRAPAOLO, Alfio. Clientelismo *In* BOBBIO, Norberto, MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: UNB, 2000, v. 1, p. 177-179.

MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e Sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

_____. O sindicalismo brasileiro após 1930. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MONTEIRO, Linderval Augusto. Baixada Fluminense: identidades e transformações. Estudo das relações políticas na Baixada Fluminense. A criação do município de Belford Roxo e a mitificação política de seu primeiro prefeito. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2001.

MOTTA, Marly Silva da. Frente e verso da política carioca: o Lacerdismo e o Chaguismo. Estudos Históricos - Cultura Política, Rio de Janeiro, v.13, nº. 24, p.351-376, 1999.

_____. Mania de Estado: o chaguismo e a estadualização da Guanabara. História Oral, São Paulo, nº 3, p.91-108, jun. 2000.

_____, FREIRE, Américo e SARMENTO, Carlos Eduardo (orgs.). A política carioca em quatro tempos. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PALMEIRA, Moacir e GOLMAN, Marcio (org.). Antropologia, Voto e Representação Política. Rio de Janeiro: Contracapa, 1996.

_____. Voto: racionalidade ou significado? Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº. 20, 1992, pp. 26-31.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura Militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Pato Sá (orgs.). O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-1984). São Paulo: Edusc, 2004.

REIS, Fábio Wanderley. O eleitorado, os partidos e o regime autoritário brasileiro. *In* SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia (orgs.). Sociedade e Política no Brasil pós-64. São Paulo: Brasiliense, 1983, pp. 62-86.

REVEL, Jacques (org.). Jogos de escala: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

REZNIK, Luís. “Qual é o lugar do local?”, Anais do V Taller Internacional de História Regional y Local. Havana, 2002.

RIDENTI, Marcelo. O Fantasma da Revolução Brasileira. São Paulo: UNESP, 1993.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990 *In* Jorge Frreira e Lucilia Neves Delgado. (orgs.). O Brasil Republicano: O tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 2007, vol. 4, pp. 285-313.

SANTOS, Fabiano Guilherme M. Clientelismo como escolha racional *In* REIS, Elisa ALMEIDA, Maria H e FRY, Peter (orgs.). Pluralismo, espaço social e pesquisa. São Paulo: Hucitec, 1995, pp. 105-137.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Governadores-Políticos, Governadores-Técnicos e Governadores-Militares. DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1971, pp. 123 a 128.

_____. Sessenta e quatro: anatomia da crise. São Paulo: vértice, 1986.

SARMENTO, Carlos Eduardo (org.). Chagas Freitas. Rio de Janeiro: FGV/Alerj, 1999.

_____. A morte e a morte de Chagas Freitas: a (des)construção de uma imagem pública : trajetória individual e reelaboração memorialística. Rio de Janeiro, CPDOC, 1999.

_____. No balanço das redes: o individual e o coletivo nas relações clientelísticas. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001.

_____. O espelho partido da metrópole – Chagas Freitas e o campo político carioca (1950-1983): liderança, voto e estruturas clientelísticas. Rio de Janeiro: IFCS (Tese de doutorado), 2002.

SCHMITT, Rogério. Partidos Políticos no Brasil (1945-2000). Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2005.

STEPAN, Alfred. Os militares na política. Rio de Janeiro, 1975.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985). Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia *In*: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Pato Sá (orgs.). O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-1984). São Paulo: Edusc, 2004.

WEBER, Max. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo: Martin Claret, 2002.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro:7 letras, 2004.

2. Obras relacionadas a Duque de Caxias:

ALËSSIO, Nancy, LOPES, Irene Maria Magalhães. Transformação Política a nível do poder local – Estudo de caso (Caxias). Relatório Preliminar. In: Revista de Ciência Política. Rio de Janeiro: V. 5, n° 4, out/dez, 1971.

BESERRA DA SILVA, Helenita Maria. A emancipação política do município de Duque de Caxias. In: Revista Pilares da História. Textos sobre a História de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense. Duque de Caxias: Instituto vereador Thomé Siqueira Barreto/ Câmara Municipal de Duque de Caxias/ Associação dos Amigos do Instituto Histórico, ano II, n° 3, dezembro/2003.

BELOCH, Israel. Capa Preta e Lurdinha: Tenório e o povo da Baixada. São Paulo: Record, 1986.

CAVALCANTI, Sandra Tenório. Tenório Meu Pai. Rio de Janeiro: Global, 1986.

FORTES, Maria do Carmo Cavalcanti. Tenório, o homem e o mito. São Paulo: Record, 1986.

LACERDA, Stélio. Uma passagem pela Caxias dos anos 60. Fragmentos de Memória e registro diversos. Duque de Caxias: Edição do Autor, 2001.

_____. A emancipação política do município de Duque de Caxias (uma tentativa de compreensão). In: Revista Pilares da História. Textos sobre a História de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense. Duque de Caxias: Instituto vereador Thomé Siqueira Barreto/Câmara Municipal de Duque de Caxias/ Associação dos Amigos do Instituto Histórico, ano II, n° 3, dezembro/2003.

_____ e TORRES, Rogério. Pelos caminhos que a história deixou. Duque de Caxias: Renascer, 2004.

_____. A Fábrica de Tecidos do “Corte Oito”. Duque de Caxias: Portal Literário, 2007.

LEITE, Barboza. A verdadeira História da cidade de Duque de Caxias. 1984. s/r.

LEMONS, Santos. Sangue no 311. Rio de Janeiro: Reper, 1967.

_____. O Negro Sabará. Rio de Janeiro: Destaque, 1977.

_____. Os donos da cidade. Rio de Janeiro: Caxias Recortes, 1980.

LUSTOSA, José. Cidade de Duque de Caxias: Desenvolvimento Histórico do Município – Dados Gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

MARQUES, Alexandre dos Santos. Militantes da Cultura em uma área periférica: Duque de Caxias (1950-1980). Vassouras: Universidade Federal Severino Sombra. Dissertação de Mestrado, 2005.

MENEZES, Newton e TORRES, Rogério. Sonegação, Fome e Saque. Duque de Caxias: Consórcio de Administração e Edições, 1987.

MORAES, Dalva Lazoni de. Esboço Histórico e Geográfico do Município de Duque de Caxias. Duque de Caxias: Artsgráfica, 1978.

RAMALHO, José Ricardo. Estado patrão e luta operária. O caso FNM. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SANCHES, Regina Célia. Duque de Caxias. Nosso espaço. Duque de Caxias: s/r.

SANTOS DE SOUZA, Marlúcia. Escavando o passado da cidade. Duque de Caxias e os projetos de poder político local: 1900-1964. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002. Dissertação de Mestrado.

_____. Memórias da emancipação e intervenção no município de Duque de Caxias nos anos 40 e 50. Revista Pilares da História. Textos sobre a História de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense. Duque de Caxias: Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto/ Câmara Municipal de Duque de Caxias/ Associação dos Amigos do Instituto Histórico, ano II, nº 3, dezembro/2003.

SILVA, Arlindo. Memórias de Tenório Cavalcanti segundo a narrativa de Arlindo Silva. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1954.

VELHO, Lais. Caxias, ponto a ponto. (1953-1957). Duque de Caxias: Agora, 1965.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)